



Laura Pires de Souza Petroni

**Incorporando princípios e valores do montanhismo
organizado à gestão participativa de Unidades de
Conservação**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Sustentabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Conservação e Sustentabilidade, do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Rogério Ribeiro de Oliveira

Rio de Janeiro,
agosto de 2023



Laura Pires de Souza Petroni

**Incorporando princípios e valores do montanhismo
organizado à gestão participativa de Unidades de
Conservação**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Sustentabilidade pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Conservação e Sustentabilidade, do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Rogério Ribeiro de Oliveira

Orientador

Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS)

Prof.^a Agnieszka Ewa Latawiec

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Prof.^a Natascha Krepsky

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Elias Ribeiro de Arruda Junior

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2023

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial,
do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da
autora e do orientador.

Laura Pires de Souza Petroni

Graduou-se em Ciências Biológicas / Bacharelado em Ecologia pela UFRJ em 2012. Concluiu a Pós-graduação Executiva em Meio Ambiente da COPPE/UFRJ em 2014. É Gerente de Projetos socioambientais no Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), instituição da qual faz parte desde 2013. Atua como voluntária na Diretoria de Meio Ambiente da Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ).

Ficha Catalográfica

Petroni, Laura Pires de Souza

Incorporando princípios e valores do montanhismo organizado à gestão participativa de Unidades de Conservação / Laura Pires de Souza Petroni; orientador: Rogério Ribeiro de Oliveira. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2023.

126 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2023.

Inclui referências bibliográficas.

1. Geografia e Meio Ambiente – Teses. 2. Montanhismo. 3. Escalada. 4. Unidade de Conservação. 5. Conselho Gestor. 6. Sustentabilidade. I. Oliveira, Rogério Ribeiro de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Ao meu cunhado e amigo, Eduardo, e
ao ex-presidente da FEMERJ, Bernardo, por
toda a iluminação que deixaram durante suas
breves, mas marcantes passagens pelo
Planeta Terra.

Agradecimentos

Já que existe um item específico para agradecer, venho, com prazer, agradecer.

Tive a sorte de crescer até aqui com companhias que me inspiram e me fazem querer ser cada vez melhor.

Não apenas este trabalho, mas tudo o que faço é fruto de um conjunto de experiências, de forma que há um pouquinho de várias pessoas em mim. Então, primeiramente, sou grata por tudo que já me aconteceu, por todos que passaram na minha vida e, também, por ser quem eu sou.

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, Vivian (paz) e Dante (alegria), aos meus avós, Yolanda (inspiração), Waldir (exemplo), Ruth (doçura) e Américo (tranquilidade), aos meus irmãos, Debora (força) e Marcos (graça), e aos meus sobrinhos, Nina (paixão), Antônio (carinho), Henrique (sagacidade) e Noah (sabedoria). Agradeço aos companheiros dos meus pais, Carl (afeto) e Rubia (dedicação), aos meus cunhados, Natália (felicidade) e Eduardo (carisma), e às meninas que conviveram comigo, Francisca (autenticidade), Bárbara (beleza) e Tamires (coragem). Agradeço às dezenas de tios(as) (acolhimento) e primos(as) (diversão). Escolhi uma palavra que me veio na mente ao pensar em cada um, mas são muito mais do que isso, formam a minha base e são muito amados por mim.

Agradeço ao meu companheiro, Pedro, que me surpreende todos os dias e simplesmente me faz mais feliz do que eu poderia imaginar, que entrou na minha vida com tudo, me levou de vez para o universo do montanhismo e, ainda mais importante, trouxe consigo sua admirável mãe, Sônia, e um grande amor, meu querido João Pedro.

Agradeço aos que mais me ensinaram sobre o montanhismo, que, além do meu marido, foram o Delson, Kika, Wal, André, Michelle, Arthurzinho, Emiliano e tantos outros membros da FEMERJ e dos clubes que frequento.

Agradeço às montanhas que proporcionam um sentimento inexplicável que dá sentido à minha vida e a de outros montanhistas.

Agradeço a todos os meus amigos, aproveitando para citar algumas meninas do meu coração, Diana, Lais, Pati, Vanessa, Nat e Mari.

Agradeço aos profissionais que atuam comigo pelas causas ambientais, aqui representados pela minha atual equipe de trabalho no Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), Manu, Renan, Mari e Carol.

Agradeço ao meu orientador, Rogério, que me incentivou e, ao mesmo tempo, me acalmou durante toda a jornada do mestrado.

Agradeço à Natacha e ao Elias (Bodão) por aceitarem participar da minha banca e por serem pessoas nas quais confio para trazerem contribuições a este trabalho.

Não daria para nomear todos os que me ensinaram, deram colo e trouxeram alegrias ao longo da minha vida, pois felizmente foram muitos. Então termino com um obrigado geral, inclusive para você que está lendo este texto.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Petroni, Laura Pires de Souza; Oliveira, Rogério Ribeiro de. **Incorporando princípios e valores do montanhismo organizado à gestão participativa de Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro, 2023. 126p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O tema central deste trabalho refere-se aos princípios e valores do montanhismo, destacando as contribuições das suas entidades representativas para a sustentabilidade de Unidades de Conservação (UCs). O maior enfoque é dado à atuação e experiência da Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ), instituição que atualmente compõe diversos Conselhos Gestores de UCs e tem se mostrado como efetiva parceira voluntária da gestão de áreas naturais. Com o objetivo de fornecer um conjunto de informações estruturadas sobre assuntos relevantes para praticantes de esportes de aventura e contribuir para o protagonismo do segmento dos montanhistas em fóruns de discussões que afetam políticas públicas, esta pesquisa é baseada na análise de dados históricos, legislações e outros documentos técnicos e científicos que tratam de: a) mínimo impacto em ambientes naturais; b) auto-regulamentação do esporte; c) direito ao risco; e d) direito ao acesso. Ao final de cada capítulo são elencadas recomendações para os diferentes atores dentre os montanhistas e gestores de órgãos públicos, as quais podem servir de base para consolidar boas práticas em ambientes naturais e perpetuar a cultura de montanha. A partir dos levantamentos e reflexões deste estudo, percebe-se que o montanhismo, além de uma prática esportiva, é um estilo de vida que favorece a sustentabilidade e a conservação das áreas montanhosas. É possível, portanto, conciliar o uso público em UCs com a conservação da natureza.

Palavras-chave

Montanhismo; Escalada; Áreas Protegidas; Conselho Gestor; Sustentabilidade.

Abstract

Petroni, Laura Pires de Souza; Oliveira, Rogério Ribeiro de (Advisor). **Incorporating principles and values of organized mountaineering into the participative management of Protected Areas.** Rio de Janeiro, 2023. 126p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The central theme of this work refers to the principles and values of mountaineering, highlighting the contributions of the representative entities for the sustainability of Protected Areas (PAs). The greatest focus is given to the performance and experience of the Federation of Mountain Sports of the State of Rio de Janeiro (FEMERJ), an institution that currently is part of several Management Councils of PAs and has shown itself to be an effective voluntary partner in the management of natural areas. With the objective of providing a set of structured information on matters relevant to practitioners of adventure sports and contributing to the protagonist of the mountaineering segment in discussion forums that affect public policies, this research is based on the analysis of historical data, legislation and other technical and scientific documents dealing with: a) minimal impact on natural environments; b) self-regulation of sport; c) right to risk; and d) right to access. At the end of each chapter, recommendations are listed for the different actors among mountaineers and managers of public organizations, which can serve as a basis for consolidating good practices in natural environments and perpetuating the mountain culture. From the surveys and reflections of this study, it is clear that mountaineering, in addition to being a sport, is a lifestyle that favors the sustainability and conservation of mountainous areas. It is therefore possible to reconcile public use in PAs with nature conservation.

Keywords

Mountaineering; Climbing; Protected Areas; Management Council; Sustainability.

Sumário

1. Introdução	14
2. Procedimentos Metodológicos	21
3. Breve história e papel do montanhismo organizado	22
3.1 Associativismo e relação entre entidades do montanhismo	22
3.2 Atuação do montanhismo organizado com foco na sustentabilidade	27
3.3 Recomendações relacionadas ao capítulo	32
4. Gestão participativa em Unidades de Conservação	34
4.1 Contextualização da participação em Conselhos Gestores e exemplos de atuação	34
4.2 Recomendações relacionadas ao capítulo	42
5. Visitação em Unidade de Conservação	44
5.1 Panorama geral da visitação em Unidades de Conservação	44
5.2 Impacto da turistificação e planejamento da visitação	47
5.3 Recomendações relacionadas ao capítulo	52
6. Conservação Ambiental e Mínimo Impacto	54
6.1 Boas práticas em áreas naturais	54
6.2 Mínimo impacto em escalada	55
6.3 Mínimo impacto em trilhas	59
6.4 Recomendações relacionadas ao capítulo	62
7. Auto-regulamentação do esporte	65
7.1 A organização do desporto no Brasil	65
7.2 Ameaças à autonomia desportiva	67
7.3 O caso da Instrução Normativa nº 02/2021	70
7.4 O caso da Portaria nº 500/2020	75
7.5 Recomendações relacionadas ao capítulo	79
8. Direito ao risco	81
8.1 Assunção do risco no contexto do montanhismo	81
8.2 Gerenciamento de risco	85
8.3 Recomendações relacionadas ao capítulo	95
9. Direito ao acesso	97
9.1 Desafios e soluções	97
9.2 Recomendações relacionadas ao capítulo	105
10. Considerações finais	107
11. Referências bibliográficas	111

Lista de figuras

Figura 1 - Capa do documento denominado “Princípios e Valores do Montanhismo Brasileiro”, publicado em 2012 pela Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada.	21
Figura 2 - Estrutura do montanhismo organizado com foco no estado do Rio de Janeiro.	25
Figura 3 - Laura Petroni escalando em gelo no Peru.	26
Figura 4 - Dezenas de montanhistas escalando no Morro da Babilônia, na Urca, no Rio de Janeiro / RJ, durante o encontro “Rio nas Montanhas”, realizado em 2022.	31
Figura 5 - Cartaz do primeiro “Movimento Abraço ao PARNASO”, divulgado pela FEMERJ.	40
Figura 6 - Área de UCs por categoria.	44
Figura 7 - Número de UCs por categoria.	44
Figura 8 - Síntese dos possíveis benefícios resultantes do uso público em áreas protegidas.	46
Figura 9 - Orquídea (<i>Zygopetalum</i> sp.) fotografada na Pedra da Sebastiana, em Teresópolis / RJ, a cerca de 200 metros da base da montanha, localizada no Parque Estadual dos Três Picos.	55
Figura 10 - Manutenção de vias de escaladas no MONA do Arquipélago das Ilhas Cagarras, no Rio de Janeiro / RJ, ação realizada em parceria entre a gestão da UC e a FEMERJ para a colocação de grampos de titânio, mais resistentes ao ambiente marinho.	58
Figura 11 - Retrato do Vale das Sebastianas, em Teresópolis / RJ, mostrando, de um lado, o pasto e, do outro, a floresta.	62
Figura 12 - Escaladores avaliando a rocha antes da abertura de novas vias na Urca, no Rio de Janeiro / RJ. Na foto, André Ilha (à esquerda), Antônio Magalhães (no meio) e Pedro Bugim (à direita), os três montanhistas brasileiros que mais conquistaram vias de escalada, considerando o número de vias e suas metragens.	73
Figura 13 - Croqui da via de escalada “FEMERJ 20” na Pedra da Sebastiana, em Teresópolis / RJ.	74
Figura 14 - Laura Petroni no Parque Estadual da Pedra Selada, em Resende / RJ, mais especificamente na via de escalada “Travessia da Sela”, conquistada em 1952 e graduada em 3º Illsup A0 E3.	82
Figura 15 - Equipamentos utilizados para a realização da conquista de uma via de escalada mista (em rocha e gelo) aberta por Pedro Bugim e Laura Petroni.	86

Figura 16 - Página do Guia de Escaladas – Três Picos apresentando o grau de exposição.	90
Figuras 17 e 18 - Placas com aviso de riscos sobre escalada, que foram elaboradas pela FEMERJ e se encontram em áreas estratégicas de UCs, no Rio de Janeiro / RJ.	91
Figura 19 - Imagem do Arthur Estevez na reforma da via de escalada “Passagem dos Olhos”, no Rio de Janeiro / RJ, feita por um dos membros da equipe voluntária de filmagem.	93
Figura 20 - João Pedro Vergnano escalando em uma área que passa por propriedades particulares, em Mangaratiba / RJ, ao lado de uma praia, considerada como bem público de uso comum do povo.	104

Lista de tabelas

Tabela 1 - Listas de instituições filiadas à Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro.	25
Tabela 2 - Lista com algumas normas estabelecidas pela Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME).	87
Tabela 3 - Lista com alguns documentos técnicos publicados pela Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ).	87

Lista de abreviaturas, siglas e acrônimos

AAC	American Alpine Club
ABETA	Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGUIPERJ	Associação de Guias, Instrutores e Profissionais de Escalada do Estado do Rio de Janeiro
APA	Área de Proteção Ambiental
ATM	Abertura da Temporada de Montanhismo
CBME	Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada
CBMERJ	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
CEB	Centro Excursionista Brasileiro
CENIPA	Centro de Investigação de Acidentes Aeronáuticos
CEP	Centro Excursionista Petropolitano
CERJ	Centro Excursionista Rio de Janeiro
CIMA	Congresso Internacional de Montanhismo
CMA	Caminho da Mata Atlântica
CNUC	Cadastro Nacional de Unidade de Conservação

CPAM	Comando de Polícia Ambiental
DPVAT	Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres
FCM	Federação Carioca de Montanhismo
FEDME	Federação Espanhola de Desportes de Montanha e Escalada
FEMERJ	Federação de Esportes 'de Montanha do Estado do Rio de Janeiro
FEPAM	Federação Paranaense de Montanhismo
FMERJ	Federação de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro
FIM-TE	Fundo de Incentivo ao Manejo de Trilhas e Vias de Escalada
GT	Grupos de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF	Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro
IN	Instituto Normativa
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONA	Monumento Natural
MTT	Movimento Trilha Transcarioca
NGI	Núcleo de Gestão Integrada
ONU	Organização das Nações Unidas
PARNASO	Parque Nacional da Serra dos Órgãos
PE	Parque Estadual
PL	Projeto de Lei
PN	Parque Nacional
PNMDI	Parque Natural Municipal Dois Irmãos
PNM	Parque Natural Municipal
PNT	Parque Nacional da Tijuca
REBIO	Reserva Biológica
REVIS	Refúgio da Vida Silvestre
RNM	Rio nas Montanhas
SEA	Secretaria de Estado do Ambiente
SEAS	Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
SMAC	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUS	Sistema Único de Saúde
UCs	Unidades de Conservação
UIAA	União Internacional de Associações de Alpinismo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICERJ	União de Caminhantes e Escaladores Rio de Janeiro

*Em algum lugar entre a base da escalada e o cume está a
resposta ao mistério do por que escalamos.*

Greg Child

1

Introdução

O mundo está diante de uma crise ambiental por consequência da relação historicamente construída entre o homem e o meio que o circunda (SCARANO, 2021). A transformação da natureza promovida por tanto tempo sem a clara percepção de que os recursos naturais eram finitos, fez com que gerássemos um considerável declínio da biodiversidade e das funções ecossistêmicas. A partir das últimas décadas, variados ramos da sociedade têm dedicado esforços para, dentre outras ações, conter a perda de habitats, conservar os espaços naturais remanescentes e restaurar ambientes alterados pelas ações humanas.

Neste contexto, diversas áreas com características naturais relevantes estão hoje inseridas em Unidades de Conservação (UCs)¹, ou seja, em territórios destinados à conservação e o uso sustentável dos recursos (BRASIL, 2000). Isso inclui as áreas de montanhas, que cobrem cerca de um quarto da superfície terrestre e são elementos constitutivos indispensáveis para o desenvolvimento sustentável (VEITH; SHAW, 2011), responsáveis por um sem-número de serviços ecossistêmicos², como manutenção da biodiversidade, estabilidade climática, fornecimento de água, alimento e outros bens materiais e imateriais (BRASIL, 2021).

No estado do Rio de Janeiro, dentre os segmentos do público que frequenta as UCs com regularidade estão os montanhistas, justamente por ser onde está localizada grande parte das montanhas e seus ecossistemas associados. Um dos motivos para isso ocorrer é o fato de a presença de remanescentes de Mata Atlântica ser um dos critérios para a criação de UCs (OLIVEIRA; BARBOSA, 2010; BRASIL, 2019). Nesse sentido, considerando a história da ocupação humana, as florestas mais preservadas, pelo menos da Região Sudeste do Brasil, se concentraram em locais com relevo acidentado e de grandes elevações, já que estes

¹ De acordo com a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, conhecida como Lei do SNUC, o termo “Unidade de Conservação” se refere a: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

² Os serviços ecossistêmicos são definidos pela Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, como “benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais”.

são mais difíceis de povoar e desenvolver práticas agrícolas (GOMES *et. al.*, 2009; PEREIRA, 2009). Há, portanto, uma intensa relação entre os montanhistas e as UCs, em que estes, no geral, se apresentam como incentivadores da criação e conservação de áreas protegidas.

O montanhismo³ emergiu como atividade esportiva na Europa desde o início do século XVIII, tendo chegado ao Brasil no século XIX, a partir do fluxo migratório daquele continente. Se, de início, a ascensão de montanhas por prazer era uma atividade pulverizada, aventureira, contemplativa, sem organização e técnicas próprias, com o tempo foram sendo criadas entidades que atualmente compõem o *montanhismo organizado*. Cabe ressaltar que no âmbito deste trabalho entende-se como montanhismo organizado o conjunto de instituições sem finalidade lucrativa, em suas diferentes formas de apresentação (associação, federação e confederação), que têm atuação voltada para a organização desse esporte, perpetuando a chamada *cultura de montanha*.

Como reconhecimento da importância dessa cultura, o montanhismo foi declarado em 2019 como Patrimônio Cultural Intangível da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e, em 2021, como Patrimônio Cultural e Imaterial do estado do Rio de Janeiro pela Lei estadual nº 9.205/2021 (DELAPIERRRE, 2018; ERCKHARDT, 2019; RIO DE JANEIRO, 2021). Ao passo em que cada vez mais são constatados problemas oriundos do turismo comercial desordenado e não capacitado em UCs, em especial com relação à degradação das condições ambientais, esses reconhecimentos são de grande relevância, pois, de certa forma, diferenciam e valorizam a cultura de montanha.

Os montanhistas e suas associações costumam ser considerados amantes da natureza e apresentam um histórico de militância junto às lutas ambientalistas, defendendo a recreação aliada à conservação das áreas naturais (DIAS, 2009). A partir de erros e acertos, os montanhistas foram forjando um conjunto de princípios

³ O montanhismo é uma prática esportiva e de lazer em que o ser humano se coloca em frequente contato com a natureza ao realizar atividades como caminhadas e escaladas, em suas diversas modalidades.

e valores que prezam pela conservação das áreas montanhosas e estimulam a prática esportiva sob o preceito do mínimo impacto (CBME, 2012).

Segundo Minc (2019), “o montanhismo sintetiza a comunhão do homem com a natureza como poucas atividades” e é inegável a responsabilidade com a qual esse esporte é praticado, tanto em termos de segurança física quanto ambiental. O autor também ressalta que o estado do Rio de Janeiro se tornou o centro da produção cultural, social, esportiva, recreativa e política do montanhismo brasileiro (Minc 2019). Essas percepções estão alinhadas com a justificativa deste trabalho, que é a relevância de avaliar as características do montanhismo e a atuação de suas entidades representativas destacando como elas podem ser propulsoras da sustentabilidade ecológica das UCs.

A organização do esporte foi primordial para várias das conquistas políticas dos montanhistas, de forma que as associações foram se conectando em uma estrutura de filiações. A Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ), criada no ano 2000, congrega onze entidades, que, juntas, compartilham conhecimentos e experiências. Além de serem referências técnicas da prática esportiva em si, são instituições que colaboram frequentemente com o poder público e com a sociedade em geral, por exemplo, promovendo ações de monitoramento, reflorestamento e manejo de áreas naturais, combate a incêndios, auxílio em resgates de acidentados em áreas de difícil acesso, parcerias com pesquisadores em estudos ecológicos, dentre tantas outras atividades.

Talvez uma das ações política e técnica mais relevantes da FEMERJ em termos de conservação de áreas naturais seja a sua participação em Conselhos Gestores⁴ de UCs. Para que esses espaços protegidos pela legislação de fato cumpram com a sua função, são necessários planejamentos e estratégias de gestão construídos de maneira participativa e transdisciplinar, no sentido de ter em vista as diferentes dimensões de realidade e promover o diálogo entre o “sagrado” dos atores envolvidos e as diversas disciplinas científicas (SONAGLIO, 2006). Dessa forma, a presença de instituições representativas dos montanhistas nesses fóruns de

⁴ Conselhos Gestores são fóruns de discussão, negociação e gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência, para tratar de questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas. Estes atuam de acordo com as competências definidas no Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, que regulamenta artigos da Lei do SNUC.

discussão é primordial, tanto para o compartilhamento do conhecimento desses grupos quanto para que a cultura de montanha seja considerada ao se pensar e definir políticas públicas.

Todavia, ocorre que as redes sociais por meio da internet, componentes relativamente novos, tendem a valorizar movimentos mais midiáticos e não necessariamente os que têm maior embasamento técnico e estiveram na vanguarda. Com isso, há o risco de privilegiar a participação de atores “mais populares” nos fóruns de discussão em detrimento dos que trazem consigo a essência da cultura de montanha. Nesse sentido, em se tratando de representatividade, algo que é considerado durante a formação de Conselhos Gestores de UCs, cabe deixar claro como se dá a organização do montanhismo em termos institucionais, assim como valorizar o seu papel.

Deve-se considerar que cada vez mais as pessoas são atraídas por atividades ao ar livre e que os próprios gestores das UCs têm colocado o turismo como uma de suas metas (BRASIL, 2022). Ainda que existam diferenças significativas entre esportes de aventura e turismo, evidentemente esse é um grande passo para a conservação, pois a vivência em áreas naturais potencializa a conexão emocional e, portanto, o engajamento em causas ambientais. Em contrapartida, o excesso e o comportamento de visitantes pode comprometer a sustentabilidade das trilhas e dos ecossistemas associados, análise que deve ser feita caso a caso e com a participação de quem tem conhecimento de causa.

Outro aspecto a ser levado em conta é que, ao menos no Rio de Janeiro, os últimos anos formam marcados por uma constante troca de gestores de UCs, o que prejudica as articulações feitas no passado e demanda um trabalho frequente de elucidação sobre os princípios e valores do montanhismo. Somado a isso, o recente quadro político de desmonte e de desprestígio das instituições ligadas à conservação da natureza torna ainda mais acentuado o papel que a sociedade civil pode exercer na conservação democrática destes espaços públicos. Dessa forma, é relevante que sejam feitos resgates históricos e a divulgação da ética do montanhismo, para que a identidade social, laços de solidariedade e outras tradições vivas e significativas não se percam e, também, para que as boas práticas nesses ambientes sejam conhecidas e absorvidas pelos demais públicos.

Nesse contexto, é essencial que se amplie a compreensão das percepções dos montanhistas sobre direitos difusos e comportamentos éticos como, por exemplo: a) mínimo impacto (adotar boas práticas que contribuam para a conservação de áreas naturais); b) auto-regulamentação (considerar as competências das entidades do montanhismo organizado na determinação de recomendações para a prática esportiva); c) direito ao risco (assegurar o direito à exposição deliberada a riscos inerentes ao montanhismo, cabendo ao próprio praticante a responsabilidade de conhecer, mensurar e assumir as incertezas sobre a sua segurança); e d) direito ao acesso (privilegiar a opção de visitação em áreas de montanha com a menor restrição possível, como forma de respeitar a liberdade e autonomia de visitantes).

Todos esses conceitos passam pela ótica da diversidade de experiências em UCs, o que deve ser considerado na gestão do uso público, para que haja respeito às diferentes capacidades, personalidades e identidades culturais dos visitantes, sem que haja padronização excessiva ou eliminação de possibilidades recreativas de públicos minoritários. Bradford (2019) aponta diversos aspectos positivos relacionados ao incremento da diversificação de oportunidades de recreação em UCs, inclusive em áreas naturais primitivas⁵, o que passa pelo entendimento dos relacionamentos das pessoas com os lugares, considerando os seus valores, símbolos, emoções, história e identidade. Entendimentos esses que só ocorrem a partir de trocas de saberes, sendo os Conselhos Gestores de UCs um caminho apropriado para tratá-los.

Segundo Andrade & Lima (2016), “um dos maiores problemas que envolve o bom funcionamento dos conselhos gestores em UC’s é o fato de o papel e as atribuições dos mesmos ainda não estarem devidamente entendidos e assimilados pelos conselheiros e gestores das Unidades”. Nesse sentido, é relevante que haja diálogo entre os conselheiros, a diretoria das instituições das quais eles fazem parte e as comunidades que representam, pois a partilha de conhecimento entre esses atores possibilita que os conselheiros conheçam os problemas socioambientais e

⁵ Bradford (2019) utiliza o termo ‘áreas naturais primitivas’, o qual foi pensado a partir de uma adaptação do conceito do caráter primitivo intrínseco a áreas *wilderness* (tipo de área legalmente protegida nos Estados Unidos) e alcança um público especializado e capacitado em atividades em áreas naturais, dentre outras razões, por serem áreas de difícil acesso e sem a presença de infraestrutura e manejo destinados à visitação.

possam melhor representá-los nas reuniões e na busca de melhorias locais (DA SILVA; DA ANUNCIAÇÃO; DE ARAÚJO, 2020). Portanto, para fazer com que os princípios e valores do montanhismo sejam levados aos fóruns de discussão e reverberados em políticas públicas, um importante passo é refletir sobre qual seria o foco de atuação dos conselheiros da FEMERJ, deixando claras as expectativas para as suas atuações.

Dessa forma, inicialmente são abordados aspectos relacionados à organização do montanhismo, à gestão participativa e à visitação em UCs, para então aprofundar sobre os princípios e valores do montanhismo, sugerindo ao final de cada capítulo os aspectos considerados mais relevantes para serem trabalhados junto aos representantes da FEMERJ, aos montanhistas em geral e aos órgãos ambientais, os quais são indicados no texto na forma de recomendações a serem oportunamente avaliadas junto aos diferentes atores envolvidos. Espera-se, com isso, promover uma reflexão sobre a sustentabilidade em áreas naturais montanhosas e contribuir para o fortalecimento e maior efetividade da participação da FEMERJ nos Conselhos Gestores de UCs, gerando também novos aprendizados para aperfeiçoar a gestão participativa e defender os interesses dos montanhistas nos territórios por eles frequentados.

Objetivos

O objetivo geral do presente trabalho é fornecer um conjunto de informações estruturadas sobre assuntos relevantes para praticantes de esportes de aventura em ambientes de montanha. Com isso, espera-se contribuir para o protagonismo do segmento dos montanhistas em suas participações nos Conselhos Gestores das UCs, com o intuito de cooperar para gestão inclusiva das mesmas considerando a preservação da cultura de montanha e do meio ambiente.

Os objetivos específicos são:

- Apresentar como se dá a atuação da FEMERJ e demais entidades representativas do montanhismo organizado, relacionando-a com aspectos ligados à sustentabilidade de UCs;

- Aprofundar sobre os princípios e valores do montanhismo, trazendo exemplos e recomendações para diversos atores que interagem com a gestão de UCs; e
- Discorrer sobre legislações e outros documentos orientadores que impactam na prática do montanhismo, investigando a participação social e levantando seus principais pontos de atenção.

2 Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos utilizados consistiram na realização de revisão bibliográfica sobre temas tratados neste trabalho, como montanhismo, UCs e Conselhos Gestores, para a construção de um conjunto estruturado de conhecimentos feito a partir de informações disponíveis principalmente em artigos científicos e legislações, por meio de busca ativa na internet. Além disso, foi feita a análise de documentos publicados por entidades representativas do montanhismo e por órgãos ambientais, como estatutos e outros materiais técnicos. Maior ênfase foi dada à principal publicação do montanhismo organizado brasileiro, que é o documento intitulado “Montanhismo Brasileiro Princípios e Valores” (CBME, 2012) (Figura 1). Salienta-se que o recorte espacial desta pesquisa abrange especialmente o estado Rio de Janeiro, mas as reflexões apresentadas não se limitam a essa localidade, e que o tema abordado compreende acontecimentos desde o século XVIII, porém, com enfoque entre os anos 2000 e 2023. Ressalta-se, ainda, que a autora é montanhista experiente e atua como Diretora de Meio Ambiente da FEMERJ, instituição sobre a qual é dado maior destaque, de forma que seu conhecimento proveniente dessa experiência foi incorporado ao trabalho.

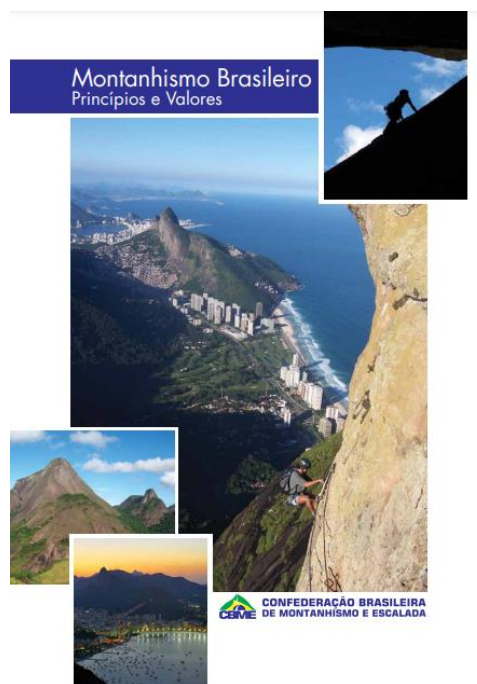


Figura 1 - Capa do documento denominado “Montanhismo Brasileiro Princípios e Valores”, publicado em 2012 pela Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada.

Fonte: CBME, 2012.

3

Breve história e papel do montanhismo organizado

3.1

Associativismo e relação entre entidades do montanhismo

O hábito de subir montanhas por prazer, e não com carácter exploratório para sobrevivência, expedições científicas ou colonização de territórios, já emergia na Europa desde o início do século XVIII (MAIA, 2019). Porém, foi a partir do século XIX, com o ápice do fluxo migratório de pessoas vindas deste continente para a América Latina, que esta atividade chegou ao Brasil. Inicialmente o montanhismo era praticado basicamente por estrangeiros visitantes, mas, aos poucos, foi ganhando uma feição de esporte, com novos adeptos e se consolidando nacionalmente a partir do início do século XX, quando também passou a ocupar mais espaço nas mídias (LUCENA, 2008). Certamente havia pessoas que passeavam pelas montanhas antes desses períodos, porém, provavelmente não se tinha a noção de esporte, muito menos de montanhismo organizado.

Neste contexto, observa-se que a partir da metade do século XIX praticamente todos os países europeus com montanhas importantes já tinham fundado entidades com o objetivo de organizar excursões e divulgar os grandes feitos, como o Clube de Excursionismo Britânico (1857), o Clube Alpino Suíço e Italiano (1863), o Clube Alpino Alemão (1869), o Clube Alpino Francês (1874) e o Clube Alpino Belga (1883) (STRUMINSKI, 2003). Já nos Estados Unidos, o Clube de Montanha Montes Apalaches (1876) é o mais antigo e se destaca por apresentar, desde aquela época, uma clara visão da importância do montanhismo enquanto recreação aliada à conservação das áreas naturais. Muito possivelmente esta foi a primeira iniciativa de aliar conservação da natureza à exploração e à escalada de montanhas. Foi presidido por John Muir (BRADFORD, 2019), montanhista e naturalista, fundador de uma das pioneiras organizações conservacionistas de seu país, a Sierra Club (1892) (ILHA, 2014). John Muir também contribuiu diretamente para a criação da primeira UC do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone (1872), além de várias outras, ficando conhecido como "João das Montanhas" e "Pai dos Parques Nacionais".

A partir das trocas culturais e com o aumento da popularização do montanhismo no Brasil, algumas associações que surgiram na transição entre os

séculos XIX e XX apresentavam a finalidade de realizar idas periódicas para áreas naturais montanhosas, como o Clube Alpino Brasileiro (1900), o Centro Andarilho do Brasil (1914) e o Clube Pedestre Nacional (1917), todos localizados no Rio de Janeiro, cidade brasileira frequentemente apontada como sendo a que apresenta o montanhismo mais solidamente desenvolvido (DIAS; MAIA, 2017). Porém, apesar destas instituições se aproximarem do que se entende hoje por clubes de montanhismo⁶, elas tiveram vida relativamente curta, não se consolidando como importantes marcos para os montanhistas atuais.

A mais antiga associação desse esporte que ainda permanece em operação no Brasil e segue sendo a primeira importante referência do montanhismo organizado de toda a América do Sul é o Centro Excursionista Brasileiro (CEB), fundado em 1919 e sediado no Rio de Janeiro (CEB, 2019). Com mais de cem anos de história, o CEB antecedeu diversos outros clubes e associações, sendo que muitos deles foram extintos e outros se mantêm em funcionamento até os dias atuais. Esta longa existência contribuiu para criar alguma institucionalidade às ações políticas ligadas à conservação da natureza, bem como para a construção de uma mentalidade cooperativa e participativa de seus associados, propiciando um lugar de fala por parte dos montanhistas.

A convivência e a troca de informações promovidas pelos clubes de montanhismo foram essenciais para a construção de princípios e valores que formam uma ética própria existente entre os montanhistas e lhes confere uma identidade social (LUCENA, 2008; WEID, 2006). Assim, apesar de alguns montanhistas apresentarem opiniões diversas sobre determinados assuntos, conforme destacado por Struminski (2003), o que é inerente ao ser humano e saudável para a sociedade, há comportamentos éticos esperados pelo grupo de montanhistas como um todo. Os clubes não são mais, portanto, centros para a prática de esportes apenas, eles são instituições representativas de um grupo de pessoas com ideais e tradições, com conhecimentos e regras morais sobre a utilização dos espaços naturais de montanhas. Dentre estas tradições, sem dúvida

⁶ Clubes de montanhismo e centros excursionistas são termos utilizados para se referir a associações atualmente ligadas ao montanhismo organizado, sendo, neste contexto, sinônimos.

uma identidade de cooperação e solidariedade entre os membros consistem em aspectos distintivos.

Atualmente, as instituições voltadas para o montanhismo estão conectadas, não apenas no Brasil, mas no mundo. A instância máxima do montanhismo organizado é a União Internacional de Associações de Alpinismo (UIAA) e, filiada a ela, há a Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME), que congrega diversas federações e associações.

A UIAA foi fundada em 1932 e representa confederações, federações e associações de 69 países de seis continentes, integrando mais de 3 milhões de pessoas (ROMERO, 2020). Essa instituição é autoridade na difusão da cultura de montanha e regulamenta o esporte, tendo estabelecido normas de segurança, sendo referência sobre sustentabilidade em montanhas e apresentando importante papel político. O selo UIAA significa alto padrão de qualidade e ser filiado, direta ou indiretamente, à UIAA confere prestígio dentro da comunidade de montanhistas em todo o mundo.

Dentre as centenas de documentos técnicos publicados pela UIAA, destacam-se algumas de suas declarações, a saber: Declaração de Katmandú de 1982 (UIAA, 1982), Declaração de Kranjska Gora de 1997 (UIAA, 1997), Declaração de Tirol de 2002 (UIAA, 2002) e Declaração de Ética na Montanha de 2009 (UIAA, 2009). Esses documentos colocam em palavras os principais aspectos relacionados à ética do esporte, além de tratar das mudanças climáticas e outros aspectos relacionados à conservação dos espaços de montanha.

A CBME, que participa ativamente das comissões da UIAA, é uma entidade que visa proteger a liberdade, promover os interesses dos montanhistas e escaladores brasileiros e difundir o esporte dentro dos altos padrões de segurança e responsabilidade. Fundada no ano de 2004, atualmente é formada por 36 entidades, agrupadas em 11 agremiações: Federações de montanhismo dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Ceará, Associação Capixaba de Montanhismo, Clube Baiano de Montanhismo e Associação de Escaladores do Rio Grande do Norte. O trabalho dessas instituições é feito com base no montanhismo como um todo, seguindo as diretrizes assumidas

mundialmente, de forma que mesmo montanhistas não associados também são beneficiários de suas ações.

A FEMERJ é a federação composta pelo maior número de entidades filiadas, sendo onze no total (Figura 2 e Tabela 1).



Figura 2 - Estrutura do montanhismo organizado com foco no estado do Rio de Janeiro.

Tabela 1 - Listas de instituições filiadas à Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro.

Nome da Instituição	Ano de Criação	Site
CEB – Centro Excursionista Brasileiro	1919	http://www.ceb.org.br/
CEF – Centro Excursionista Friburguense	1935	http://www.cef.org.br/
CERJ – Centro Excursionista Rio de Janeiro	1939	http://www.cerj.org.br/
CEC – Clube Excursionista Carioca	1946	http://www.carioca.org.br/
CEL – Clube Excursionista Light	1956	http://www.celight.org.br/
CEP – Centro Excursionista Petropolitano	1958	http://www.petropolitano.org.br/
CEG – Centro Excursionista Guanabara	1959	http://www.guanabara.org.br/
GEAN – Grupo Excursionista Agulhas Negras	1962	https://gean.org.br/
CET – Centro Excursionista Teresopolitano	1998	http://www.ceteresopolitano.org/
AGUIPERJ – Associação de Guias, Instrutores e Profissionais de Escalada do Estado do Rio de Janeiro	2001	http://www.aguiperj.org.br/
CNM – Clube Niteroiense de Montanhismo	2004	http://www.niteroiense.org.br/

Cabe ressaltar que na década de 70 foi fundada a Federação Carioca de Montanhismo (FCM), que se tornou estadual e passou a se chamar Federação de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro (FMERJ). Porém, essa instituição foi extinta no início dos anos 80. Já a atual FEMERJ é resultado de processo que se iniciou no começo da década de 90, quando os próprios clubes de montanhismos do estado começaram a se reunir para tratar questões gerais, em um movimento que foi batizado de Fórum Interclubes, e decidiu pela criação da nova federação.

Fundada em 28 de agosto de 2000, a FEMERJ é uma associação sem fins lucrativos estabelecida como entidade estadual de administração do desporto de

montanhismo em todas as suas manifestações, que possui caráter desportivo, ambiental e cultural. Em seu estatuto, ela reconhece o montanhismo como sendo (Figura 3):

[...] uma prática esportiva e que se caracteriza pela ascensão em montanhas e elevações rochosas, por meio de caminhadas ou escaladas, com diferentes graus de dificuldade e tempos de duração. O termo “montanhismo” abrange as seguintes atividades e suas práticas derivadas: caminhadas em montanhas ou *trekking* (de curta e longa distância, eventualmente incluindo pernoites); escalada em rocha (esportiva e tradicional); escalada em gelo e neve; alta montanha; “*bouldering*”; e escalada em muros artificiais (FEMERJ, 2015).



Figura 3 - Laura Petroni escalando em gelo no Peru.

Foto: Pedro Bugim.

A estrutura da FEMERJ é composta por um presidente, dois vice-presidentes e pelo diretor financeiro, que são eleitos por assembleia geral a cada biênio, além de secretaria geral e das diretorias técnica, de meio ambiente, de comunicação, de competições e jurídica, que são nomeadas pelo presidente e podem, ainda, ser descentralizadas em subdiretorias (FEMERJ, 2015). Todos os atores envolvidos na instituição atuam voluntariamente, sendo, portanto, movidos pela militância em defesa das questões que afetam o montanhismo. Além disso, os dirigentes da FEMERJ são eleitos a partir de votos das suas entidades filiadas, o que é feito por meio de assembleia geral aberta ao público (FEMERJ, 2015).

As discussões temáticas sobre a prática do montanhismo e a conservação dos ambientes de montanha são fomentadas por meio de seus Grupos de Trabalho

(GT), Comissões e Conselhos que aprofundam sobre temas específicos, como: Comissão de Trilha, Comissão de *Highline*, Comissão de Rapel, GT Cultura do Montanhismo, GT Manejo de Áreas Naturais, Conselho Técnico, entre outros. O conjunto temático destes GTs dá uma noção da amplitude de atuação da FEMERJ.

Um dos objetivos da FEMERJ é organizar o esporte, incentivando a prática com responsabilidade individual e ambiental, produzindo e difundindo o conhecimento técnico. A sua atuação é pautada pela autonomia esportiva e o respeito à história, às tradições, aos símbolos, aos princípios e aos valores do montanhismo brasileiro. Dentre as atividades por ela coordenadas estão a homologação de cursos, o manejo de trilhas e vias de escalada, a produção de documentos técnicos, a organização de eventos para a divulgação da cultura e boas práticas do montanhismo, a articulação junto aos órgãos ambientais e demais atores dos setores público e privado.

Um dos seus maiores desafios tanto da CBME quanto da FEMERJ é que, apesar de fazerem muito pela organização do esporte, por vezes faltam recursos financeiros e humanos para desenhar procedimentos de trabalho, comunicar os resultados e explanar sobre a cultura de montanha, o que deveria ser superado. Neste contexto, o passo primordial a ser trabalhado pelos representantes da FEMERJ no âmbito dos Conselhos Gestores de UCs é compartilhar com os demais o histórico do montanhismo organizado, ressaltando a sua conexão com as diretrizes mundiais que foram construídas por incontáveis amantes do esporte ao longo dos últimos séculos.

3.2

Atuação do montanhismo organizado com foco na sustentabilidade

A justificativa apresentada no Projeto de Lei (PL) nº 1.199 de 2019, que culminou na declaração do montanhismo como patrimônio cultural imaterial do estado do Rio de Janeiro, ressalta o montanhismo organizado e sua consciência ambiental ao afirmar que:

O montanhismo organizado que nasceu no Rio de Janeiro também impinge elevada consciência ecológica a seus praticantes que adotam recomendações de mínimo impacto ambiental em suas práticas, além de realizarem atividades de

conservação da natureza. Historicamente, os montanhistas estão envolvidos na conservação do meio ambiente e, atualmente, se encontram representados pela FEMERJ que atua em parceria com as unidades de conservação (UC) para o manejo da atividade de montanhismo e da visitação em áreas naturais, e tem cadeira em conselhos consultivos em mais de 10 UCs (RIO DE JANEIRO, 2019).

Um caso que exemplifica a influência dos montanhistas em questões ambientais e de ordenamento territorial é a Área de Proteção Ambiental (APA) do Morro da Pedreira, localizada na Serra do Cipó, no estado de Minas Gerais (RIBEIRO *et. al.*, 2004). Esta é uma UC que foi criada em janeiro de 1990 por forte influência de escaladores, não apenas desse estado, mas também do Rio de Janeiro, São Paulo e outros. Por ser um local propício à prática de montanhismo e bastante frequentado por esse público, houve uma grande reação da população frente à ameaça de destruição do morro por atividade de mineração voltada para a extração de mármore.

O surgimento do Movimento Pró-Morro da Pedreira, a formação do Grupo de Ação Ecológica, que segue ativo até os dias atuais, e as diversas atividades que foram desenvolvidas à época, como manifestações, abraço simbólico e estudos sobre as questões jurídicas, foram pioneiras na incorporação de aspectos políticos de sustentabilidade no esporte. Em pouco tempo, a APA foi criada e os locais de escalada foram preservados. Essa vitória em defesa do uso sustentável dos recursos naturais foi emblemática e encorajou os montanhistas na realização de outros movimentos em prol da criação de novas UCs.

O Monumento Natural (MONA) Municipal do Pão de Açúcar também é uma área protegida que contou com a luta ativa de montanhistas para a sua criação, em um movimento que perdurou por 16 anos em que foram feitas dezenas de reuniões, abaixo-assinados e propostas apresentadas junto a órgãos ambientais (CORRÊA, 2006). Essa UC está localizada na Urca, no Rio de Janeiro, e é um dos maiores pontos turísticos do estado, além de ser o maior centro de escalada urbana do mundo. Desde a sua criação, em 2006, a cobertura vegetal foi consideravelmente ampliada e isso se deve em parte à parceria feita com a FEMERJ, que na época assinou um Termo de Adoção com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), órgão gestor dessa UC, e contribuiu com o significativo reflorestamento e com o manejo da visitação que perdura até os dias atuais.

Presente em ambos os movimentos citados e em diversos outros, destaca-se o montanhista André Ilha, que é escalador há mais de 45 anos e ocupou importantes cargos de gestão em órgãos estaduais de meio ambiente do Rio de Janeiro. Ao longo de sua carreira como servidor público foi presidente do Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro (IEF)⁷ em três oportunidades, superintendente de Biodiversidade da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA)⁸ e diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Ao assumir esses cargos pôde participar da criação de oito parques e reservas estaduais, além de outras UCs. Trata-se de um precursor no sentido de juntar o montanhismo à conservação da natureza no estado do Rio de Janeiro.

Portanto, por sugestão de montanhistas e com apoio de suas organizações, hoje temos grandes UCs, como o Parque Estadual da Pedra Selada e o Parque Estadual dos Três Picos, o maior do estado do Rio de Janeiro e considerado um dos locais mais emblemáticos de escalada do Brasil. Mais recentemente, entre os anos de 2020 e 2022, alguns montanhistas, em especial o Julian Kronenberger, ex-presidente do Centro Excursionista Petropolitano, estiveram à frente da criação de mais uma UC, o MONA Maria Comprida. Essa UC se concretizou no dia 1º de julho de 2022, logo na sequência de outra conquista local, que foi o fato de o montanhismo ter sido declarado também como patrimônio cultural e imaterial da cidade de Petrópolis (PETRÓPOLIS, 2022).

A ideia de criação desse MONA veio de montanhistas e, além do apoio do montanhismo organizado, a aproximação e a dedicação do deputado Carlos Minc foram essenciais. Cabe ressaltar que o processo de criação de UC costuma ser extremamente trabalhoso, envolve formação de grupo de trabalho, realização de estudo técnico e de mapeamento, elaboração de projeto, reuniões e audiência públicas, sanção ou reação a veto de governador, dentre outras etapas. Esta iniciativa foi premiada pela CBME em 2023, em um evento promovido pela FEMERJ, tendo recebido o troféu “Mosquetão de Ouro” na categoria Montanhismo e Ação Local.

⁷ O Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro (IEF) foi extinto em 2009 e substituído pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

⁸ Atualmente a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) recebe o nome de Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS).

A postura da FEMERJ ao se apresentar como parceiro do poder público e se disponibilizar para discutir e negociar as questões acerca do montanhismo e da qualidade ambiental junto aos administradores e órgãos ambientais, contribui para quebrar resistências e dar credibilidade aos seus pleitos. Nesse sentido, esses acontecimentos são relevantes e sugere-se que sejam ressaltados no âmbito dos Conselhos Gestores de UCs, pois demonstram a consciência ambiental dos montanhistas, colocando este grupo como aliado das áreas protegidas.

Ainda com relação à sustentabilidade, os montanhistas já realizaram um sem-número de ações de reflorestamento e de limpeza de ambientes naturais, promovendo não apenas a conservação, mas também a educação ambiental. Nesse quesito destaca-se, também, a Abertura da Temporada de Montanhismo (ATM), um evento que existe há mais de 30 anos e, desde 2010, faz parte do calendário estadual (RIO DE JANEIRO, 2010). Apesar de ter sido iniciado por um grupo pequeno de montanhistas que desejavam se reunir e festejar, hoje representa muito mais, sendo um ambiente de divulgação da cultura de montanha e de fortalecimento de laços com a gestão pública. Este é o maior evento de montanhismo do Brasil e a sua organização é integralmente realizada pela FEMERJ, sem finalidade lucrativa, com a participação de dezenas de voluntários.

A ATM teve origem na cidade do Rio de Janeiro e foi se popularizando, sendo replicada em várias outras cidades e estados. Com a ampliação de seus objetivos e conteúdo, unido à necessidade da criação de uma identidade própria, o encontro que acontece anualmente na praça General Tibúrcio, na Urca, passou a se chamar “Rio nas Montanhas” (RNM). A edição de 2022, seguindo os passos das anteriores, contou com diversas atividades abertas ao público, incluindo oito palestras, quinze oficinas gratuitas ligadas ao meio ambiente e ao esporte, nove workshops técnicos, atividades sociais, cinema na praça, muro de escalada infantil, lançamento de guia de escalada, tenda de clubes, apoiadores e parceiros, gincanas, praça de alimentação e show musical (Figura 4).



Figura 4 - Dezenas de montanhistas escalando no Morro da Babilônia, na Urca, no Rio de Janeiro / RJ, durante o encontro “Rio nas Montanhas”, realizado em 2022.

Foto: Pedro Bugim.

O conteúdo do RNM reforça a relação do montanhismo com a natureza e sua responsabilidade ambiental. Como exemplo, destacam-se as palestras sobre a Década do Oceano, abelhas nativas sem ferrão, o projeto Caminho da Mata Atlântica e o papel da fauna para as florestas. Dentre as oficinas, foram realizadas atividades de compostagem, plantio de mudas e sementes e manejo sustentável de trilhas. Além disso, houve a presença de gestores e equipes de UCs federais, estaduais e municipais, além do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro e do deputado estadual Carlos Minc.

A proteção do ambiente montanhoso sempre foi uma das principais preocupações do montanhismo organizado, mas hoje esse compromisso é mais forte do que nunca, não apenas seguindo a tendência mundial, mas também as diretrizes da UIAA. Cabe salientar que, apesar de haver peculiaridades inerentes a cada região do planeta, as principais questões relacionadas ao montanhismo que são tratadas neste trabalho são as mesmas discutidas internacionalmente: mínimo impacto, auto-regulamentação, direito ao risco e direito ao acesso.

Um dos maiores desafios para o montanhismo organizado no Brasil é difundir esses princípios e valores, prezando pela sustentabilidade ambiental e do esporte, junto aos próprios montanhistas, ao poder público e à sociedade em geral. Enquanto a FEMERJ e a CBME trabalham para internalizar conceitos básicos, a

UIAA vai além e hoje consegue, inclusive, fazer análises e emitir relatório sobre a sua pegada de carbono⁹, mostrando que há um longo caminho de amadurecimento e crescimento institucional (UIAA, 2021).

3.3

Recomendações relacionadas ao capítulo

Neste capítulo foi feita uma breve explanação sobre a história do montanhismo com foco no arranjo institucional do montanhismo organizado, demonstrando como se dá o associativismo e a relação entre as suas entidades representativas no Brasil e no mundo. Além disso, foi dada ênfase à relação do esporte com a sustentabilidade, por meio de exemplos de esforços feitos para a criação de UCs e para a disseminação da cultura de montanha. Como recomendação, destacam-se os seguintes tópicos:

- À diretoria da FEMERJ: Encontrar soluções para melhorar a comunicação de seus feitos.
- À diretoria da FEMERJ: Criar/Manter Grupos de Trabalho específicos que tratem questões complexas, como mínimo impacto, auto-regulamentação, direito ao risco e direito ao acesso.
- Aos conselheiros da FEMERJ em UCs: Considerar útil e compartilhar, sempre que houver possibilidade, a história do montanhismo organizado, fornecendo exemplos culturais e de conservação ambiental.
- A todos os montanhistas: Valorizar e contribuir com a estrutura organizacional que defende seus interesses.
- A todos os montanhistas e aos gestores de UCs: Reconhecer o montanhismo como uma atividade tradicional aliada à conservação ambiental e ressaltar legislações que considerem o montanhismo enquanto cultura.

Dentre os princípios e valores do montanhismo que se relacionam com este capítulo, destaca-se o seguinte:

Reconhecimento da importância do livre acesso às áreas de recreação em montanha: O acesso às montanhas tem grandes benefícios: a oportunidade de recreação nessas áreas promove

⁹ A pegada de carbono é uma medida que calcula a emissão de carbono equivalente na atmosfera por uma pessoa, atividade, evento, empresa, organização ou governo.

um melhor entendimento do ambiente natural e, conseqüentemente, o respeito pelo mesmo, além de promover o desenvolvimento sustentável local e a qualidade de vida. O montanhismo e a escalada estimulam também o desenvolvimento e o aprimoramento de habilidades interpessoais, como trabalho em equipe, liderança, comunicação e poder de decisão, e habilidades sociais, como responsabilidade e solidariedade. Além disso, áreas naturais frequentadas por esportistas e visitantes conscientes das práticas de mínimo impacto e de respeito ao meio ambiente inibem a prática de atividades danosas, como caça, extração de recursos e ocupação ilegal, colaborando na vigilância para a conservação dos ambientes naturais (CBME, 2012).

4

Gestão participativa em Unidades de Conservação

4.1

Contextualização da participação em Conselhos Gestores e exemplos de atuação

Segundo Borba & Lüchmann (2010), os novos canais de participação política previstos a partir da Constituição Brasileira foram resultantes de demandas e reivindicações de diversos segmentos políticos e sociais que se organizaram e lutaram durante os anos da redemocratização para que fossem criados mecanismos que permitissem a participação social nos processos decisórios voltados à formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. A participação social passa a ser cada vez mais valorizada, tendo como pressupostos o artigo 1º da Constituição Brasileira, o qual prevê que “todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente, através de seus representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição” e o artigo 225, que atribui ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

A participação social na política e na gestão ambiental está prevista em inúmeros outros documentos, mas Loureiro & Cunha (2008) salientam o fato de a Constituição Brasileira contemplar a possibilidade de importantes meios como plebiscito, referendo, iniciativa popular de lei, audiências públicas, conselhos, comitês, fóruns, orçamento participativo e ouvidorias. Seguindo essas disposições, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, instituído pela Lei nº 9.985 de 2000, assegura em seu artigo 5º “a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação” e traz uma importante ferramenta¹⁰ para cumprir esta diretriz, os Conselhos Gestores (BRASIL, 2000). Estes são fóruns de discussão, negociação e gestão que podem ser deliberativos, no caso de UCs das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, ou consultivos, quando as UCs são de outras

¹⁰ Além dos Conselhos Gestores, o SNUC traz outra ferramenta de participação social que é a Consulta Pública para criação das UCs (BRASIL, 2000).

categorias, como Parque, Monumento Natural, Área de Proteção Ambiental e Reserva Biológica.

Ao total, são doze categorias¹¹ de UCs separadas em dois grupos, as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. Além de características e objetivos próprios inerentes à cada categoria, as UCs apresentam particularidades que dependem das dinâmicas territoriais, ou seja, dos contextos ambientais, sociais, culturais, políticos e econômicos nos quais estão inseridas. Portanto, não há uma fórmula perfeita para a gestão de todas as UCs, sendo necessário haver diálogos com distintos setores da sociedade para tratar as questões específicas e assegurar a efetividade e sustentabilidade de cada um dos espaços protegidos.

Costa (2003) considera que a gestão ambiental integrada, descentralizada e participativa é um dos alicerces para a construção do desenvolvimento sustentável. No entanto, apesar de ser uma obrigatoriedade pela legislação vigente, muitas UCs seguem sem o funcionamento de Conselhos e um dos entraves para a não implantação desses fóruns é o custo para operacionalizá-lo. Segundo Douroujeanni & Pádua (2013), o Brasil está nos últimos lugares do mundo em recursos financeiros e funcionários por unidade de área protegida. Esta é uma questão a ser superada e a instalação e o funcionamento dos Conselhos devem, não apenas fazer parte da previsão orçamentária da UC, mas ser algo tratado como prioridade para alcançar a efetiva implementação e operacionalização das UCs (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

O sucesso na gestão das UCs não está relacionado à modalidade do seu Conselho, se deliberativo ou consultivo, mas principalmente ao seu carácter de legitimidade e de abertura para a participação da sociedade, além da capacidade e habilidade do grupo em lidar com os conflitos internos e externos (ANDRADE; LIMA, 2016). Não basta existir, o Conselho deve promover um exercício de sustentabilidade democrática, que amplie a noção de pertencimento por parte da população. Nesse sentido, Loureiro & Cunha (2008) frisam que as restrições ao uso

¹¹ O SNUC define as seguintes categorias de UCs dentro do Grupo das Unidades de Proteção Integral: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias: I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

dos espaços pelas comunidades, sem que os limites sejam definidos por um amplo processo técnico e, ao mesmo tempo, democrático, provocam nelas uma percepção negativa sobre as UCs.

Diegues (2008), conhecido por sua famosa obra *O mito moderno da natureza intocada*, aborda os campos simbólicos e imaginários oriundos das relações ser humano/natureza e também faz referência aos efeitos negativos da falta de diálogo. O autor enfoca as injustiças praticadas repetidas vezes durante o processo de criação e implantação de UCs, em especial a expulsão dos moradores que habitavam o território sem levar em consideração a história de vida das populações em relação ao ambiente. Cabe ressaltar que seus trabalhos são dedicados ao estudo de povos tradicionais, como indígenas, quilombolas e caiçaras, que dependem dessas áreas para a sua própria sobrevivência. Porém, apesar de não tratar especificamente da relação de montanhistas com os ambientes naturais, as suas reflexões sobre a importância da troca de saberes e suas críticas com relação à falta de escuta dos tomadores de decisão e à restrição de acesso a áreas são pertinentes e reforçam a necessidade de a sociedade civil participar dos debates e das decisões acerca das UCs.

A Lei do SNUC estabelece a necessidade de criação de Conselhos Gestores de UCs e o Decreto nº 4.340/2002 a regulamenta, definindo a forma de composição e de representação dos Conselhos, bem como estabelece as suas competências (BRASIL, 2002). Este assunto também é guiado pela Instrução Normativa nº 09/2014 (esfera federal) e pela Portaria IEF/RJ nº 260/2008 (esfera estadual), que estabelecem diretrizes e procedimentos para composição e funcionamento dos conselhos administrados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pelo INEA, respectivamente.

Para exercer suas funções, o Conselho Gestor deve ser o mais representativo possível, incluindo os órgãos públicos atuantes na região e organizações da sociedade civil local, sempre que possível, de forma paritária (BRASIL, 2002). Ao ser formalizado, o que ocorre por meio de publicação de portaria de criação, são definidos os diferentes setores que interagem com o território e poderão compor determinado Conselho Gestor, como Pesquisa, Agricultura, Pesca, Moradores, Turismo e Montanhismo. Os setores variam a depender das vocações e

particularidades de cada UC e determinado setor poderá ter uma ou mais cadeiras, sendo ocupadas por uma ou mais instituições.

A modificação na composição do Conselho ocorre quando houver necessidade de alteração de um ou mais setores representados e só pode ocorrer perante publicação de nova Portaria. Já o quantitativo e a relação das instituições representantes de cada setor podem ser definidos pelo próprio Conselho e se concretiza a partir de homologação interna do órgão gestor (ABIRACHED *et. al*, 2014). Esta é uma avaliação importante e que, quando feita sem reflexão e entendimento da realidade do montanhismo, pode trazer impactos na representatividade deste setor nestes fóruns de decisão.

Para Andrade (2007), situações de aumento excessivo de número de conselheiros pode comprometer a legitimidade das funções dos membros do Conselho e isso pode ocorrer em função de conflitos internos de determinado segmento ou de priorização da defesa de interesses particulares, em detrimento dos interesses mais amplos do segmento. Nesse sentido, há casos que precisam ser avaliados criticamente, como no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), em que a FEMERJ possui uma cadeira e a União de Caminhantes e Escaladores Rio de Janeiro (UNICERJ) possui outra, e no Parque Nacional da Tijuca (PNT), em que a FEMERJ divide uma cadeira com o Movimento Trilha Transcarioca (MTT).

Sobre a situação do PARNASO, cabe ressaltar que em 2022 o Centro Excursionista Petropolitano (CEP), instituição fundada em 1958 e com sede em um dos municípios de abrangência do parque, pleiteou uma cadeira e houve um impasse para decidir se o seu ingresso seria no lugar da FEMERJ ou da UNICERJ. Apesar de o CEP ser uma das várias instituições filiadas à FEMERJ, ela é independente e tem seus próprios interesses. Por outro lado, a UNICERJ é formada por um pequeno conjunto de montanhistas, sendo uma dissidência do Centro Excursionista Rio de

Janeiro (CERJ), justamente por não compactuar com alguns dos princípios e valores mundiais do montanhismo organizado, com destaque ao direito autoral¹².

A rotatividade entre instituições é uma possibilidade em casos como esse, porém, ao sugerirem a sua entrada no lugar da federação, o próprio CEP abdicou de sua candidatura, por entender que não caberia retirar a cadeira da instância máxima do montanhismo organizado no estado. Portanto, para a próxima renovação do Conselho cabe uma reflexão sobre o que deve ser prezado em situações como essa e se a rotatividade deveria ser realizada entre FEMERJ e CEP ou entre UNICERJ e CEP.

Já no PNT, o setor do Montanhismo é ocupado por uma cadeira apenas, sendo que o suplente, MTT, apresenta visão divergente do titular e das tradições do montanhismo, principalmente com relação à sinalização de trilhas. Neste caso, cabe uma reflexão sobre o fato de o suplente não representar a posição do titular. Ainda, vale avaliar se o melhor enquadramento do MTT seria no setor de Montanhismo ou no de Turismo, também presente no arranjo do Conselho desse parque.

Com relação ao mandato de cada conselheiro, o prazo é de dois anos, podendo ser renovado por igual período. Apesar de o mandato de um conselheiro expirar, a cadeira da instituição pode ser mantida por tempo indefinido, desde que esta formalize a indicação de novos representantes. A atividade dos membros dos Conselhos é exercida de forma não remunerada, sendo considerada de relevante interesse público, e a frequência de participação nas reuniões é observada, de forma que a instituição pode ser excluída do grupo se atingir o limite de faltas estabelecido no Regimento Interno do Conselho Gestor.

O artigo 20 do Decreto nº 4.340/2000 traz, em nove incisos, a competência dos Conselhos Gestores de UCs. Dentre outros aspectos, cabe ao Conselho acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo e propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação da UC com a

¹² Direito autoral é um conceito que faz parte da ética do montanhismo e visa assegurar a pluralidade de estilos na escalada em rocha, entendendo a necessidade de existirem vias de escaladas dos mais variados tipos, podendo cada escalador optar por realizar a repetição ao não, a depender do seu gosto. Assim, o direito autoral garante ao conquistador de determinada via a liberdade de decidir pelo nível de proteção que considera adequado, não cabendo a outros escaladores adentrarem na via para modificar o seu estilo sem a autorização de quem a concebeu, podendo sempre optar por não escalar a mesma seja por qual motivo for (UIAA, 1998).

população (BRASIL, 2000). A Instrução Normativa nº 09/2014, que traz complementações às competências dos Conselhos, prevê a formalização de recomendações e moções, a participação na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos instrumentos de gestão da UC, a elaboração de Planos de Ação e a criação de Grupos de Trabalhos e Câmaras Temáticas (ICMBIO, 2014).

Ao longo de sua trajetória, a FEMERJ já contribuiu com a elaboração de ao menos treze Planos de Manejo¹³. Contabilizando apenas o ano de 2022, houve a participação em dezenas de reuniões de catorze Conselhos¹⁴ dos quais a instituição é membro, além de reuniões diretas com os órgãos ambientais. A sua participação em Câmaras Temáticas também é substancial, tendo atuado como coordenadora de algumas delas que tratam do montanhismo.

Como exemplo de atuação, em 2021, 2022 e 2023 a FEMERJ coordenou, também, a inédita Câmara Temática de Delegação de Serviços do PARNASO, contribuindo com um assunto delicado e de suma relevância para a UC, que está tratando sobre a concessão a ser implementada no parque. O contrato a ser firmado terá a duração de trinta anos e a FEMERJ entende que ainda há pontos a serem discutidos, que é necessário mais diálogo em busca de consensos e maior participação da sociedade. Um dos receios provém do fato de a concessão não especificar os possíveis serviços turísticos a serem disponibilizados pela empresa que vier a vencer a licitação, deixando em aberto as possibilidades de ações voltadas ao uso público em uma grande área da UC, sem garantias de proteção do ambiente de montanha e da prática do montanhismo.

¹³ A FEMERJ acompanhou a elaboração dos Planos de Manejo do Parque Nacional (PN) da Serra dos Órgãos, PN Itatiaia, Parque Estadual (PE) da Pedra Branca, PE Serra da Tiririca, PE da Pedra Selada, Monumento Natural (MONA) dos Morros da Urca e do Pão de Açúcar, MONA Cagarras, Parque Natural Municipal (PNM) Grumari, PNM Prainha, PNM Mendanha, PNM Paisagem Carioca, PNM da Cidade e PNM Dois Irmãos.

¹⁴ Em 2022, a FEMERJ atuou como membro dos seguintes Conselhos: PN da Serra dos Órgãos, PN Itatiaia, PN Tijuca, PE da Pedra Branca, PE dos Três Picos, PE da Pedra Selada, Reserva Biológica (REBIO) Araras, MONA do Arquipélago das Ilhas Cagarras, MONA Morros do Pão de Açúcar e da Urca, Área de Proteção Ambiental (APA) dos Frades, APA Petrópolis e PNM da Catacumba. Além disso, participou dos Conselhos do Mosaico Carioca e do Conselho Municipal do Ambiente e Saneamento Básico de Guapimirim. Suas entidades filiadas ainda atuam diretamente nos Conselhos de outras UCs, como o PE Serra da Tiririca e o Refúgio da Vida Silvestre (REVIS) da Serra da Estrela.

A referida Câmara Temática emitiu duas notas técnicas ao ICMBio e uma carta aberta, na qual pede maior envolvimento das comunidades no planejamento e tomada de decisão em relação à licitação. As principais preocupações são em relação ao incremento de visitação desordenada gerando impacto ambiental devido a interesses econômicos, ao desfavorecimento de serviços e comércios locais e a prejuízos na diversidade de oportunidades recreativas e educativas. Ressalta-se que a FEMERJ não se coloca contra concessões de serviços em UCs em geral, pelo contrário, mas sim contra a forma com a qual o processo tem sido conduzido.

Nesse caso, após incansáveis tentativas de diálogo, a instituição assumiu a posição de resistência e apoiou a criação do “Movimento Abraço ao PARNASO”, que primeiramente reuniu diversas pessoas em Teresópolis no dia 12 de outubro de 2022 na porta do parque, em protesto à falta de transparência (Figura 5). Com o incentivo de integrantes da academia e de órgãos gestores locais, a FEMERJ organizou outros protestos, realizados nos dias 04 de março e 06 de maio de 2023, em Itaipava e Guapimirim, respectivamente. As ações realizadas até o momento tiveram repercussão em grandes mídias como os jornais O Dia (2013), O Diário de Teresópolis (2023) e Tribuna de Petrópolis (2023).



Figura 5 - Cartaz do primeiro “Movimento Abraço ao PARNASO”, divulgado pela FEMERJ.

A equipe técnica do PARNASO também se posicionou, emitindo a Nota Técnica nº 13/2022¹⁵, a qual ressalta a atuação do Conselho e reforça a necessidade de construção coletiva, além de destacar que a consultora responsável pela

¹⁵ A Nota Técnica nº 13/2022 foi emitida pelo Núcleo de Gestão Integrada (NGI) Serra Fluminense do ICMBio e está disponível no site da FEMERJ (https://feemerj.org/wp-content/uploads/Nota_Tecnica_no_13-2022-NGI_ICMBio_Serra_Fluminense.pdf).

modelagem da concessão é “extremamente desprovida do conhecimento territorial”. Nesse comunicado, que é assinado por seis servidores analistas ambientais do parque e direcionado à Coordenação Geral de Uso Público do ICMBio, ainda é reconhecido que “a proposta apresentada é baseada em área ao invés de baseada na execução de serviço”, afirmando que se ela não for alterada, a empresa concessionária terá “carta branca” para atuar da maneira que lhe convier em 25% da área da UC. Portanto, enquanto processos similares estão ocorrendo em outras UCs, no PARNASO o Conselho está conseguindo dar visibilidade à questão e segue na tentativa de negociação com o poder público e de obter maior envolvimento da sociedade civil.

Destaca-se, portanto, que a participação em Conselhos Gestores de UCs constitui uma conquista importante que deve ser aproveitada pelo montanhismo organizado, não apenas por ter potencial para influenciar a tomada de decisão levando em consideração seus legítimos interesses, como também pela oportunidade de contribuir com a gestão do patrimônio natural. Somado a isso, ressalta-se que, quanto mais credibilidade a FEMERJ tiver, maior será a sua capacidade de chamar a atenção da sociedade e da opinião pública para os interesses dos montanhistas e do meio ambiente.

A FEMERJ tem demonstrado a intenção de participar dos Conselhos Gestores de UCs que são relevantes para a prática do montanhismo, seja diretamente, quando a instituição detém a cadeira e indica seus representantes, ou indiretamente, quando apoia alguma de suas onze entidades que possua cadeira própria em Conselhos. Apesar dos esforços dos voluntários que atuam na FEMERJ, ainda há margem para profissionalizar a atuação da instituição. Algumas opções seriam criar uma “Política de Indicação de Representantes para Conselhos” e estabelecer um “Fluxo de Informações Referentes à Atuação em Conselhos”, além de definir outras diretrizes específicas, como a publicação de “Critérios para Manifestação de Apoio”, ação recentemente sugerida pelo atual diretor técnico da instituição, Delson Queiroz.

4.2

Recomendações relacionadas ao capítulo

Este capítulo abordou a participação da sociedade na gestão de espaços públicos, dando ênfase aos Conselhos Gestores de UCs. Além das competências dos conselheiros, definidas pela legislação vigente, foram indicados exemplos sobre a participação do montanhismo organizado nesses fóruns de discussão, que reforçam a importância da atuação da FEMERJ e suas potencialidades para contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas naturais. Como recomendações, destacam-se:

- Aos gestores de órgãos públicos: Convidar a FEMERJ para participar dos Conselhos Gestores de UCs em áreas montanhosas, contar com seu apoio técnico para ações relacionadas ao montanhismo e reconhecer que a instituição é a instância máxima representativa do montanhismo no estado do Rio de Janeiro.
- À diretoria da FEMERJ: Reafirmar o interesse da instituição em participar da gestão dos espaços públicos legalmente protegidos, por meio dos Conselhos Gestores ligados ao meio ambiente, e encontrar meios para que isso seja mantido e ampliado, colaborando com o que for possível dentro de suas possibilidades.
- À diretoria da FEMERJ: Criar uma “Política de Indicação de Representantes para Conselhos”. Dentre as disposições, sugere-se, por exemplo, que os indicados tenham: (a) conhecimento técnico sobre montanhismo, sua história, ética e valores; (b) prática em esportes de montanha há pelo menos cinco anos (ou mais); (c) reputação ilibada; (d) personalidade compatível com o desenvolvimento de trabalho em grupo; (e) disponibilidade de tempo para participar de reuniões. Além disso, seria interessante estimular a representatividade de suas onze entidades filiadas, dar preferência para pessoas que atuam no território da UC e realizar as indicações considerando o balanço entre homens e mulheres, buscando a equidade de gênero. Para isso, os convites poderiam ficar a cargo da Diretoria da FEMERJ, contando, eventualmente, com o apoio dos presidentes de suas entidades filiadas.
- À diretoria da FEMERJ: Definir um “Fluxo de Informações Referentes à Atuação em Conselhos” e elaborar outros documentos com regramentos e orientações relacionados à representação em Conselhos Gestores, de preferência, de forma participativa, recebendo contribuições dos próprios conselheiros. Dentre as disposições, poderiam estar a criação e alimentação do calendário de reuniões, o

compartilhamento das pautas e atas, o fluxo para endereçamento das questões. Seria importante definir a frequência de reuniões entre os conselheiros para repasse interno dos acontecimentos e a descrição dos instrumentos de apoio aos conselheiros, como a possibilidade de aconselhamento técnico vindo da diretoria, criação de grupos de trabalho, divulgação de assuntos específicos, mobilização de voluntários e fornecimento de materiais.

- Aos conselheiros da FEMERJ: Auxiliar na construção de políticas e procedimentos relacionados à atuação dos representantes em Conselhos Gestores, realizar o repasse de informações sobre os assuntos discutidos nesses fóruns e consultar a diretoria sempre que houver dúvida sobre como se posicionar sobre determinado tema ou precisar de suporte para contribuir com a gestão da UC. Sempre solicitar exame da diretoria antes de declarar vínculo institucional em nome da FEMERJ e de assinar moções, sejam elas de apoio, de repúdio ou feitas para outras finalidades.

Dentre os princípios e valores do montanhismo que se relacionam com este capítulo, destaca-se o seguinte:

Taxas de entrada e concessão de serviços: Sempre que possível, o ingresso à área de recreação em montanha deve ser gratuito. Consideramos que o uso de taxas seja adequado em locais onde exista um manejo efetivo das áreas de montanha, desde que dentro de um valor acessível aos usuários, sem estarem condicionadas à aquisição de outros serviços (“venda casada”). Não consideramos válido que se cobre taxa de ingresso em locais onde não exista infraestrutura, serviços e um manejo das áreas utilizadas. Áreas naturais, como trilhas e paredes rochosas, não devem ser objeto de concessão. As concessões devem se restringir aos serviços de apoio, como restaurantes, pousadas e estacionamentos (CBME, 2012).

5 Visitação em Unidade de Conservação

5.1 Panorama geral da visitação em Unidades de Conservação

Aproximadamente 20% do território brasileiro é coberto por UCs, apresentando o total de 2.598 UCs instituídas pelas esferas do governo federal, estados e municípios, o que totaliza mais de 2,5 milhões de quilômetros quadrados de área sob proteção integral ou de uso sustentável (Brasil, 2022). Observando tanto a área quanto o número de UCs por categoria, considerando os dados disponibilizados em 2021 no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)¹⁶, verifica-se que os parques se destacam, ocupando o segundo lugar em representatividade em ambas as análises (Figuras 6 e 7).

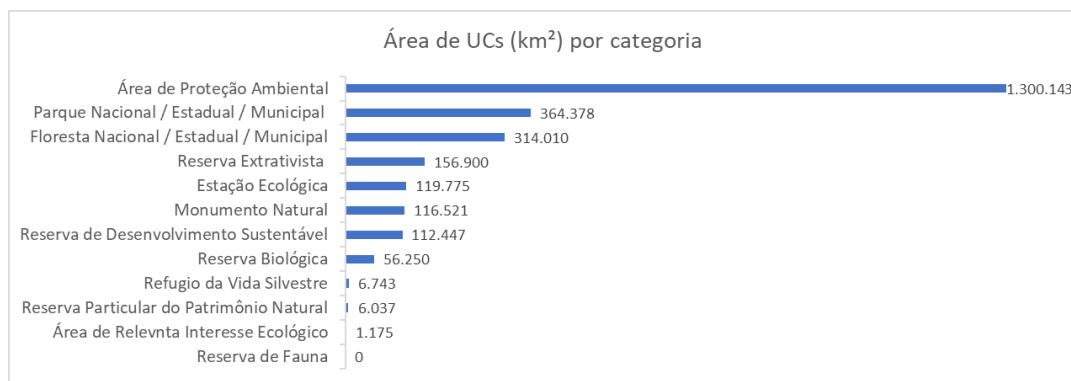


Figura 6 - Área de UCs por categoria.

Fonte: CNUC (dados obtidos em fevereiro de 2021).

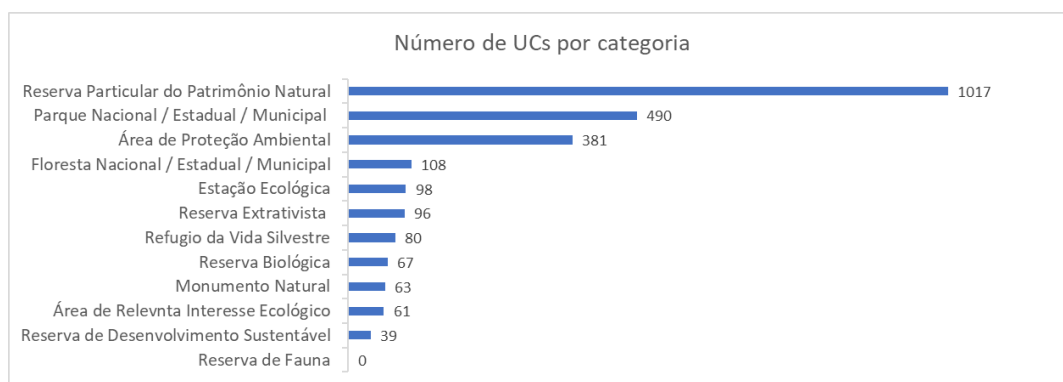


Figura 7 - Número de UCs por categoria.

Fonte: CNUC (dados obtidos em fevereiro de 2021).

¹⁶ Os dados do CNUC são cadastrados pelos órgãos gestores das UCs, sendo constantemente atualizados, e podem ser acessados pelo site <https://cnuc.mma.gov.br/>.

As diferenças entre as categorias de UCs giram, principalmente, em torno dos seus objetivos primordiais (preservação da natureza apenas com uso indireto dos seus recursos ou compatibilização entre a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais), das atividades admitidas em cada caso (pesquisa científica, educação ambiental, recreação, exploração sustentável e outras) e do domínio da terra (público e/ou privado). No Brasil, a visitação pública não é permitida para as categorias Estação Ecológica e Reserva Biológica, salvo casos em que há expressa autorização de seu órgão gestor. Além disso, a visitação também pode ser restrita mesmo em UCs que incluem a recreação em contato com a natureza dentre os seus objetivos de criação.

O acesso às áreas protegidas está sujeito às condições e restrições estabelecidas em seus Planos de Manejo, às normas estabelecidas pelos órgãos responsáveis por suas administrações e àquelas previstas em regulamentos, além dos limites constitucionais quando a UC contempla propriedades privadas. Nesse caso, cabe aos proprietários estabelecer as condições para visitação, observadas as exigências e restrições legais.

De acordo com o SNUC, Plano de Manejo é o “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000). Apesar de ser um documento obrigatório, que deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir das datas de criação das UCs, muitas delas não o possuem (VIANA; UMBELINO, 2016). Na ausência de definições claras, a possibilidade de visitação fica à mercê do entendimento da gestão atual, o que pode afetar diretamente o uso público e impactar o montanhismo local, como exemplificado no capítulo 9 – Direito ao Acesso.

Douroujeanni & Pádua (2013) afirmam que, enquanto nos Estados Unidos a visitação em UCs chega a 200 milhões de indivíduos por ano, no Brasil poucas pessoas as visitam, sendo que a maior parte delas sequer sabe que está adentrando uma área protegida com regras próprias. Para exemplificar a realidade e o impacto da visitação nacional, em 2016 foram registrados cerca de 17 milhões de visitantes,

o que gerou entre 77 e 133 mil ocupações de trabalho e movimentou entre R\$ 2,5 e 6,1 bilhões anuais (YOUNG; MEDEIROS, 2018). Apesar do baixo número de frequentadores, seja por desconhecimento da população ou por falta de monitoramento, a cada ano é registrado um novo recorde de uso público em UCs (BRASIL, 2019; BRASIL, 2021; BRASIL, 2022; MASSALLI, 2020).

Segundo Vallejo (2013), o conceito de uso público é abrangente, inclui a “visitação com objetivos educativos, esportivos, recreativos, científicos e de interpretação ambiental, que dão ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes”. Portanto, no geral, o aumento da visitação pode ser visto como algo positivo pelo seu potencial de gerar benefícios pessoais, sociais, econômicos e ambientais (Figura 8). Entretanto, cria, também, um potencial de pressões nos ecossistemas, ampliando o desafio de promover uma visitação responsável e sustentável, sendo necessárias reflexões acerca da melhor maneira de receber o público e das ações de manejo da visitação mais apropriadas para cada caso, o que pode resultar no estabelecimento de regramentos por parte dos órgãos ambientais.

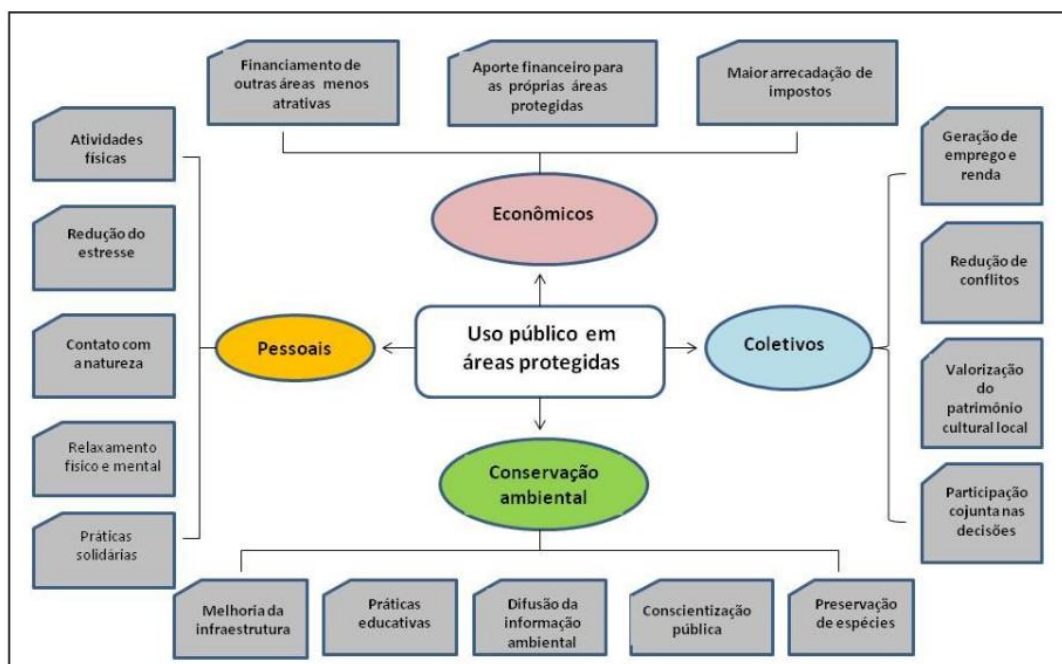


Figura 8 - Síntese dos possíveis benefícios resultantes do uso público em áreas protegidas.

Fonte: Vallejo, 2013.

Ao passo em que as UCs são mais frequentadas, aumenta-se a complexidade de gestão desses espaços. Se por um lado é importante que mais atores visitem as

áreas protegidas, por outro o incremento de regramentos pode alterar a forma com a qual os montanhistas estavam acostumados a acessá-las. Nesse sentido, há atualmente uma ampla discussão sobre o manejo da visitação e uma busca pelo equilíbrio de interesses diversos. Portanto, cabe aos representantes da FEMERJ que atuam em Conselhos Gestores de UCs explicar como este público se relaciona com os lugares e quais são suas expectativas para a visitação, compartilhando sua experiência e auxiliando o poder público a compatibilizar seus anseios com os dos demais frequentadores de áreas naturais, contribuindo para um manejo eficaz que beneficie as pessoas e a conservação da biodiversidade.

5.2

Impacto da turistificação e planejamento da visitação

A FEMERJ e outras federações de esportes de montanha organizaram uma oficina em 2003, com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para a construção conjunta de “Diretrizes para o Montanhismo e a Escalada em Unidades de Conservação”. Tendo esse e outros encontros como base, o MMA publicou, em 2006, o documento intitulado “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação”, que objetivou justamente estabelecer diretrizes e normas para que a atividade seja realizada de maneira adequada e compatível com a conservação da biodiversidade, um dos principais objetivos do SNUC (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006).

Esse documento sugere que, durante o planejamento e a gestão da visitação em UCs, deve-se considerar o princípio de que a visitação é um instrumento essencial para “aproximar a sociedade da natureza e despertar a consciência da importância da conservação dos ambientes e processos naturais, independentemente da atividade que se está praticando na UC” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006). Além disso, dentre os princípios citados estão: (a) a visitação deve ser promovida de forma democrática, possibilitando o acesso de todos os segmentos sociais; (b) a visitação deve procurar satisfazer as expectativas dos visitantes no que diz respeito à qualidade e variedade das experiências, segurança e necessidade de conhecimento; e (c) o planejamento e a gestão da

visitação devem considerar múltiplas formas de organização da visitação, tais como visitação individual, visitação em grupos espontâneos, visitação em grupos organizados de forma não comercial e visitação organizada comercialmente, entre outras (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006). Esses não são direitos absolutos, sendo sempre considerada a qualidade dos ecossistemas e a sustentabilidade ecológica das UCs.

Entretanto, Bradford (2020) alerta que a atual visão de promover o uso público primordialmente com base em preceitos turísticos e de mercantilização levou a uma estruturação exagerada de algumas áreas, fazendo com que as UCs sejam vistas somente pela perspectiva de uso intensivo de visita. A autora ressalta que isso pode desencadear um processo de turistificação desordenado, trazendo prejuízos ao local e ao esporte. Como contraponto e alinhado aos princípios sugeridos pelo MMA, é apresentado o conceito de diversidade de oportunidades de visitação, que pode contribuir significativamente para um planejamento e manejo eficaz das UCs (BRADFORD, 2020).

A turistificação é o processo de mudanças no espaço geográfico visando adequá-lo para uma função turística, produzindo nele transformações que podem ser sociais, culturais, econômicas, políticas, físicas e ambientais (CORDEIRO *et al.*, 2018). Esse processo altera o território em diferentes graus e Issa & Denker (2006) observam que em determinadas localidades a turistificação possui uma dinâmica perversa de apropriação do espaço, o qual deixa de ser percebido como seu pela população local. É como se fosse uma tentativa de transformação de uma UC em um parque temático, o que pode não satisfazer os visitantes e gerar uma imagem negativa sobre o lugar. Com isso, reforça-se a importância da participação da sociedade nos planejamentos e no ordenamento da visitação em UCs, em especial em seus Conselhos Gestores.

Queiroz (2019) aprofunda a questão da turistificação sob a ótica especificamente de áreas de montanhismo e, também, do montanhismo enquanto prática esportiva. O autor, que atualmente é diretor técnico da FEMERJ, utiliza o termo para se referir à mercantilização do montanhismo e o consequente aumento da procura por áreas naturais por pessoas de distintos perfis e níveis de experiência, gerando mudanças dos valores associados às experiências dos visitantes e causando

uma preocupação crescente dentre os montanhistas (QUEIROZ, 2019). Neste contexto, são feitas ressalvas que vão além dos impactos nos recursos naturais e também devem ser analisadas pelos órgãos gestores de UCs, como a preservação dos desafios naturais, a qualidade da visitação e a suscetibilidade aos riscos inerentes à atividade, no caso, ao montanhismo.

Cada vez mais ocorrem casos em que os gestores de UCs entendem como de sua responsabilidade a implementação de infraestruturas para facilitar o acesso a montanhas que exigem uma alta qualificação técnica por pessoas com pouca experiência, por exemplo, instalando facilitadores como cordas fixas e cabos de aço ou promovendo o alargamento de trilhas e a sinalização excessiva. Essas podem ser condutas utilizadas para conter a degradação ambiental ou ampliar a segurança, mas, se não forem planejadas com cautela e em articulação com o montanhismo organizado, podem afetar a integridade das montanhas, reduzir a qualidade da visitação e, inclusive, aumentar a probabilidade de acidentes.

Raphael Raine, que é turismólogo e guia profissional da Associação de Guias, Instrutores e Profissionais de Escalada do Estado do Rio de Janeiro (AGUIPERJ), portanto, homologado pela FEMERJ, também tratou sobre essa questão na palestra intitulada “Turistificação das Montanhas”, coordenada pela iniciativa “Papo de Montanha” do Clube Excursionista Light e no Podcast “MontanhaCast” (BLOG DE ESCALADA, 2021). Ele atribui o uso público desordenado em áreas de montanha, dentre outros aspectos, à massificação de guias de turismo, que levam hordas de pessoas às UCs, sem que tenham qualificação nem certificação para serem guias de montanha, pensando apenas no ganho financeiro. Isso, naturalmente, traz impactos aos espaços naturais pelo acréscimo de pessoas que acessam às áreas sem cumprir boas práticas para a conservação da biodiversidade.

Não se trata de proibir o acesso a pessoas específicas, pelo contrário, é desejável que cada vez tenhamos mais visitantes nas UCs e que a regulamentação privilegie a opção de visitação com a menor restrição possível (CBME, 2012). Se trata de reconhecer que há diferentes perfis de visitantes e que o planejamento de estruturação da visitação impacta diretamente na conservação ambiental e na preservação da cultura de montanha. Nesse sentido, há diversas reflexões

necessárias antes de transformar um território em objeto turístico. Deve-se dialogar para encontrar soluções, respondendo perguntas, tais como: qual é a vocação e o potencial, qual é o limite de interferência aceitável e qual é a capacidade de carga de cada área?

Salienta-se que a capacidade de carga ou de suporte não deve ser medida apenas com base na quantidade de pessoas que acessam determinada localidade, mas, principalmente, na conduta dos visitantes e na determinação de quanto impacto é aceitável para a área específica (QUEIROZ; BRADFORD, 2013). Para encontrar um equilíbrio é importante que, conforme já mencionado, sejam avaliados os impactos no ambiente e, também, na qualidade da visitação. Além disso, recomenda-se que sejam realizados monitoramentos, com base em indicadores, para que haja reflexão e que qualquer restrição tenha respaldo técnico e seja baseada na realidade (QUEIROZ; BRADFORD, 2013).

Queiroz & Bradford (2012), elaboraram o documento intitulado “Manejo da Visitação em Áreas Naturais - Conceitos para planejamento”¹⁷, o qual ressalta a importância de o planejamento da visitação em áreas naturais contemplar a diversidade de experiências de visitação, atendendo às necessidades e expectativas dos diferentes perfis de visitantes. Nessa publicação, lançada pela FEMERJ e disponível em seu site oficial, os visitantes de áreas naturais são classificados em três categorias gerais, a saber: Visitante Lazer, Visitante Aventureiro e Visitante Especializado. Esses perfis se diferenciam pela experiência das pessoas em ambientes naturais, pela frequência com que visitam essas áreas, pela aptidão ao risco, pela necessidade de estruturas de apoio à visitação e pelo grau de conhecimento sobre impacto ambiental, dentre outras características.

O referido manual define, ainda, quatro classes de oportunidades de uso público em UCs, que são: Uso Intenso; Uso Moderado; Uso Baixo; e Uso Esporádico. As classes se diferenciam pelo tipo de visitante que procura determinada área, pelo grau de modificação proveniente da ação humana, ou seja, pela quantidade e qualidade de infraestruturas de apoio e sinalização existentes, e

¹⁷ O documento foi elaborado tendo como base duas metodologias, a *Limits of Acceptable Change* ou Limites Aceitáveis de Câmbio (Stankey 1985 *apud* Queiroz & Bradford, 2013) e o *Visitor Experience and Resource Protection* ou Experiência do Visitante e Proteção de Recursos (Cole 1997 *apud* Queiroz & Bradford, 2013).

pelos impactos da visitação aos recursos naturais. Quanto maior for a intensidade de uso, menor será o caráter primitivo da área (BRADFORD, 2020). Os montanhistas, em geral, se enquadram como visitantes especializados, possuem ampla experiência em ambientes naturais, alto grau de educação ambiental e conhecimento sobre condutas de mínimo impacto. São pessoas que se sentem qualificadas para assumir os riscos e a responsabilidade por sua própria segurança e a do meio ambiente visitado. Além disso, muitos se direcionam às UCs com frequência e esperam encontrar locais onde haja poucas intervenções de manejo, que guardem suas características naturais originais, preferindo adentrar áreas de Uso Moderado, Baixo ou Esporádico.

No entanto, ocorre que, devido a vários fatores, dentre eles a turistificação, que traz desafios concretos à gestão de UCs, é comum que o poder público feche o acesso a áreas naturais, liberando somente áreas destinadas ao Uso Intenso. Além disso, principalmente para o caso de trilhas, há um forte movimento no Brasil para que haja apenas um tipo de sinalização e áreas demasiadamente manejadas, como se houvesse apenas um tipo de público.

Com o intuito de contribuir com o estabelecimento de uma sistemática que minimize os impactos negativos e maximize os benefícios da visitação de lazer, esportiva, contemplativa, turística e educativa, Queiroz & Bradford (2012) discorrem sobre cinco categorias de trilhas. São elas: Trilhas Populares; Trilhas Semipopulares; Trilhas Tradicionais; Trilhas Remotas; e Trilhas Indistintas. Os autores sugerem diferentes ações de manejo e diretrizes para cada uma delas, a depender de suas características.

Como exemplo, a sinalização a ser utilizada pode ser desde informativa, educativa, interpretativa e direcional, em pequena ou grande quantidade, até rústica, como com a utilização apenas de totens de pedra, ou mesmo nula. A infraestrutura pode incluir desde banheiros, pontos de coleta de lixo e bancos para descansar ou ser inexistente. A trilha pode demandar frequente monitoramento pela equipe gestora da UC ou contar apenas com a gestão dos próprios frequentadores somados aos processos regenerativos naturais.

Nesse sentido, entende-se que é possível haver visitação responsável em áreas com diferentes características e aplicar distintas ações de manejo e

monitoramento, a depender do planejamento estabelecido para cada área, e, ao mesmo tempo, permitir a diversidade de experiências de visitação em áreas protegidas. Para isso, é preciso que se estabeleça um ordenamento a partir da análise das características da área, do entendimento das diferentes oportunidades de uso, da caracterização dos perfis de visitantes, dos limites de mudança aceitáveis para determinado ecossistema, da realidade da UC e das necessidades e capacidades de gestão. A chave para um bom ordenamento perpassa pelo diálogo e, em se tratando de áreas montanhosas, é recomendável o envolvimento do montanhismo organizado na tomada de decisão relacionada à visitação de UCs e a disseminação das boas práticas e condutas de mínimo impacto, tratadas no capítulo a seguir.

5.3

Recomendações relacionadas ao capítulo

Este capítulo abordou o uso público em UCs, partindo da premissa de que a visitação é vista como uma alternativa de utilização sustentável dos recursos naturais e culturais (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006). Conforme ressaltado por Vallejo (2013), este é um assunto transdisciplinar e de alta complexidade, já que é acompanhado por abordagens distintas e, por vezes, controversas. Neste caso, buscou-se explorar as diferentes facetas do planejamento da visitação em UCs sob a ótica do montanhismo organizado. Como recomendações, destacam-se:

- A todos os montanhistas: Observar as regras definidas nos Planos de Manejo ou outros documentos oficiais das UCs, em especial os capítulos sobre regramento da visitação, antes de adentrar nas áreas protegidas.
- Aos conselheiros da FEMERJ: Estimular que os espaços de montanha se mantenham da forma mais selvagem e natural possível, salvo casos justificados e específicos, defendendo os princípios e valores do montanhismo e se colocando disponíveis ao diálogo, assumindo o papel de conexão entre a gestão da UC, a diretoria da FEMERJ e, em última instância, os montanhistas em geral.
- À diretoria da FEMERJ: Articular com órgãos gestores a celebração de Acordos de Cooperação para formalizar a parceria já estabelecida com o montanhismo organizado e, eventualmente, para contemplar a possibilidade de

definição de diretrizes aplicadas especificamente a algumas atividades, situações e localidades, a partir de análises de suas particularidades.

- Aos gestores de órgãos públicos: Considerar a prática tradicional do montanhismo em áreas específicas onde se pretende criar estratégias de uso público e de conservação, estabelecendo canais de colaboração entre seus gestores e o montanhismo organizado e realizando consultas prévias à FEMERJ sobre a instalação de infraestruturas e sinalizações em áreas naturais.
- Aos gestores de órgãos públicos: Desenvolver indicadores e utilizar ferramentas que permitam medir os impactos ao meio ambiente em áreas naturais, diferenciando os provenientes dos esportes de montanha dos que são ligados estritamente a atividades turísticas e mantendo avaliação contínua.

Dentre os princípios e valores do montanhismo que se relacionam com este capítulo, destacam-se os seguintes:

Compromisso com o Meio-Ambiente: A CBME acredita que é essencial que existam áreas naturais de montanha preservadas e utilizar parâmetros adequados para promover um manejo em que a pluralidade de motivações dos visitantes seja respeitada em consonância com o manejo para a conservação, garantindo, assim, a preservação do vínculo emocional com as áreas naturais. O montanhismo deve ser promovido como um instrumento de desenvolvimento sustentável em áreas de montanha (CBME, 2012).

Desafio Natural: O montanhismo e a escalada têm como premissa a aceitação dos desafios naturais que se apresentam. Nesse sentido, a atividade é uma aliada da conservação dos ambientes naturais, prescindindo da introdução de estruturas que não sejam estritamente necessárias. A primitividade dos ambientes de montanha, principalmente das áreas mais elevadas e isoladas, é um atributo muito valorizado por montanhistas e deve ser respeitado. Esse também é um meio de privilegiar a qualidade da visita em um ambiente único e natural que apresenta as dificuldades inerentes às suas características próprias (CBME, 2012).

6

Conservação Ambiental e Mínimo Impacto

6.1

Boas práticas em áreas naturais

O dia 11 de dezembro é celebrado mundialmente como sendo o Dia Internacional das Montanhas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2003). No estado do Rio de Janeiro, foi estabelecido que o terceiro domingo de agosto é o dia oficial do montanhismo (RIO DE JANEIRO, 2019). Além disso, a Assembleia Geral das Nações Unidas, um dos principais órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), declarou os anos de 2002 e de 2022 como sendo “Ano Internacional das Montanhas” e “Ano Internacional do Desenvolvimento Sustentável das Montanhas”, respectivamente (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1998, 2021). Essas datas comemorativas têm o intuito de sensibilizar a sociedade, aumentando o conhecimento e estimulando iniciativas que promovam a conservação desses espaços naturais, assim como de promover o desenvolvimento sustentável das populações locais que habitam regiões montanhosas (FEDME, 2003).

Dias & Junior (2007) relacionam o montanhismo organizado com o ideal de sensibilidade ecológica, ressaltando o papel das associações para a promoção de uma ética ambientalista. Corroborando esse entendimento, o estatuto da FEMERJ traz como um de seus objetivos “desenvolver, incentivar, difundir e apoiar ações e atividades de conservação ambiental, manejo, a proteção e a ecologia das áreas de prática do montanhismo” (FEMERJ, 2015). Da mesma forma, a CBME coloca dentre os princípios e valores do montanhismo, o Compromisso com o Meio Ambiente e o respeito ao Desafio Natural, expostos no final do capítulo anterior, além do Acesso Responsável, apresentado ao final deste capítulo (CBME, 2012).

A prática de mínimo impacto, que é extensamente discutida e estimulada pelo montanhismo organizado seria a mínima interferência nociva do homem no meio ambiente (DE OLIVEIRA, 2018). Neto (2016) explica que o mínimo impacto trata das nossas relações com a natureza, enquanto a ética trata das relações entre os seres humanos. Para ambos os casos, há diversas recomendações básicas de como se comportar nos ambientes naturais, desde trazer o seu lixo de volta, respeitar

os animais e as plantas e evitar fogueiras, até ser cortês com os demais visitantes e com a população local.

6.2

Mínimo impacto em escalada

Ressalta-se que uma grande variedade de plantas se desenvolve sobre rochas, podendo ser rupícolas, quando crescem diretamente sobre a rocha, ou saxícolas, quando se localizam em pequenos platôs ou fendas que tenham solo depositado. Portanto, quem escala paredes rochosas no Rio de Janeiro tem o prazer de passear entre exuberantes cactos, bromélias, orquídeas, samambaias e tantos outros tipos de plantas (Figura 9). Ao mesmo tempo, tem também uma grande responsabilidade, já que há muitas espécies endêmicas e frágeis em termos de resistência e resiliência, na medida em que se desprendem da parede rochosa com facilidade e possuem crescimento e recuperação lentos (RIBEIRO, 2009).



Figura 9 - Orquídea (*Zygopetalum* sp.) fotografada na Pedra da Sebastiana, em Teresópolis / RJ, a cerca de 200 metros da base da montanha, localizada no Parque Estadual dos Três Picos.

Foto: Laura Petroni.

Nesse sentido, deve-se ter atenção à vegetação ao escalar, não apenas evitando a passagem direta pelas plantas, mas também tomando cuidado com o movimento da corda, que pode causar estragos, principalmente durante o rapel¹⁸.

¹⁸ Rapel é uma técnica da escalada utilizada para descida de paredes rochosas.

Há casos em que houve perda expressiva de vegetação em determinadas paredes rochosas devido à escalada, por exemplo, nas encostas do Pão de Açúcar (CARAUTA; OLIVEIRA, 1982). Aximoff (2014) relembra um dos casos mais emblemáticos, a via Ursinho de Pelúcia, conquistada na face sul desta encosta em 1989, mas em localidade que era considerada de relevância ecológica por cientistas e escaladores, o que resultou em sua posterior desativação por decisão judicial. Por outro lado, em diversas situações a própria comunidade de escaladores buscou uma solução sem que houvesse a necessidade de regramentos pelo poder público, o que é o recomendado pelo montanhismo organizado.

Em uma demonstração de auto-regulamentação da atividade, os montanhistas foram bem-sucedidos ao organizar *Seminários de Mínimo Impacto* em áreas naturais. Esses são encontros específicos realizados pelo montanhismo organizado em cooperação com gestores de UCs, cujos objetivos são discutir como conciliar a recreação com a preservação ambiental e registrar as boas práticas a serem seguidas pelos visitantes de áreas naturais. Após palestras e ampla discussão aberta a qualquer interessado, em especial montanhistas, acadêmicos e gestores públicos, são construídas as diretrizes de mínimo impacto, as quais são obtidas por consenso ou ampla maioria. Assim são estabelecidos acordos incentivados e assistidos pela própria comunidade.

A FEMERJ e suas entidades filiadas promoveram seminários de mínimo impacto da Urca, em 2002, com revisão em 2007, do Parque Estadual dos Três Picos, em 2005, do Parque Estadual da Serra da Tiririca, em 2008, com revisão em 2012, do Parque Estadual da Pedra Branca, em 2010 e do Parque Nacional de Itatiaia, em 2013, além de diversos outros encontros para discutir os impactos da prática do esporte de forma participativa (FEMERJ, 2002). Esse movimento se iniciou no Rio de Janeiro, mas foi reproduzido em outras localidades, como no Complexo do Baú e em São Bento do Sapucaí, ambos em São Paulo.

Ribeiro *et. al.* (2004) ressaltam que a percepção dos impactos da escalada sobre a vegetação especializada e frágil que há nas encostas partiu dos próprios escaladores, muitos deles atuantes na área ambiental. Outra questão a ser levada em consideração é que o montanhismo nacional apresenta uma longa cooperação com a questão das pesquisas científicas em UCs, muitas vezes em função do domínio de

expertises que lhe é próprio. Por meio de trabalhos feitos por montanhistas empregando técnicas de escalada foram desenvolvidas diversas pesquisas em montanhas e *inselbergs*, como, por exemplo: CARAUTA; OLIVEIRA (1982); OLIVEIRA; MIRANDA (1983); CARAUTA; OLIVEIRA (1984); RIBEIRO; MEDINA (2002); TORRES *et. al* (2016); AXIMOFF *et. al*. (2016).

De toda forma, ainda são escassas as pesquisas em áreas mais íngremes, justamente pela necessidade de conhecimento de técnica de escalada para acessá-las. Ribeiro (2009) destaca que, por essa razão, estima-se que quase todos os conjuntos de morros e montanhas no sudeste do Brasil têm espécies que ainda não foram descritas e, portanto, são desconhecidas pela ciência. Nesse sentido, além de manter a disseminação dos princípios e valores do montanhismo, com o objetivo de que se pratique o mínimo impacto, há a oportunidade de os escaladores colaborarem com o conhecimento das espécies que habitam as montanhas. Uma opção é que estudiosos interessados nesse tema, treinem um conjunto de escaladores, que poderiam fotografar e coletar espécimes, em um processo de “Ciência Cidadã”¹⁹.

A fauna também pode demandar atenção em alguns casos e ser alvo de acordos entre a gestão de UCs e a comunidade de montanhistas. Um exemplo disso ocorre no Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras, UC marinha localizada no município do Rio de Janeiro, a cerca de 5 km da praia de Ipanema, que é composta por quatro ilhas (Palmas, Comprida, Cagarra e Redonda) e dois ilhotes (Filhote da Cagarra e Filhote da Redonda) (ICMBIO, 2020). Essa área protegida foi criada em 2010, mas a localidade já era frequentada por escaladores desde a década de 1980, quando foi realizada a abertura da primeira via por cinco mulheres que chegaram à Ilha Cagarra remando caiaques.

Devido à dificuldade de desembarque em algumas das ilhas e ao grau acentuado de declividade do terreno, há áreas em que a única atividade de uso público autorizada é a escalada (ICMBIO, 2021). Porém, por ser uma região de refúgio e nidificação de aves marinhas, estabeleceu-se que a atividade não deve ser praticada durante o pico reprodutivo desses animais e que não é permitido alcançar os cumes. A FEMERJ participou das oficinas e reuniões de planejamento

¹⁹ A ciência cidadã é um tipo de ciência baseada na participação informada, consciente e voluntária de cidadãos amadores em pesquisas coordenadas por cientistas profissionais.

participativo promovidas pelo ICMBio, contribuindo para a elaboração do Plano de Uso Público dessa UC, e atualmente essas instituições estão se articulando para a elaboração de diretrizes gerais voltadas especificamente para a escalada (Figura 10).



Figura 10 - Manutenção de vias de escaladas no MONA do Arquipélago das Ilhas Cagarras, no Rio de Janeiro / RJ, ação realizada em parceria entre a gestão da UC e a FEMERJ para a colocação de grampos de titânio, mais resistentes ao ambiente marinho.

Foto: Pedro Bugim.

Com relação à técnica empregada durante a abertura de uma nova via, o código de ética da FEMERJ indica que não se deve fixar ancoragens ao lado de fissuras, fendas, rachaduras e buracos que possam ser protegidos com materiais móveis, os quais são colocados e retirados da rocha durante a escalada (FEMERJ, 2006). Além de ter atenção para não remover a vegetação e restringir a passagem na parede ao estritamente essencial, recomenda-se que o impacto visual em *boulders*²⁰ e falésias seja minimizado, a partir do hábito de limpar as agarras frequentemente, retirando as marcas de magnésio, e estabelece que não se deve colocar agarras artificiais em paredes rochosas nem cavar ou quebrar agarras de maneira proposital, respeitando os desafios naturais (ILHA, 2022). Neste contexto, uma frase constantemente repetida por montanhistas é “as montanhas são como são, nunca tente rebaixar a montanha ao seu nível, eleve o seu nível até o nível da montanha”.

²⁰ Boulder é um estilo de escalada livre realizada em pequenas formações rochosas ou paredes artificiais de rocha, sem o uso de cordas ou cadeirinhas.

6.3

Mínimo impacto em trilhas

Os maiores impactos em trilhas estão relacionados à formação de processos erosivos, abertura de atalhos, aumento da largura, degradação da vegetação marginal e danos às estruturas existentes (QUEIROZ; BRADFORD, 2013). Para minimizar a degradação de trilhas, várias recomendações têm sido disseminadas, como a necessidade de realizar o planejamento dos traçados, além do estímulo ao bom comportamento dos visitantes. Sobre isso, Ribeiro *et. al.* (2004) salientam que as parcerias entre gestores e montanhistas tendem a facilitar a gestão de UCs e contribuir com a promoção de recuperação de trilhas, podendo, também, incentivar uma fiscalização indireta pelos próprios usuários do território.

Um dos aspectos a ser levado em consideração para a delimitação de uma nova trilha é o gerenciamento da declividade, especialmente por ser uma das variáveis hidrogeomorfológicas, ou seja, fator que influencia na interação entre a água e o solo. Sobre isso, Casseti (2005) *apud* Kroeff (2010) afirma que “de forma geral quanto maior o declive da vertente, maior a intensificação da componente paralela, reduzindo a ação da componente perpendicular. Assim, com o escoamento mais intenso, tem-se o acréscimo do transporte de detritos, adelgaçando o solo ou o material intemperizado”. Nesse sentido, costuma-se indicar que as trilhas sejam projetadas com declives moderados, que contribuem para a redução da velocidade d’água em períodos de chuva e para a sua infiltração, enquanto declives íngremes podem levar à erosão do solo e ao desgaste acelerado. Dependendo do caso, também podem ser planejados sistemas de drenagem para direcionar a água da chuva para fora das trilhas, evitando o acúmulo e o desgaste excessivo do solo.

Uma técnica bastante usada para reduzir o impacto da inclinação é a construção de traçado em ziguezague. Dessa forma, ao invés de seguir uma linha reta morro acima, as trilhas são projetadas em um padrão mais suave, distribuindo o impacto do tráfego de caminhantes ao longo de uma maior extensão da encosta, o que ajuda a diminuir a compactação do solo e a erosão, também devido à redução dos fluxos de água. Essa técnica deve estar associada ao comportamento dos visitantes de evitar atalhos e/ou picadas, os quais vão de encontro com o planejamento do traçado e podem gerar degradação da vegetação.

Com o objetivo de proteger a biodiversidade, áreas com tráfego intenso podem demandar ações de manejo. Para que se tenha caminhos mais estáveis e resistentes à erosão, pode ser necessário usar materiais resistentes, como pedras, tábuas de madeira, cercas ou outros materiais duráveis. Outras estratégias podem ser pensadas, como a instalação de sinalização ou facilitadores (cordas fixas, cabos de aço etc.), reflorestamento da área, ações para a educação dos visitantes ou mesmo controle de acesso.

De toda forma, para um manejo adequado, a FEMERJ orienta a definição de indicadores e de padrões para cada indicador (QUEIROZ; BRADFORD, 2013). Os indicadores podem estar relacionados à alteração do traçado, degradação da vegetação, ocorrências de incêndios, presença de erosão, de animais domésticos, de espécies exóticas, de resíduos sólidos ou a outros aspectos e devem representar os tipos de impactos a quais eles estão relacionados (social, ambiental e de manejo). Já os padrões devem estabelecer o limite aceitável de mudanças para os recursos ambientais, os quais variam e devem ser ajustados de acordo com o contexto de cada trilha e ambiente natural.

Destaca-se que o estado das trilhas, eventuais modificações e restrições impostas por gestores de UCs influenciam diretamente na qualidade da experiência dos visitantes. Portanto, parece razoável que as instituições do montanhismo organizado participem das definições, tanto para o planejamento quanto para o manejo de trilhas. Além de poder agregar compartilhando sua experiência e documentos técnicos produzidos sobre o assunto, os montanhistas podem contribuir com o monitoramento dos impactos e das ações de manejo, as quais devem ser implementadas a partir de decisões embasadas.

Cabe ressaltar que a FEMERJ já realizou esse tipo de atividade em parceria com UCs diversas vezes, inclusive, fornecendo os materiais necessários, como cabos e degraus de aço. Como exemplo, em 2018 foi realizada a instalação de um corrimão de aço no Costão de Itacoatiara, situado no Parque Estadual da Serra da Tiririca. Isso não significa que a instituição incentive o uso desenfreado dessa estratégia, esse foi um caso em que outras técnicas não seriam tão eficazes (SOUZA, 2018). Como já ressaltado, a FEMERJ defende que seja feita uma análise profunda de cada situação, diferenciando casos pontuais que têm o objetivo de

conter impactos na vegetação, de casos em que uma estrutura é colocada simplesmente para facilitar o acesso, o que potencialmente poderia piorar a condição ambiental da localidade. Em suma, pensar na sustentabilidade ecológica de UCs é algo complexo e o objetivo da FEMERJ é colaborar para que sejam encontradas as melhores soluções, não necessariamente as mais fáceis.

Outros comportamentos têm gerado impactos nas montanhas, como a grande quantidade de fezes humanas e de papéis higiênicos nas trilhas. Sobre isso, há diversas recomendações básicas, como não fazer suas necessidades próximo de rios e no percurso da trilha, além de enterrar os dejetos e levar de volta os papéis usados, ou a utilização de “*shit tube*”, um recipiente para acondicionar o material e descartá-lo fora do ambiente natural. Há alguns movimentos que caminham na direção de tornar o “*shit tube*” obrigatório, porém, deve-se avaliar se isso seria indicado apenas para áreas muito populares e travessias, por exemplo, ou se deveria ser uma prática generalizada. Sem a devida conscientização da população, há o risco de gerar outro problema ainda mais grave, como a maior quantidade de plástico na natureza, no caso de os visitantes abandonarem os tubos ao invés de levá-los consigo até o final da atividade. Em algumas áreas pode ser mais eficiente instalar banheiros em locais estratégicos ou mesmo deixar a Mata Atlântica fazer seu trabalho de decomposição, quando se tratar de espaços poucos acessados. Fato é que esse é um problema que cada vez mais preocupa os gestores de UCs e que pode trazer grandes impactos ao meio ambiente, como já observado em outras regiões do planeta, inclusive no icônico Monte Everest.

Recentemente, a FEMERJ levantou outra questão, que é a instalação desordenada de livros de cumes. Estes fazem parte da cultura do montanhismo e têm a finalidade de registrar feitos e promover a guarda histórica dos mesmos, sendo instalados e mantidos pelos clubes de montanhismo, sempre pontualmente e discretamente, sem interferir na paisagem. Porém, com a turistificação, há uma descaracterização dessa tradição, de forma que os livros de cume têm sido utilizados como espaço publicitário para divulgação de marcas, com a instalação de urnas de grandes dimensões, que ficam sem gestão e não agregam em nada para a história do montanhismo (SILVÉRIO, 2022). Dando um primeiro passo na discussão dessa situação, em 2022 a instituição publicou um documento tecendo recomendações e elencando as seguintes situações, que têm sido observadas com maior frequência:

(a) livros de cume sendo instalados fora do cume; (b) venda de pacotes ‘turísticos’ com e sem assinatura de livro de cume; (c) tentativa de visibilidade na rede sociais através da instalação de livros de cumes; (d) colocação de vários livros de cume, buscando atender os interesses de diferentes ‘agências’ de turismo; e (e) instalação de urnas de grandes dimensões buscando visibilidade (FEMERJ, 2022).

Com isso, percebe-se a importância de discutir diversas situações que envolvem o uso público e o mínimo impacto em áreas naturais, de forma que os preceitos das boas práticas do montanhismo podem contribuir com a gestão das UCs. Evidentemente, não é possível alcançar a marca zero quando se trata de impacto do Homem na natureza, mas vale considerar que há maneiras de minimizar a interferência danosa ao meio ambiente. Além disso, cabe ressaltar que esta atividade segue sendo realizada em ambientes que sofrem infinitamente mais devido aos impactos de outras atividades, como a pecuária (Figura 11).

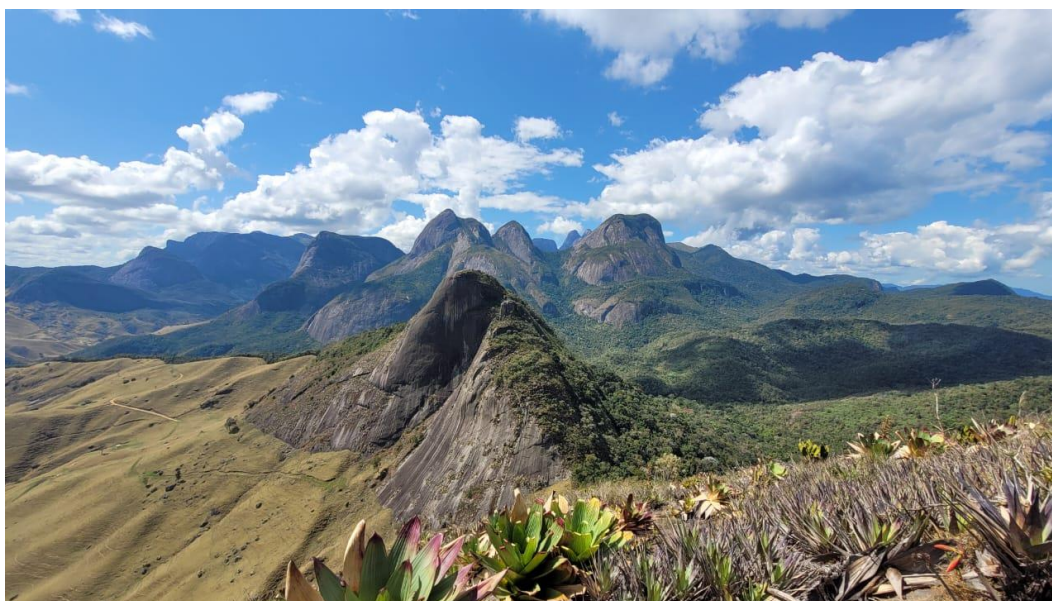


Figura 11 - Retrato do Vale das Sebastianas, em Teresópolis / RJ, mostrando, de um lado, o pasto e, de outro, a floresta.

Foto: Laura Petroni.

6.4

Recomendações relacionadas ao capítulo

Este capítulo abordou a importância de se alcançar um equilíbrio entre as condutas e experiências dos visitantes de áreas naturais com a conservação, de forma a promover a sustentabilidade tanto no que concerne à escalada quanto à

caminhada. Com base na expertise das organizações do montanhismo organizado, foram ressaltadas possibilidades de atuação conjunta com o poder público, em especial com gestores de UCs. Como recomendações, destacam-se:

- A todos os montanhistas: Adentrar as áreas naturais com respeito ao mínimo impacto no meio ambiente, sendo cortês com as populações locais, respeitando as normas relativas a acampamentos, ao controle de animais domésticos em áreas naturais e a outras impostas pelas UCs, evitando a degradação do solo, seja em locais de escalada ou nas trilhas, observando os locais de estacionamentos, levando de volta os resíduos gerados durante as atividades e cultivando o hábito de recolher resíduos encontrados no ambiente natural, mesmo que tenham sido deixados por outras pessoas, não abrindo atalhos nem novos caminhos quando eles já são existentes, não alterando as características naturais das rochas (cavando ou colando agarras), minimizando ruídos provocados pela presença humana, como gritaria e uso de caixas de som, que possam prejudicar o bem-estar de outros animais, evitando escalar determinadas vias em períodos de nidificação de aves, dentre outras boas práticas relativas ao uso público.
- Aos clubes de montanhismo: Promover a educação ambiental, principalmente junto a principiantes no esporte.
- À diretoria da FEMERJ: Realizar encontros de debate participativo para maior difusão social da prática esportiva e sua relação com o meio ambiente, tratando sobre questões relacionadas ao uso público em áreas naturais junto aos montanhistas, aos órgãos ambientais e a outros atores.
- Aos gestores de órgãos públicos: Consultar a FEMERJ em caso de planejamento, manejo e/ou dúvidas sobre trilhas e vias de escaladas, além de apoiar e estimular as organizações desportivas nos seus esforços de conservação dos espaços naturais.
- Aos conselheiros da FEMERJ: Auxiliar na elaboração de Planos de Manejo e de diretrizes de boas práticas relacionadas ao montanhismo, apontando condutas de mínimo impacto ao passo em que incentiva a liberdade de acesso a áreas relevantes para o montanhismo, contribuindo para a elaboração de inventário de vias de escaladas e de trilhas na área, ativas e potenciais, dentre outros aspectos.

Dentre os princípios e valores do montanhismo que se relacionam com este capítulo, destaca-se o seguinte:

Acesso responsável: Entendemos que a conservação e a recreação podem e devem se beneficiar mutuamente. Os usuários de uma área de montanhismo devem assumir a responsabilidade de cuidar e promover a conservação desse espaço, respeitando as propriedades, animais, vegetação, infraestrutura, comunidade, cultura local, e outros usuários que, possivelmente, terão interesses distintos (CBME, 2012).

7

Auto-regulamentação do esporte

7.1

A organização do desporto no Brasil

O Decreto Lei nº 3.199/1941 estabelece as bases de organização dos desportos, considerando como Entidades de Administração Desportiva: a confederação (de abrangência nacional), a federação (de abrangência estadual) e os clubes (de abrangência local) (BRASIL, 1941). Para que se possa criar uma federação, é necessário que haja ao menos três associações desportivas que tratem do mesmo desporto e que estejam dispostas a se filiar. Da mesma forma, uma confederação pode ser formada a partir da existência e filiação de ao menos três federações.

Décadas mais tarde, a Constituição Brasileira prevê em seu Art. 217 que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais²¹, como direito de cada um, observada a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento (BRASIL, 1988). Segundo Júnior (2010), a Carta Magna de 1988 é o marco que define o Direito Fundamental ao Desporto, enquanto forma de lazer, trabalho ou educação. Além disso, é assegurado o direito desportivo de maneira independente de outros direitos fundamentais, sendo conferida autonomia às instituições reguladoras do esporte, sem interferência estatal para a criação de regras específicas que sejam inerentes ao esporte.

Inspirada nos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito, a Lei nº 9.615/1998, conhecida como Lei Pelé, institui normas gerais sobre desporto e reforça esse entendimento. Em seu artigo 2º, determina que o desporto é um direito individual, tendo como base os princípios da autonomia, definido pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva (BRASIL, 1998). Além disso, garante a liberdade, expressa pela livre

²¹ A prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto, e a prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes. (Brasil, 1998).

prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidades do setor.

A legislação vigente também relaciona o desporto com a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente. Ainda, a organização desportiva do país, fundada na liberdade de associação, integra o patrimônio cultural brasileiro e é considerada de elevado interesse social (BRASIL, 1998). Apesar disso, no geral não há incentivos financeiros para o funcionamento dessas entidades, salvo casos específicos como o futebol.

A CBME, entidade nacional de administração do desporto de montanhismo e escalada, é registrada no âmbito do Sistema Brasileiro do Desporto, junto ao antigo Ministério do Esporte, que em janeiro de 2019 foi transformado em Secretaria Especial do Esporte, dentro da estrutura do Ministério da Cidadania, tendo sido recriado em 2023 (BRASIL, 2019; BRASIL, 2023). Juntos, a confederação, as federações e associações do montanhismo organizado, promovem a cultura e as ciências do desporto, formando e aprimorando especialistas. Esse trabalho é realizado exclusivamente com base na dedicação pessoal, no voluntariado, com o desprendimento de tempo e de recursos financeiros oriundos dos próprios praticantes do esporte.

Por outro lado, há ameaças constantes à autonomia das entidades desportivas do montanhismo quanto à sua organização e funcionamento. Isso acontece por dois motivos centrais, o primeiro é a busca incessante por redução dos riscos associados ao esporte, assunto do próximo capítulo, e o outro é a confusão ao tratar o montanhismo como mera atividade turística. Assim, frequentemente há propostas de leis a serem combatidas pelos montanhistas. Ao mesmo tempo, há uma corrida para cooperação e aprovação de novas legislações que reforcem o seu carácter esportivo e cultural e que respeitem a autonomia e liberdade preconizadas na constituição brasileira.

7.2

Ameaças à autonomia desportiva

Com o crescimento do mercado do turismo ao ar livre, que interage com a prática do montanhismo de forma comercial, foi dado início a esforços para elaboração de leis que pudessem disseminar a oferta desse tipo de serviços de forma mais segura. Porém, a falta de diferenciação entre os termos “esporte de aventura” e “turismo de aventura” trouxe à tona discussões políticas acerca da regulação da prática dessas atividades, muitas vezes incorrendo em equívocos (ILHA, 2007).

Consequentemente, foram constatados conflitos entre organizações esportivas e de turismo pelo direito à regulamentação deste campo no Brasil (BANDEIRA, 2012). A Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), fundada em 2004 a partir da união de empresários do ramo, integrou o Conselho Nacional de Turismo, em parceria com o Ministério do Turismo, e coordenou o Grupo de Trabalho específico do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) para pensar no desenvolvimento de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e na certificação das empresas.

Paralelamente, surgiram projetos de leis como o PL nº 5.609/2005, que dispõe sobre a regulamentação para prática de esportes de aventura ou radicais e dá outras providências. Dentre as suas disposições, estavam:

Art. 1º As entidades promotoras de eventos de esportes de aventura ou radicais, são obrigadas: I - a possuir registro comercial, em conformidade com as normas específicas, nos Estados, Distrito Federal e Municípios da Federação; II - a registrar, nos órgãos competentes, o responsável técnico pelos equipamentos a serem utilizados para prática desportiva; III - a contratar seguro de vida e de acidentes em favor dos atletas, compreendendo indenizações por invalidez ou morte, em valor compatível com o risco assumido, prevendo, inclusive, cobertura de despesas médicas e hospitalares decorrentes de eventuais acidentes ocorridos; IV - colher assinatura dos atletas em termo de responsabilidade, onde deverão constar as características das provas a que serão submetidos e seus riscos intrínsecos; V- a dispor, no local da prática desportiva, de material e pessoal comprovadamente capacitado para atendimento pré-hospitalar de natureza emergencial; VI - a obter autorização, do órgão público pertinente, para utilização de locais públicos ou privados para prática desportiva, inclusive se responsabilizando por danos ao patrimônio; VII - a proibir a prática desportiva por menores de idade, salvo com autorização escrita dos pais ou responsáveis

legais; Art. 2º Os Corpos de Bombeiros Militares serão os agentes fiscalizadores, cabendo aos Estados, e ao Distrito Federal, fixarem normas complementares para execução de suas atribuições; Art. 3º A concessão para funcionamento das atividades desportivas serão anuais, devendo o órgão fiscalizador criar mecanismos para autenticação de material vistoriado, bem como aferição de capacidade técnica dos instrutores (...) JUSTIFICATIVA: O esporte de aventura, ou de natureza radical, tem tomado grandes proporções no país, motivado, em especial, pela interação do mesmo com as belezas naturais aqui ofertadas. Concomitantemente ao avanço, vêm ocorrendo os acidentes, e é com o sentido de proteger as pessoas que apresentamos a presente proposição (...) (WAYNE, 2005).

Esse PL recebeu duas emendas durante sua tramitação, uma obrigando que os equipamentos a serem utilizados pelos praticantes de esportes de aventura tivessem o selo do INMETRO e outra imputando ao proprietário a responsabilidade pela prática em local particular sem a autorização do órgão público pertinente (BANDEIRA *et. al.*, 2021). No mesmo ano foi apresentado o PL nº 403/2005 (MORAIS, 2005), que pretendia dificultar a compra de equipamentos de esportes de aventura, indicando que apenas pessoas certificadas poderiam obtê-los, o que seria inviável e atingiria diretamente o acesso aos equipamentos pelos atletas autônomos.

Em resposta a esses acontecimentos, Bandeira (2014) ressalta trechos da matéria intitulada “Esportes de Aventura Contra o Ministério do Turismo”, publicada em 18 de maio de 2005:

O Ministério do Turismo está patrocinando um processo de certificação no turismo de aventura, que além de ser incoerente, viola a autonomia das entidades nacionais de administração dos esportes de aventura. Incoerente porque imaginar que empresas, longe do universo dos clubes de prática e do meio esportivo de aventura, poderão atestar se um esportista está apto para conduzir terceiros, utilizando técnicas e equipamentos destes esportes, é desconhecer a realidade. Somente técnicos do governo, dentro de seus gabinetes e distantes da realidade do meio esportivo de aventura, poderiam imaginar que, por exemplo, seria possível certificar se um paraquedista está apto para realizar um salto duplo longe dos clubes de paraquedismo e da Confederação Brasileira de Paraquedismo. O mesmo diga-se em relação ao Parapente e a ABP, Montanhismo e a CBME e assim por diante, esporte por esporte de aventura. Ao invés do Ministério do Turismo procurar se aliar às entidades nacionais de administração dos esportes de aventura e aparelhá-las para fazerem aquilo que pela lógica e pela legislação esportiva pertencem a esferas das suas atribuições, optou por criar um sistema de administração paralelo que viola sua autonomia

administrativa. (...) O atual processo de certificação no turismo de aventura não será aceito pelas principais entidades esportivas (...) (CONSOLO, 2005 *apud* BANDEIRA, 2014).

Após ampla manifestação das instituições esportivas e de seus praticantes, feitas com base no fato de a liberdade dos cidadãos não poder ser cerceadas pelo Estado, no respeito à assunção de risco, na previsão de autonomia das entidades desportivas e no impacto que regulamentações sem análise profunda e diálogo poderia trazer aos esportes de aventura, o PL nº 5.609/2005, acompanhados de suas respectivas emendas, foi rejeitado. Já o PL nº 403/2005 foi aprovado pelo Senado após receber emendas, mais especificamente para substituir o artigo que tratava da criação do “Certificado de Comprador”, o qual seria emitido pelo poder público e considerado obrigatório para que se pudesse acessar insumos e equipamentos utilizados na prática de esportes radicais, constando, ao final, o seguinte trecho:

Art. 3º Os equipamentos a serem utilizados na prática de esporte de aventura ou radical deverão seguir as normas de segurança definidas pela entidade nacional de administração do desporto.

Com a aprovação do Senado, o PL nº 403/2005 passou a tramitar na Câmara dos Deputados sob a numeração PL nº 7.288/2010. Porém, em análise pela Comissão de Turismo e Desporto, essa proposta foi finalmente rejeitada. Na justificativa registrada pelo relator, foi colocado que as atividades turísticas estão inseridas como prestação de serviço, seguindo diretrizes estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor, acrescentando que o projeto enfrenta óbice incontornável, na medida em que afronta a autonomia das entidades desportivas quanto à sua organização e funcionamento e que o Estado não deve lhes impor competências (FIGUEIREDO, 2013).

Outras legislações surgiram em vários estados brasileiros, como a Lei nº 17.052/2012, que definiu regras para esportes de aventura, sem que houvesse discussão junto aos montanhistas, as quais abrangia "atividade comercial ou atividade coletiva de recreação e lazer, de caráter público ou privado" (TAVARES; BATISTA, 2022). Dentre outras disposições, essa lei do estado do Paraná determinou a exigência de autorização para o uso do espaço público, restrição que pode atentar contra as liberdades individuais, a obrigatoriedade de fiscalização dos esportes pelo Corpo de Bombeiros, o que parece irreal, o acompanhamento das atividades por monitor, o que desconsidera a prática amadora do montanhismo, e a

adequação das práticas esportivas com as normas ABNT²², que originalmente foram confeccionadas para o turismo (PARANÁ, 2012).

A Federação Paranaense de Montanhismo (FEPAM) mobilizou a comunidade local e, após entendimentos, foi promulgada a Lei nº 17.902/2013, que faz uma emenda à anterior. Dentre os acertos nos termos da lei, se destaca o parágrafo segundo do Art. 1º, o qual esclarece que:

(...) o turismo de aventura trata de atividade própria, distinta e decorrente dos esportes de aventura, os quais, por sua vez, devem ser regulados pelas respectivas Entidades Administrativas do Desporto de cada modalidade desportiva, respeita a autonomia desportiva constitucionalmente garantida a tais entidades (PARANÁ, 2013).

As pequenas vitórias na garantia de autonomia e liberdade para as práticas esportivas, conforme preconizado na constituição, ressaltam a importância do montanhismo organizado. As suas entidades desejam que haja políticas públicas que incentivem o esporte e concorda com a regulação da prática comercial, porém, acreditam que isso precisa ser construído de forma participativa e com observância aos princípios e valores do montanhismo. Segundo Ilha (2007), até o uso obrigatório de luvas e corda extra para escalar já foi sugerido, o que seria inconcebível. Então, como forma de balizar os entendimentos, as entidades do montanhismo organizado estão investindo cada vez mais em formalizar seus procedimentos e registrar diretrizes gerais que guiem a prática esportiva no Brasil.

7.3

O caso da Instrução Normativa nº 02/2021

Um exemplo recente de regulação do esporte com participação ativa da confederação, das federações e associações foi evidenciada na construção da Instrução Normativa (IN) nº 02/2021, publicada pelo Ministério do Meio Ambiente / ICMBio. O seu objetivo é estabelecer os procedimentos para planejamento e gestão da atividade de escalada em rocha nas UCs federais (ICMBIO, 2021). Após análise do texto proposto e consulta às suas instituições filiadas, a CBME emitiu

²² A norma ABNT que trata do Turismo de aventura — Condutores de montanhismo e de escalada — Competências de pessoal estabelece que “Esta Norma não se aplica às práticas promovidas no contexto das entidades de administração esportiva e por esportistas independentes, que não se caracterizem como atividades turísticas” (ABNT, 2006).

um ofício endereçado à Divisão de Ordenamento e Autorização para Visitação do ICMBio compartilhando suas considerações sobre a minuta da IN.

O ofício CBME nº 03/2020 encaminhou o documento revisado, em versão elaborada consensualmente pelas entidades do montanhismo organizado, e esclareceu diversos pontos, os quais foram, em sua maioria, compreendidos pelo órgão ambiental. Novamente, foi necessário diferenciar a prática recreativa da prática comercial, reforçando que as normas da ABNT são inadequadas, tanto no conteúdo como também na base legal, quando aplicadas à prática esportiva. Como resultado, essa obrigação foi suprimida do texto ao passo em que foram incluídas as legislações aplicáveis, a própria constituição e a Lei Pelé, além de citações a documentos elaborados por entidades voltadas ao montanhismo.

As adaptações realizadas antes da publicação das normas foram extremamente positivas para a prática da escalada, de forma que ao longo do texto da IN foram ressaltados alguns dos valores do montanhismo.

(...) direito autoral: princípio universal em todas as modalidades da atividade, adotado pela comunidade de escalada, que se relaciona ao respeito às características originais das vias de escalada, sejam elas quais forem (...) compreensão dos riscos intrínsecos envolvidos na atividade de escalada em rocha e assunção da responsabilidade individual por cada visitante (...) liberdade e autonomia da prática esportiva, de lazer e recreativa de acordo com suas tradições e éticas da atividade, respeitadas às normativas vigentes (...) a valorização do desafio natural apresentado pela rocha, onde não se deve tornar uma via mais fácil ou mais difícil através de alterações como cavar, remover, esculpir ou incluir agarras em rocha” (ICMBIO, 2021).

Em seu Art. 4º, a IN nº 02/2021 traz um relevante reconhecimento ao estabelecer que “A escalada em rocha é considerada como atividade de mínimo impacto e compatível com todas as zonas de manejo onde o uso público é permitido, inclusive as zonas de baixo grau de intervenção”. Adicionalmente, dentre as conquistas mais relevantes, que representam o tipo de regulação externa esperada, se destacam os artigos 7º e 11, propostos pelos montanhistas, acatados pelo ICMBio e expostos a seguir.

Art. 7º A prática da escalada e o pernoite fora do período convencional de visitação poderão ser autorizados pela administração local do ICMBio. (...) Art. 11 Poderá ser estabelecida uma sazonalidade na prática da escalada aliadas aos

períodos reprodutivos da fauna nas vias de escalada quando identificado potencial impacto neste processo (ICMBIO, 2021).

As únicas sugestões substanciais feitas pelas entidades do montanhismo organizado que não foram consideradas no texto final da IN nº 02/2021 foram as que tratam da abertura de novas vias de escalada, o que também é chamado de conquista de via. A CBME havia proposto a seguinte redação:

Art. 11. A abertura de vias de escaladas deve considerar os Princípios e Valores do Montanhismo Brasileiro, as recomendações de mínimo impacto e as normas e zoneamento da unidade. §1º A abertura de vias de escalada poderá estar pré-aprovada no plano de manejo ou em outro instrumento de planejamento. A ausência desta pré-aprovação não representa impeditivo à abertura de vias de escalada. §2º As aberturas de vias deverão ser comunicadas a posteriori à unidade apoiando a gestão de informações da unidade, bem como o próprio manejo da visitação. (...) Art. 13. No caso de conflitos de uso ou impactos inaceitáveis, pode ser realizado um evento participativo que promova o ordenamento da escalada, junto com as entidades esportivas. Parágrafo único - A gestão de unidade de conservação poderá restringir a prática e a abertura de vias quando houver registros de impactos ambientais ou sociais inaceitáveis em locais específicos (CBME, 2020).

Apesar de os trechos indicados como Art. 13 e Parágrafo único terem sido incorporados à IN nº 02/2021, os anteriores foram substituídos pelo que segue:

Art. 12 A autorização para a abertura de vias de escalada deverá ser solicitada pelo escalador por meio de preenchimento de formulário seguindo o modelo constante na rede interna do ICMBio e encaminhado à Administração da unidade de conservação em que se pretende realizar a ação, para aprovação e registro do local pretendido e verificação de possível conflito com outros usos e atividades de gestão da unidade. §1º A autorização para a abertura de vias de escalada poderá ser dispensada pela unidade de conservação a partir da divulgação de diretrizes e orientações gerais à comunidade de escaladores da localidade em que se encontra a unidade (ICMBIO, 2021).

A obrigatoriedade de obter autorização prévia é inédita e burocratiza um processo que até então foi realizado por mais de um século de forma natural, podendo ser considerada um retrocesso. Ressalta-se que a própria IN considera a escalada como sendo uma atividade de mínimo impacto e que, para o caso de verificação de alguma ameaça à conservação ambiental ou impacto social, existem outros instrumentos para restringir a abertura de novas vias dentro das UC, como a própria categoria da UC, o seu Plano de Manejo e proibições de acesso pontuais ou temporárias que sejam justificadas. Somado a isso, vale considerar o elevado grau

de ativismo ambiental praticado por esse público-alvo e o aprendizado acumulado nas últimas décadas, que foi incorporado aos princípios e valores disseminados pela CBME e discutido diversas vezes pela própria comunidade com o objetivo de mitigar impactos negativos aos ecossistemas e a outros usuários do território.

A abertura de novas vias é importante para a disseminação do esporte e, em especial, para alguns escaladores que dominam as técnicas necessárias para realizar essa tarefa, a qual é vista como desafiadora e, portanto, atraente, parte do esporte (Figura 12). Diferentemente de outras atividades que são premeditadas, nem sempre a abertura de vias é feita de forma planejada, sendo comum que ocorra de maneira orgânica. Muitos comparam uma via de escalada a uma obra de arte e não parece razoável que o escalador se encontre em uma situação em que está cheio de inspiração, com todo o material disponível, após horas ou até dias de aproximação para alcançar a rocha, e exija que ele dê meia volta para preencher um formulário, aguardar retorno da gestão da UC para então retornar ao local e tentar abrir a via. Portanto, talvez possa ser avaliado se a comunicação *a posteriori* de fotos e dos croquis das novas vias seria o suficiente para atender às necessidades de ciência e eventual controle por parte dos órgãos ambientais (Figura 13).



Figura 12 - Escaladores avaliando a rocha antes da abertura de novas vias na Urca, no Rio de Janeiro / RJ. Na foto, André Ilha (à esquerda), Antônio Magalhães (no meio) e Pedro Bugim (à direita), os três montanhistas brasileiros que mais conquistaram vias de escalada, considerando o número de vias e suas metragens.

Foto: Laura Petroni.

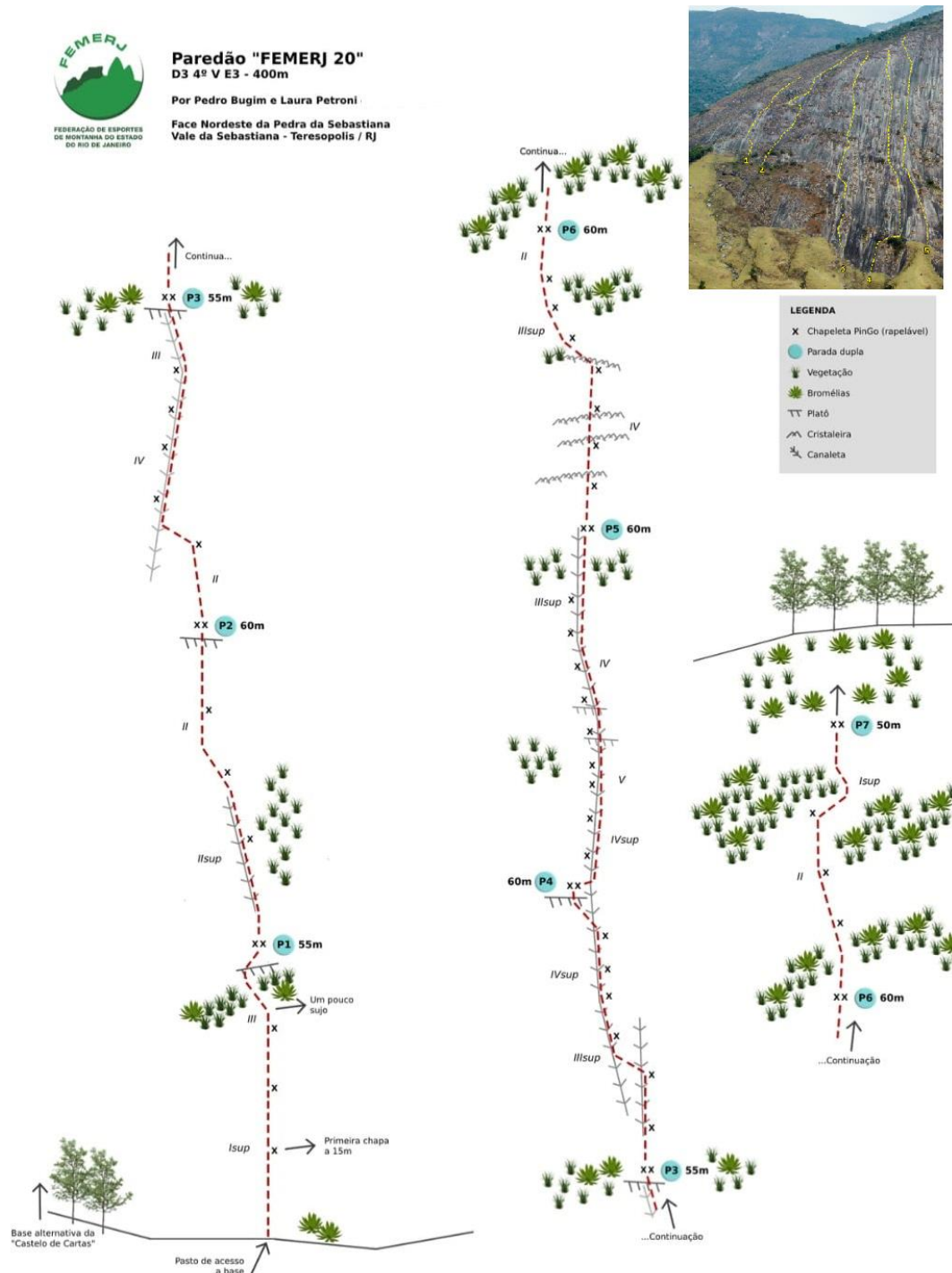


Figura 13 - Croqui da via de escalada "FEMERJ 20" na Pedra da Sebastiana, em Teresópolis / RJ.

Fonte: Blog do Bugim (<https://www.blogdobugim.com>).

Nesse sentido, essa restrição que foi imposta precisa ser mais discutida para verificar se caberia uma atualização na IN nº 02/2021 e para evitar que ela seja replicada por outras esferas governamentais sem que haja consenso ou, ao menos, maiores entendimentos entre as partes. Paralelamente, cabe às instituições do

montanhismo organizado encontrar soluções que se encaixem no §1º do Art. 12 da IN nº 02/2021, sendo a participação nos Conselhos Gestores das UCs uma oportunidade para tratar este tema e construir as diretrizes e orientações gerais que permitam a dispensa de autorização prévia para abertura de vias.

Por fim, a IN nº 02/2021 também ressalta, dentre as suas diretrizes, a promoção da gestão participativa, com o envolvimento de entidades e organizações relacionadas à prática da escalada no planejamento e gestão da atividade, considerando a cultura de cada região. Esse envolvimento é justamente o que a FEMERJ busca ao participar dos Conselhos Gestores de UCs. Como, por vezes, os próprios montanhistas não percebem a relevância da atuação das associações, das federações e da confederação, sugere-se que casos como os aqui mencionados sejam mais pesquisados e relatados, pois eles demonstram a importância da união e a força que o montanhismo organizado tem perante os órgãos públicos e o desenvolvimento de políticas que preservam esta cultura.

7.4

O caso da Portaria nº 500/2020

Diferentemente do caso da IN nº 02/2021, no qual a CBME e a FEMERJ puderam opinar e contribuir com conceitos e construção da redação, a Portaria Conjunta nº 500/2020 foi publicada pelo MMA, Ministério do Turismo e ICMBio no dia 17 de setembro de 2020 sem que as instâncias do montanhismo organizado fossem consultadas. Essa portaria define os critérios previstos no Art. 3º da Portaria Conjunta nº 407, de 19 de outubro de 2018, que instituiu a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade RedeTrilhas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2018, 2020). Sendo um regramento voltado para trilhas, não seria adequado envolver as Entidades de Administração Desportiva, que promovem a representação das demandas e interesses dos montanhistas?

Chama atenção o fato de a única mudança que a Portaria nº 500/2020 promoveu na Portaria nº 407/2018 foi a revogação do inciso do artigo 5º, a saber: “II - ter participação paritária do Governo e de entidades da sociedade civil em sua instância de governança”. Isso vai de encontro com toda a lógica de participação da sociedade sobre a qual este trabalho vem tratando, que rege sobre a importância do

debate e da participação inclusiva da sociedade na construção de políticas públicas. Com a retirada desse inciso, perde-se em transparência, afastando o processo do diálogo justo e equitativo. Em substituição, no inciso VIII da nova redação do Art. 2º foi definida a estrutura de governança que passa a ser a representação colegiada ou singular de autoridade pública, entidade privada ou organização da sociedade civil que detenha poder decisório sobre a trilha interessada em compor a RedeTrilhas. Ao incluir o trecho “que detenha poder decisório sobre a trilha”, outras instâncias da sociedade civil, incluindo as Entidades de Administração Desportiva, são afastadas do diálogo, gerando riscos com relação a como serão feitas as definições sobre a necessidade de sinalizar ou não, os locais de implantação de sinalização, além do tipo e a frequência de sinalização a ser utilizada.

Todavia, o mais impactante nesta legislação é a intenção de tornar uma esfera do montanhismo em um programa de governo, fazendo com que a sua essência seja abalada de forma arbitrária. Destaca-se, novamente, que o montanhismo é uma prática que envolve valores, crenças e tradições específicas, muitas vezes construídas ao longo de décadas e até séculos. Mesmo havendo interesses políticos e econômicos, o uso intensivo das montanhas para fins comerciais, turísticos ou outros, deve ser equilibrado e considerar a promoção do montanhismo, a preservação do meio ambiente e a cultura local.

No estado do Rio de Janeiro existem travessias²³ clássicas, como a Travessia Petrópolis-Teresópolis, Travessia da Serra Fina, Travessia Rebouças-Mauá, Caminho de Mambucaba e Volta da Ilha Grande. Além disso, por este estado passa a maior trilha de longo curso projetada no Brasil, que vai desde o norte desse estado até o Rio Grande do Sul. Se trata do Caminho da Mata Atlântica (CMA), uma trilha de mais de 4 mil quilômetros de extensão que percorre toda a Serra do Mar e um trecho da Serra Geral. Além de focar na construção de parcerias, aceitando que existe a diversidade de projetos e de públicos nas UCs, é um projeto aderente aos princípios e valores do montanhismo, com governança bem estabelecida e com o Componente Pesquisa e Conservação que visa identificar as áreas prioritárias para proteção e recuperação de corredores ecológicos. O CMA atravessa noventa UCs e tem se consolidado como uma ferramenta de conservação da Mata Atlântica ao

²³ As travessias se configuram como trilhas com longos percursos, nas quais as pessoas costumam pernoitar.

passo em que promove a conectividade da paisagem, gerando benefícios ambientais e sociais (VIVEIROS DE CASTRO *et al.*, 2021; VIVEIROS DE CASTRO, 2023).

Na contramão, a Portaria nº 500/2020 traz, em seus Art. 7º e 8º, disposições que ameaçam travessias e projetos existentes, além de inibir o desenvolvimento de novas iniciativas que não sejam integradas ao que a legislação impõe autoritariamente, conforme destacado a seguir:

Art. 7º A RedeTrilhas possui uma identidade visual, caracterizada por pegadas nas cores preta e amarela, que garante a padronização da sinalização a ser usada pelas trilhas componentes. Art. 8º A padronização da sinalização da Trilha de Longo Curso deverá obrigatoriamente, observar a identidade visual da RedeTrilhas, em conformidade com o Manual de Sinalização de Trilhas do Instituto Chico Mendes. § 1º As trilhas locais pré-existentes que coincidirem com trechos das trilhas de longo curso poderão manter suas identidades visuais locais, coexistindo com a identidade visual da RedeTrilhas. § 2º As Trilhas Locais que, de acordo com a sua extensão e características, passarem a se configurar como Trilha de Longo Curso, adotarão obrigatoriamente e exclusivamente, a identidade visual da Rede Trilhas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2020).

Em diversas partes do texto dessa Portaria é indicado que o ingresso na RedeTrilhas ocorrerá por adesão, a partir de propostas a serem apresentadas por entidades e órgãos públicos, organizações da sociedade civil ou entes privados, as quais precisam passar por avaliação e aprovação pelo MMA. Com isso, torna-se possível a interpretação de que outros projetos podem existir, ao não aderirem à RedeTrilhas.

O parágrafo primeiro do Art. 8º também trata da possibilidade de coexistência de trilhas pré-existentes que apresentam identidades visuais próprias, mesmo que sem dar sinais de como isso aconteceria em termos de compatibilização da sinalização. Porém, nesse caso é especificado que a coexistência seria com trilhas locais, que, de acordo com a Portaria nº 407/2018, seriam caracterizadas como trilha que pode ser percorrida a pé em algumas horas, ou em um dia de caminhada, no máximo. Ressalta-se aqui mais um ponto em que a legislação mostra a pretensão em trazer definições específicas sobre o esporte, o que fere o princípio de auto-regulamentação.

O parágrafo 2º do Art. 8º dita que, mesmo não tendo solicitado adesão ao sistema, apenas com base em suas características, toda trilha de longo curso deve

adotar, obrigatoriamente e exclusivamente, a identidade composta por pegadas nas cores preta e amarela. Isso coloca em risco diversos aspectos do montanhismo, como a sua história, forma orgânica de se desenvolver, pluralidade, dentre outros. Ao passo em que essas legislações ditam sobre a forma como o montanhismo deve progredir no Estado, essa palavra, “montanhismo”, sequer é citada nas referidas Portarias, em uma demonstração de falta de entendimento sobre o setor ou, pior, em uma tentativa de invisibilizá-lo.

A história das trilhas de longo curso com sinalização marcada por pegadas pretas e amarelas se deu no estado do Rio de Janeiro, com o projeto da Trilha Transcarioca. Em seus anos iniciais, a FEMERJ apoiou a iniciativa de diversas maneiras, até que seus idealizadores se mostraram resistentes e irredutíveis com relação a alguns aspectos, em especial com as recomendações de evitar a sinalização excessiva. Alguns episódios marcaram o desrespeito frente aos princípios e valores do montanhismo, como a sinalização da clássica Travessia Petrópolis-Teresópolis, após entendimentos de que isso não seria feito, inclusive junto ao Conselho Gestor da UC (FEMERJ, 2022).

Em 2021, em consequência da Portaria nº 500/2020, a administração do PNT suprimiu parte da sinalização do CMA que existia na Floresta da Tijuca e havia sido instalada com autorização e apoio do próprio ICMBio. Nessa ocasião, a FEMERJ demonstrou sua insatisfação com relação a essa atitude, ressaltando que não houve qualquer discussão no Conselho Gestor, nas câmaras temáticas e em quaisquer outras instâncias das quais o montanhismo organizado faz parte (FEMERJ, 2021). Após entendimentos entre a gestão do PNT e a FEMERJ, as placas e marcações do CMA foram reestabelecidas.

Considerando a auto-regulamentação, os órgãos gestores, em especial os de UCs, deveriam idealmente restringir-se a focar na compatibilização do montanhismo de acordo com a categoria de UC, o zoneamento, classes de oportunidades/experiências e regras das áreas sem entrar em esfera técnica, ética ou de estilo do desporto. Do ponto de vista da cultura do montanhismo, o caso da Portaria nº 500/2020 trata-se de uma interferência indevida do Estado no esporte, que foi emitida sem qualquer debate com os atores sociais atingidos. Nesse sentido, o tratamento a este tema é uma necessidade eminente para o futuro do montanhismo

no Brasil, sendo importante o maior envolvimento dos montanhistas e uma abordagem mais cuidadosa e inclusiva por parte das autoridades responsáveis pela gestão das áreas naturais.

7.5

Recomendações relacionadas ao capítulo

Este capítulo abordou a importância de assegurar o direito desportivo, sendo conferida autonomia às instituições reguladoras do esporte, sem interferência estatal para a criação de regras específicas que sejam inerentes ao esporte, conforme preconizado na legislação. Por meio de exemplos de casos pretéritos, foram destacadas algumas ameaças à autonomia desportiva, ressaltando bons e maus exemplos relacionados à auto-regulamentação no montanhismo. Como recomendação, destacam-se os seguintes tópicos:

- A todos os montanhistas e aos conselheiros da FEMERJ: Ter atenção a regramentos definidos pela esfera pública, levando em consideração os princípios e valores do montanhismo.
- Aos representantes da esfera pública: Distinguir suas responsabilidades com relação à gestão do uso público em UCs do que se refere à autonomia das instituições reguladoras do esporte, não estabelecendo regras inerentes ao esporte ou imponto a hegemonia de um tipo de sinalização em trilhas.
- À diretoria da FEMERJ: Representar o montanhismo estadual junto ao poder público, de acordo com o estabelecido em seu estatuto, promovendo o diálogo junto à base de instituições do montanhismo organizado e aos idealizadores de restrições existentes e que venham a surgir.

Dentre os princípios e valores do montanhismo que se relacionam com este capítulo, destaca-se o seguinte:

Recreação - opção com menos restrição possível: Entendemos que é apropriado criar uma regulamentação de uso em locais onde é necessário proteger sítios arqueológicos, históricos, paleontológicos, uma espécie em perigo de extinção ou ambiente único. Mesmo nesses casos, a regulamentação deve sempre privilegiar a opção de visitação com a menor restrição possível, introduzindo a autorregulamentação já praticada pela CBME

com sucesso em muitos lugares, antes de se criar um regulamento mais restritivo (CBME, 2012).

8 Direito ao risco

8.1 Assunção do risco no contexto do montanhismo

O montanhismo, em especial a escalada, é um esporte de risco. Entretanto, vivemos em uma sociedade obcecada pela segurança, em que o risco é encarado hegemonicamente como algo estritamente negativo, associado a uma ameaça da qual o ser humano deve fugir (DE MEDEIROS *et. al.*, 2017; LE BRETON, 2022). A partir disso, nasce um tabu que frequentemente ameaça a legitimidade dos esportes de aventura e a liberdade de seus praticantes.

Vários trabalhos acadêmicos já tentaram entender e explicar as motivações dos montanhistas, o que leva um escalador a dedicar o seu tempo realizando atividades que podem custar a própria vida. As conclusões são de que a aventura na natureza pode ter diversos significados que dependem da personalidade e das experiências subjetivas dos indivíduos, sendo comum relacionar a prática do montanhismo ao incremento de autoestima, bem-estar, autoconhecimento, relacionamento interpessoal e cooperação, dentre outros prazeres (MARINHO, 2008).

Para Alves & Boschilia (2008), o montanhismo estimula uma resposta emocional capaz de reequilibrar a saúde mental dos indivíduos que vivem sob uma condição excessivamente “regrada”. Porém, apesar de algumas definições, muitos praticantes têm dificuldade de colocar em palavras o que sentem ao subir montanhas, o que isso significa para o âmagos e o quão imprescindível isso é para suas vidas, sendo um sentimento positivo, mas indescritível.

Além disso, cada pessoa responde à exposição ao risco de modo peculiar. Para Swarbrooke *et. al.* (2003), as percepções do risco estão diretamente vinculadas à capacidade, à experiência e ao conhecimento da pessoa com relação à atividade de aventura, de forma que este é um conceito subjetivo. De fato, o que é interpretado como arriscado por alguém não praticante do esporte não é necessariamente visto como um perigo para quem está acostumado com a atividade, podendo, pelo contrário, ser encarado como um movimento corriqueiro e até seguro ou

simplesmente algo que representa um desafio calculado e traz satisfação ao ser vencido.

Nesse sentido, a percepção do risco é individual, não havendo uma fórmula exata que sirva para todos. Le Breton (2022) destaca que uma pessoa inclinada a amar o risco em certas situações recusa-o totalmente em outras, especialmente quando não se está no controle. O autor usa como exemplo um escalador que pode não tolerar ser passageiro em um carro que não esteja dirigindo, o que poderia ser algo simples para muitas pessoas, e conclui que a medida objetiva do risco é uma ficção política e social (Le Breton, 2022).

Marinho (2008) lembra que o risco significa expor o praticante à possibilidade de se machucar ou, até mesmo, morrer. Portanto, é compreensível que muitas pessoas prefiram situações das mais controladas possíveis, ainda que afirmar total gerência sobre a própria integridade física seja uma fantasia, considerando que todos virão a falecer um dia. Apesar disso, em se tratando do montanhismo, o risco só pode ser avaliado, medido e controlado de forma individual, justamente devido à diversidade de aptidões, interpretações, capacidades e facetas culturais.

Há um paradoxo no entendimento geral, em que o risco é percebido como algo indesejável por alguns e a aventura é relacionada à felicidade, enquanto na verdade representam aspectos indissociáveis um do outro. Não há aventura sem risco, ou pelo menos a incerteza (Figura 14)! Porém, observa-se que, em diversos casos, os interesses daqueles que atuam na prevenção de riscos podem se contrapor aos interesses individuais e coletivos (VERONESE; OLIVEIRA, 2010).



Figura 14 - Laura Petroni no Parque Estadual da Pedra Selada, em Resende / RJ, mais especificamente na via de escalada “Travessia da Sela”, conquistada em 1952 e graduada em 3º IIsup A0 E3 (SPANNER; SPANNER, 2012).

Foto: Pedro Bugim.

Pawlucki (2016) trata sobre a moralidade de se colocar em risco, ressaltando que a lei natural nos obriga a cuidar da própria vida, enquanto uma escalada extrema pode significar uma ameaça à vida, o que seria interpretado em primeira instância como algo moralmente errado. Porém, o autor destaca que os praticantes seguem a ética esportiva e, ao mesmo tempo, o valor moral da existência, já que, embora conscientemente arrisquem suas vidas, quando enfrentam a morte não desistem e lutam para sobreviver. Como conclusão, avalia que mesmo quando tratamos de um montanhista que está à beira da morte, a sua atitude é moralmente correta e não um ato suicida.

Neste contexto, a expressão “direito ao risco”, exhaustivamente difundida pelos montanhistas, surge a partir do desdobramento do princípio da dignidade da pessoa humana (DE MEDEIROS *et. al.*, 2017). Dentre os direitos fundamentais, elencados no rol das garantias constitucionais, estão a autodeterminação e as liberdades civis, desde que suas ações não impliquem em prejuízos a terceiros.

A demanda e luta dos praticantes de esportes de aventura é ter o direito de realizar certas atividades que sabidamente implicam em risco à própria integridade física. Em compensação, estes devem assumir integralmente todas as consequências de suas decisões, de forma que ninguém, indivíduo ou instituição, venha a ser responsabilizado na hipótese de que algo dê errado (ILHA, [s.d.], 2014). Ou seja, se uma pessoa conhece os riscos da atividade e opta por se aventurar, sem que tenha havido coação e tendo como base a sua habilidade, treinamento, experiência e condicionamento, a segurança é de sua própria e única responsabilidade.

Apesar do ponto de vista dos montanhistas, casos de acidentes podem gerar respostas policiais, administrativas e judiciais. Seja qual for a situação, a conduta do montanhista pode não ser compreendida em um primeiro momento, vista como uma ação “aventureira” inconsequente, e uma forma de amenizar eventuais má-interpretações e desentendimentos é a construção permanente de relações de confiança e a demonstração de razoabilidade por parte dos praticantes de esportes de aventura. Sobre isso, Ilha (2013) chama atenção para a necessidade de caminhar para uma jurisprudência que assegure o direito de se colocar em risco, sem que isso possa implicar em responsabilização de terceiros, quando se trata da prática de escalada ou de outros esportes de aventura.

É preciso resgatar o fato de o risco ser inerente aos esportes de aventura, conforme preconizado pelo Ministério de Estado do Esporte, de o montanhismo poder ser entendido como uma manifestação cultural e de a liberdade para praticar o esporte que lhe apetece ser um direito fundamental, conforme preceituado nos trechos da legislação vigente que são destacados a seguir.

Esporte de aventura: O conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas em interação com a natureza, a partir de sensações e de emoções, sob condições de incerteza em relação ao meio e de risco calculado. Realizadas em ambientes naturais (ar, água, neve, gelo e terra), como exploração das possibilidades da condição humana, em resposta aos desafios desses ambientes, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidas com a sustentabilidade socioambiental (MINISTÉRIO DE ESTADO DO ESPORTE, 2007).

Nessa definição da Resolução nº 18 de 2007 do Ministério do Esporte, cujo texto foi apreciado e apoiado pela CBME, fica explícito que incertezas e riscos são inerentes à prática de esportes de aventura em ambientes naturais (ILHA, [s.d.]).

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (BRASIL, 1988).

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver (...) (BRASIL, 1988).

Esses trechos dos artigos 215 e 216 da constituição explicam a importância de em 2021 o montanhismo ter sido declarado como Patrimônio Cultural e Imaterial do estado do Rio de Janeiro pela Lei estadual nº 9.205/2021 (RIO DE JANEIRO, 2021). O montanhismo é mais do que um esporte, é um modo de viver.

O lazer e a cultura estão sob garantia da Constituição da República Federativa do Brasil. Além disso, a carta internacional da educação física e do esporte, publicada pela UNESCO em 1978, relaciona o esporte aos direitos humanos quando coloca que:

Consciente de que uma das condições essenciais para o exercício efetivo dos direitos humanos consiste em que as pessoas sejam livres para desenvolver e preservar suas aptidões físicas,

intelectuais e morais, e que, conseqüentemente, o acesso à educação física e ao esporte deve ser assegurado e garantido a todos (UNESCO, 1978).

Ou seja, se o montanhismo é um esporte de aventura e este envolve incertezas, se é uma manifestação cultural e essa deve ser apoiada e valorizada, se praticar o esporte desejado se relaciona com a dignidade da pessoa humana e, por fim, considerando que é uma atividade lícita, é razoável que o praticante tenha o direito de escolha e possa ter autonomia para controlar os riscos ao qual pretende se submeter.

De toda forma, este princípio do montanhismo considera que para ter direito ao risco, deve-se ter consciência do risco a que está se submetendo. Por essa razão, o gerenciamento de risco é exaustivamente tratado pelas entidades do montanhismo organizado, sendo um tema que faz parte do currículo mínimo de cursos básicos de escalada/caminhada homologados pela FEMERJ. Além disso, a totalidade dos materiais de comunicação produzidos pelas entidades do montanhismo organizado e dos guias de escaladas existentes no Brasil, contêm frases de advertência indicando os perigos do esporte e reforçando que a responsabilidade é individual, que cabe a cada praticante adquirir técnica, ganhar experiência e avaliar os riscos das atividades.

8.2

Gerenciamento de risco

Os desafios, riscos e incertezas são características que exigem que os montanhistas desenvolvam um plano de gerenciamento de risco pessoal, permitindo o alcance de alguma margem de segurança (ATTARIAN, 2002). O processo de planejamento faz parte do esporte e existem diversos fatores a serem avaliados antes de se aventurar na natureza, sempre considerando a experiência, condicionamento físico, nível de habilidade e disponibilidade de equipamentos do praticante (Figura 15). Além de informar-se sobre condições meteorológicas, portar equipamentos como kit de primeiros socorros, lanterna, capacete, material móvel e/ou outros que façam sentido para determinada atividade, o principal é ter consciência sobre as técnicas e limites individuais e ter certo conhecimento sobre o desafio a ser enfrentado.



Figura 15 - Equipamentos utilizados para a realização da conquista de uma via de escalada mista (em rocha e gelo) aberta por Pedro Bugim e Laura Petroni.

Foto: Pedro Bugim.

Cabe ressaltar que décadas atrás não existiam sapatilhas e *bouldrier* (cadeirinhas de escalada), se usava cordas de sisal rígidas ao invés de cordas dinâmicas de última geração que absorvem energia e são preparadas para aguentar cargas de toneladas de quilos em caso de queda. Apesar disso, não é pelo fato de existirem equipamentos considerados mais seguros, que o uso deles deve ser obrigatório, inclusive pelo fato de a escalada compreender diferentes estilos. Por exemplo, mesmo que existam proteções fixas ultra resistentes, faz parte do esporte poder descer de uma via estando protegido por uma fita envolta em um bloco de pedra. Mesmo que existam cordas, há escaladores de elite que praticam *free solo*, que é uma modalidade sem o uso de cordas. Nesse sentido, o escalador deve ter autonomia para a tomada de decisão e gerenciamento próprio do risco.

Conforme destacado por Ennes (2013), para a elaboração de planejamentos eficazes, deve-se apropriar dos saberes, dos novos conhecimentos gerados, das novas tecnologias e, também, dos protocolos e normas existentes. Portanto, é importante ter atenção às recomendações das organizações que regulamentam o esporte, que são as instâncias responsáveis por definir as normas e diretrizes aplicáveis a diversas situações (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2 - Lista com algumas normas estabelecidas pela Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME).

Normas estabelecidas pela Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME)
CBME: DT-2016/01 - Sistema Brasileiro de Graduação de Vias de Escalada
CBME: DT-2016/02 - Definições e Termos para Qualificação de Profissionais de Montanhismo e Escalada
CBME: DT-2016/03 - Programa de Qualificação de Profissionais de Montanhismo e Escalada
CBME: DT-2016/04 - Regulamento para Qualificação de Profissionais de Montanhismo e Escalada
CBME: DT-2016/05 - Atividades Mínimas Obrigatórias para Qualificação de Profissionais de Montanhismo e Escalada
CBME: DT-2016/06 - Competências Mínimas para Condutor de Trilhas de Curto Percorso
CBME: DT-2016/07 - Competências Mínimas para Condutor de Muros de Escalada
CBME: DT-2016/08 - Competências Mínimas para Condutor de Técnicas Verticais
CBME: DT-2016/09 - Competências Mínimas para Guia de Caminhada
CBME: DT-2016/10 - Competências Mínimas para Guias de Escalada Esportiva
CBME: DT-2016/11 - Competências Mínimas para Guias de Escalada em Rocha
CBME: DT-2016/12 - Competências Mínimas para Guias de Montanha

Tabela 3 – Lista com alguns documentos técnicos publicados pela Federação de Esportes de Montanha do Rio de Janeiro (FEMERJ).

Documentos técnicos publicados pela Federação de Esportes de Montanha do estado do Rio de Janeiro (FEMERJ)
FEMERJ: STM 2017/02 - Competências mínimas para guias voluntários
FEMERJ: STM 2017/03 - Competências mínimas para guias voluntários - Categoria guia de montanha
FEMERJ: STM 2017/04 - Competências mínimas para guias voluntários - Categoria guia de caminhada
FEMERJ: STM 2017/05 - Competências mínimas para guias voluntários - Categoria guia de cordada
FEMERJ: STM 2017/06 - Competências mínimas para guias voluntários - Categoria monitor de montanhismo
FEMERJ: STM 2019/02 - Regulamento do programa de certificação de cursos de montanhismo
FEMERJ: STM 2019/03 - Relação dos cursos de montanhismos certificados
FEMERJ: STM 2019/04 - Termo de adesão ao programa de certificação de cursos básicos de esportes de montanha
FEMERJ: STM 2019/05 - Currículo Mínimo para curso básico de escalada
FEMERJ: STM 2019/06 - Currículo Mínimo para curso básico de caminhada
FEMERJ: STM 2019/07 - Currículo Mínimo para curso básico de montanhismo

A formação e as competências especializadas são consideradas pelos montanhistas como componentes importantes da gestão do risco (ATTARIAN, 2002). Por outro lado, Alves & Boschilia (2008) alertam que a mercantilização dos símbolos relacionados às práticas de contato com a natureza, a espetacularização do montanhismo promovida por ações midiáticas e a gama de expedições pagas, colabora para o aumento de pessoas inexperientes na montanha, o que, por consequência, aumenta a chance de acidentes e mortes desses praticantes. Segundo o autor, está ocorrendo uma “vulgarização” da prática do montanhismo (ALVES; BOSCHILIA, 2008), o que ressalta a importância de perpetuar os valores que orientam a prática tradicional do montanhismo e sua visão romântica de contato com a natureza.

O problema é que na maior parte das vezes os legisladores e os gestores de UCs não têm familiaridade com a cultura de montanha. Este fato, unido ao medo de consequências jurídicas na eventualidade de algum acidente, faz com que

proibam o acesso a montanhas simplesmente por serem consideradas áreas perigosas ou remotas e pouco supervisionadas, argumentos que não fazem sentido do ponto de vista das entidades esportivas, principalmente se não estiverem acompanhados de estudo prévio (MELTZER, 2021). Nesse sentido, para evitar determinações autoritárias ou precipitadas, o ideal é avaliar cada caso criticamente e de maneira participativa, identificar a frequência e os motivos de acidentes na localidade (se já tiverem ocorrido), realizar estudos técnicos, entender quais são os visitantes do território e pensar em possíveis formas de evitar acidentes sem necessariamente restringir o acesso.

O *American Alpine Club* (AAC) foi pioneiro na organização de informações sobre acidentes e incidentes relacionados ao montanhismo, tendo iniciado o registro de informações na década de 40. Desde 1948, a instituição lança publicações anuais que documentam os acidentes de escalada mais significativos e ensináveis do ano, analisando suas causas a fim de evitar que problemas semelhantes ocorram no futuro.

A CBME também possui um Banco de Relatos de Acidentes que visa estruturar de maneira centralizada as informações relacionadas a incidentes e acidentes ligados ao montanhismo que ocorram em território nacional. Os relatos são anônimos, sem identificação dos participantes e não é necessário ter sido um dos envolvidos diretamente para registrar a ocorrência. O objetivo deste compilado é estimular o debate sobre práticas e procedimentos que possam maximizar a segurança no esporte. Entre os anos de 2000 a 2021, foram registradas cento e oito situações, das quais cinquenta estão relacionadas à falha humana ou comportamento de risco.

Ambos os controles, da AAC e da CBME, especificam quais foram as causas imediatas e as causas contribuintes para cada uma das ocorrências. Dentre as principais causas estiveram a realização de atividade vertical sem utilização de corda, habilidade excedida ou inexperiência, equipamento ou vestimenta inadequados, colisão por pedra ou material solto, fenômenos atmosféricos, queda e erro ao dar segurança. Considerando que relatos e análises de ocorridos são importantes para que se entenda as causas e previna próximos acidentes similares, a FEMERJ pode realizar vistorias e comunicados, como ocorreu em 2012 quando

do acidente fatal na via CEPI, localizada na face oeste do morro do Pão de Açúcar (FEMERJ, 2012).

Além disso, a CBME faz parte da Comissão de Segurança da UIAA e contou com o apoio recente da FEMERJ para a testagem de equipamentos. Dentre os estudos realizados pela equipe brasileira, estão análises relacionadas à corrosão e à verificação de suporte de carga de proteções fixas que ficam aderidas às rochas (FEMERJ, 2018). Ainda, com o objetivo de obter contribuições da comunidade de montanhistas e discutir assuntos relevantes de forma participativa, em 2017 a FEMERJ realizou o I Seminário de ancoragens fixas em áreas naturais.

Independentemente de todo o esforço que é feito para trazer mais segurança ao esporte, o direito ao risco é a expressão que pretende trazer a noção de que ser perigoso não significa necessariamente que deve ser evitado. Um exemplo disso no contexto do montanhismo é o próprio sistema brasileiro de graduação de vias de escalada adotado pela CBME e a metodologia de classificação de trilhas desenvolvida pela FEMERJ, que consideram o parâmetro “Exposição ao Risco”, algo inédito no mundo (FEMERJ, 2003; FEMERJ, 2015). Este termo foi expressado pela primeira vez no Guia de Escaladas dos Três Picos, lançado em 1998, e atualmente é amplamente aceito e utilizado entre montanhistas (CARVALHO *et. al.*, 1998) (Figura 16).

Na escalada, a exposição é geralmente subdividida em cinco níveis (E1, E2, E3, E4 e E5), apesar de algumas vias chegarem até o nível “E7”, e não está relacionada apenas ou diretamente à probabilidade da ocorrência do evento de risco, mas também às consequências caso o evento de risco aconteça, fornecendo ao montanhista uma noção mais realista das possíveis implicações em caso de acidentes. Nas palavras do presidente da FEMERJ, Pedro Bugim, uma queda em via graduada como “E4” poderia causar sérias lesões, com chances de morte, enquanto que em uma via “E5”, a probabilidade de morte seria extremamente alta.

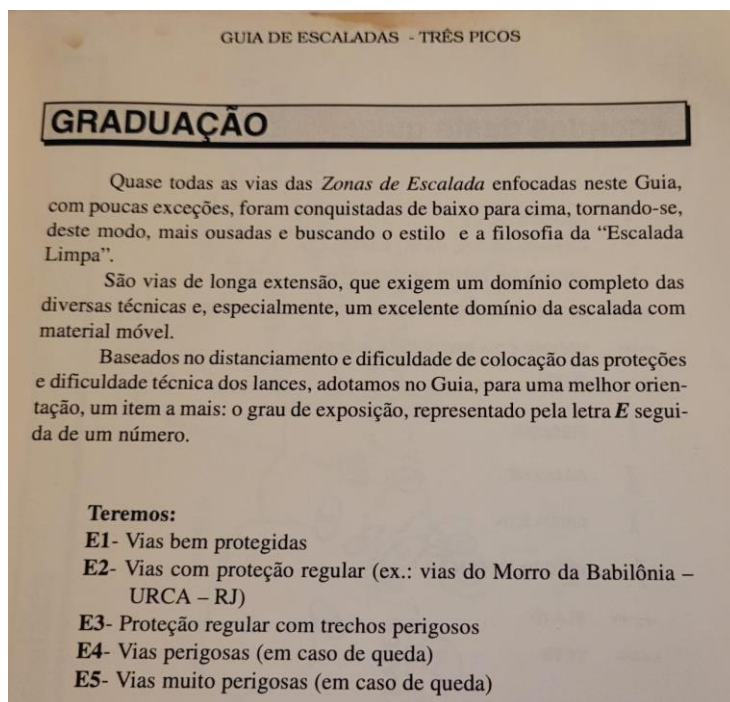


Figura 16 - Página do Guia de Escaladas – Três Picos apresentando o grau de exposição.

Fonte: Carvalho *et. al.*, 1998.

Alguns poderiam pensar que não deveriam ser permitidas vias E5, por exemplo, devido às sérias consequências em caso de queda. Porém, isso seria privar montanhistas de excelência de terem vivências que fazem parte do seu espectro de desejos e crescimento pessoal. Nesse sentido, entende-se que o mais apropriado é difundir e respeitar o “direito ao risco”, um dos princípios básicos do montanhismo organizado, assim como expor aos participantes que a capacitação adequada se faz necessária para a realização de determinadas escaladas.

Uma estratégia que visa contribuir com a redução de riscos de acidentes é a instalação de placas indicativas, o que já foi feito algumas vezes pela FEMERJ em parceria com a gestão de UCs (Figuras 17 e 18). Esse tipo de sinalização pode ser custeado com recursos do Fundo de Incentivo ao Manejo de Trilhas e Vias de Escalada (FIM-TE), o qual foi estruturado e é mantido pela FEMERJ, com o objetivo não apenas de fornecer materiais, mas também de dar suporte técnico (FEMERJ, 2016). Como exemplo, a placa instalada no Parque Estadual do Grajaú traz os seguintes dizeres:

Aviso de Risco de Escalada! O Parque Estadual do Grajaú é um importante e tradicional centro de escalada. A escalada é um esporte de alto risco. Sua segurança depende do seu julgamento, baseado na sua experiência e conhecimento de suas habilidades,

que inclui: A avaliação do terreno, técnica e equipamentos exigidos, do clima e da qualidade e tipo de proteções em vias de escaladas; A avaliação das condições físicas, técnicas e psicológicas dos participantes; O conhecimento de que as proteções e equipamentos estão sujeitos a falhas, cabendo a você analisar as condições dos mesmos e assumir o risco de utilizá-los. Nem o Parque, nem a FEMERJ inspecionam ou realizam manutenção nas proteções fixas das vias de escaladas. Ela é realizada por escaladores de forma voluntária, um ato altruísta, cujo resultado beneficia a todos os escaladores. Informe-se sobre as condições das vias e certifique-se que a via escolhida esteja dentro de sua capacidade. Lembre-se de praticar o Mínimo Impacto Ambiental. Alertas de segurança: Proteções e equipamentos fixos são duvidosos, faça um backup. Confira duplamente seus sistemas: *crash-pads*, encordoamento, rapel, asseguração, paradas etc. Inspeção as condições dos seus equipamentos pessoais. Fique atento às condições do tempo. Leia os avisos e manuais técnicos, eles podem salvar sua vida. Lembre-se que sua segurança é sua responsabilidade. Se você encontrou dificuldade de compreender os avisos acima, considere não escalar em uma área natural sem alguém mais capacitado.



Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca

Aviso de Risco Escalada

O MONA Pão de Açúcar é um importante e tradicional centro de escalada.

A escalada é um esporte de alto risco. Sua segurança depende do seu julgamento, baseado na sua experiência e conhecimento das suas habilidades, que inclui:

- A avaliação do terreno, técnica e equipamentos exigidos, do clima e da qualidade e tipo de proteções em vias de escaladas;
- A avaliação das condições físicas, técnicas e psicológicas dos participantes;
- O conhecimento de que as proteções e os equipamentos estão sujeitos a falhas, cabendo a você analisar as condições dos mesmos e assumir o risco de utilizá-los.

Nem o MONA Pão de Açúcar, nem a FEMERJ inspecionam ou realizam manutenção nas proteções fixas das vias de escaladas. Ela é realizada por escaladores de forma voluntária, um ato altruísta, cujo resultado beneficia a todos os escaladores.

Informe-se sobre as condições das vias e certifique-se que a via escolhida esteja dentro de sua capacidade.

Para a prática da escalada e conquista de novas vias conheça as Diretrizes de Mínimo Impacto para a Urca (www.femerj.org).

Alertas de segurança:

- Proteções e equipamentos fixos são duvidosos, faça um backup.
- Confira duplamente seus sistemas: encordoamento, rapel, asseguração, paradas, etc.
- Inspeção as condições dos seus equipamentos pessoais.
- Fique atento às condições do tempo.
- Leia os avisos e manuais técnicos, eles podem salvar sua vida.
- Lembre-se que sua segurança é sua responsabilidade.

Se você encontrou dificuldade de compreender os avisos acima, considere não escalar em uma área natural sem alguém mais capacitado.

Regule em montanha e Incêndios florestais
Cidade de Botafogo (11-0194)
0-2233-6337 / 6329 / 6373
Diretrizes sobre escalada e alertas de segurança
www.femerj.org

Figuras 17 e 18 - Placas com aviso de riscos sobre escalada, que foram elaboradas pela FEMERJ e se encontram em áreas estratégicas de UCs, no Rio de Janeiro / RJ.

Foto: Laura Petroni.

Salienta-se que, apesar de o FIM-TE ser um importante instrumento criado e operado pela FEMERJ, que pode facilitar a manutenção de trilhas e vias de escaladas, a troca das ancoragens fixas (grampos, chapeletas ou outros materiais fixados à rocha com o objetivo de conferir mais segurança em caso de queda) não é obrigação das entidades, nem é realizado por elas. De forma voluntária e proativa, a própria comunidade de escaladores identifica quando há equipamentos com estado de conservação comprometido em determinada via e se mobiliza para realizar a manutenção. Nesses casos, a FEMERJ divulga a situação e, caso haja interessados em promover a troca das ancoragens e autorização do responsável pela conquista, pode fornecer o material mediante solicitação e elaboração de relatório da manutenção (FEMERJ, 2016). De toda forma, não importando qual seja a qualidade e o estado das proteções ancoradas nas rochas, a escolha pela repetição de qualquer via faz parte das responsabilidades pessoais de cada escalador, em consonância com o conceito do direito ao risco, assim como a avaliação prévia de outros fatores como a época do ano (clima), previsão do tempo, mantimentos e hidratação a serem consumidos, vestimenta mais adequada e informações geográficas.

Para além do apoio por meio do FIM-TE, que constitui um auxílio para a compra de materiais, a FEMERJ pode ser acionada para contribuir em ações voltadas ao gerenciamento de risco de outras formas, como ocorreu no caso da via de escalada “Passagem dos Olhos”, localizada no Parque Nacional da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse caso, o CERJ, clube detentor do direito autoral da via, iniciou um processo de avaliação e planejamento para a substituição de proteções fixas que estavam em alto grau de degradação, incluindo um cabo de aço de mais de 30 metros. Após longo período de debates para definição do método a ser empregado, o clube lançou uma campanha de financiamento coletivo que arrecadou R\$ 7.630,00, recebendo contribuições de 114 pessoas. Antes de darem início aos trabalhos, o CERJ solicitou apoio técnico da FEMERJ, que prontamente definiu os parâmetros técnicos e forneceu uma capacitação abordando os métodos mais apropriados para realizar a manutenção, em atenção à melhor prática, eficiência e segurança.

Somado a isso, o presidente e o diretor técnico da FEMERJ coordenaram a complexa manutenção dessa via, que é considerada um clássico para o

montanhismo brasileiro (Figura 19). O trabalho em campo foi realizado em março de 2023, durou quatro dias e foi um exemplo de integração da comunidade, já que envolveu dezenas de voluntários de sete instituições do montanhismo organizado. Para tanto, a gestão da UC concedeu uma autorização especial para que parte do grupo pudesse dormir na Pedra da Gávea, onde está localizada essa via, em uma demonstração de entendimento da cultura de montanha e parceria com as instituições reguladoras do esporte. Como forma de registrar esse feito e perpetuar o processo da reforma, associados do CERJ produziram um filme que foi exibido de forma gratuita para cerca de 120 montanhistas no Museu da República, no dia 07 de junho de 2023.



Figura 19 - Imagem do Arthur Estevez na reforma da via de escalada “Passagem dos Olhos”, no Rio de Janeiro / RJ, feita por um dos membros da equipe voluntária de filmagem.

Foto: Marcelo Benhami.

Ainda sobre o gerenciamento de risco, devido ao receio de serem responsabilizados por eventuais acidentes em territórios sob sua gestão, em alguns casos é recomendado que os órgãos ambientais e proprietários de áreas naturais implementem Termos de Responsabilidade a serem assinados pelos visitantes. Por outro lado, um aspecto a ser levado em consideração é o limite das exigências impostas pelos gestores das áreas. Em primeira instância, é importante que esse processo não burocratize demasiadamente o acesso às montanhas. Além disso,

deve-se avaliar se controles adicionais, como os de entrada e saída ou a checagem de equipamentos dos visitantes, que são praticados no Parque Nacional de Itatiaia, poderiam ser interpretados como uma transmissão de responsabilidade à UC, em ordem de prestar socorro por terem dado aval para determinada situação, sem necessariamente terem a devida expertise.

Paralelamente, o conhecimento do risco não pode ser feito por não conhecedores do esporte, como gestores administrativos de UCs. De forma análoga, a avaliação das condições de segurança de uma aeronave experimental não pode ser feita por policiais e sim por órgãos técnicos, como o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - CENIPA. Por isso, hoje as entidades do montanhismo organizado contribuem com a avaliação de condições de segurança e tecem recomendações, sendo perceptível o progresso de técnicas e equipamentos de escalada, o que permite aos montanhistas assumirem riscos menores.

Considerando que os maiores conhecedores das áreas e das técnicas de montanhismo são os próprios montanhistas, a FEMERJ celebrou um Termo de Cooperação Técnica com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ). Essa parceria visa apoiar o planejamento e a execução de resgates em áreas naturais. Curiosamente, a maior parte dos acionamentos ocorre em montanhas de mais fácil acesso, assim como nas vias de escalada ditas “bem protegidas”, provavelmente pela falsa sensação de segurança que o turismo na região pode gerar. Diante disso, em 2018, a FEMERJ, em conjunto com o CBMERJ, o Comando de Polícia Ambiental – CPAM e outros atores, realizou uma ação na trilha da Pedra da Gávea, no PNT, para analisar o perfil dos visitantes e alertar sobre riscos e regras, como a proibição de pernoitar no parque. Havendo recursos, esse é um exemplo de atividade que seria interessante ser replicada em determinadas localidades que são acessadas por públicos diversos e numerosos.

Sarmiento (2016) estimula a promoção de acordos multilaterais entre organizações do montanhismo, órgãos públicos e outras entidades. O autor destaca, ainda, que o gerenciamento de risco é um assunto que segue sendo pautado mundialmente, citando os desdobramentos do Congresso Internacional de Montanhismo (CIMA) de 2015. Como resultado desse encontro, foi publicado o documento intitulado "Desafios do Montanhismo no século XXI", dirigido

fundamentalmente às organizações do montanhismo. Dentre os vinte e oito desafios levantados, quatro são voltados especificamente à gestão de risco, a saber:

Promover Observatórios de Acidentes e implementar protocolos globais de segurança e prevenção. Sensibilizar e educar a população sobre a importância da prevenção e segurança nos esportes de montanha. Potenciar a formação específica em medicina de emergência em montanhas e técnicas de resgate e estender sistemas médicos para a população em áreas de montanha. Informar aos atletas sobre os riscos que implique uma prática desportiva incorreta ou desmensurada (CIMA, 2015).

8.3

Recomendações relacionadas ao capítulo

Este capítulo abordou a importância do direito ao risco para a sobrevivência do montanhismo, levantando a existência de diferentes percepções individuais e a relação intrínseca entre esportes de aventura e possibilidade de acidentes. Destaque também foi dado ao gerenciamento de risco, entendendo-o como essencial para os praticantes, que devem sempre levar em consideração a própria experiência e o conhecimento de suas habilidades. Como recomendação, destacam-se os seguintes tópicos:

- A todos os montanhistas: Ler os documentos técnicos publicados pelas entidades do montanhismo organizado e se capacitar adequadamente para as atividades.
- A todos os montanhistas: Explicar, sempre que cabível, a essência do direito ao risco, um princípio inerente ao montanhismo, reforçando as diferentes aptidões e capacidades de cada indivíduo, além da liberdade.
- Aos clubes de montanhismo: Fomentar cursos de formação de todos os níveis, incluindo cursos de reciclagem.
- Aos gestores de órgãos públicos: Não restringir o acesso às montanhas com a justificativa de ser perigoso e avisar à FEMERJ sobre casos de acidentes.
- Aos conselheiros da FEMERJ: Sugerir outras alternativas ao fechamento de áreas, como a possibilidade de colocar placas informativas, inclusive com recursos do FIM-TE, e de elaborar e aplicar Termos de Responsabilidade.

- Aos conselheiros da FEMERJ: Informar aos gestores de UCs que a FEMERJ tem capacidade de organizar montanhistas experientes e voluntários para auxiliarem em certas situações de emergência.

Dentre os princípios e valores do montanhismo que se relacionam com este capítulo, destacam-se os seguintes:

Responsabilidade pessoal: A escalada e o montanhismo possuem riscos inerentes que devem ser conhecidos e aceitos por seus praticantes. Cada escalador e montanhista deve ser responsável por escolher seus próprios desafios e seu nível de comprometimento de acordo com sua experiência e capacidade técnica, tornando-se responsável por sua própria segurança. Esse é um dos princípios mais intrínsecos ao montanhismo (CBME, 2012).

Responsabilidade civil: A responsabilidade pessoal é parte inerente ao montanhismo. Os proprietários privados e os gestores de UCs e demais áreas públicas que permitem o acesso a esses locais para a prática de montanhismo e escalada, não devem ser responsabilizados civil e criminalmente por qualquer sinistralidade, uma vez que o montanhista assume os riscos (CBME, 2012).

9 Direito ao acesso

9.1 Desafios e soluções

Todos os assuntos tratados nos capítulos anteriores permeiam a questão do “direito ao acesso”. Alguns dos fatores que contribuem para isso são o desconhecimento generalizado sobre a essência do montanhismo e a visão dicotômica entre preservacionistas e conservacionistas²⁴. Nesse sentido, em muitos casos, o uso público em UCs é visto como um problema e os impactos causados pela recreação são gerenciados (ou não) por meio da restrição de uso, fechamento de áreas e maior regulamentação, gerando a diminuição de alternativas de atividades disponíveis e a perda de liberdade do visitante (BARROS, 2003).

Diante dessa situação, cada vez mais o montanhismo organizado se dedica à questão do planejamento e apoio à gestão do acesso a áreas montanhosas. Existe um movimento na América Latina, chamado “Acesso PanAm”, do qual a CBME e instituições da Argentina, Chile, Cuba, Peru, Bolívia e Equador fazem parte. Dentre os seus objetivos está influenciar, impactar e incidir em políticas públicas e em legislações que afetam a escalada e o montanhismo em geral, sendo um de seus focos principais o acesso a ambientes naturais.

A mesma problemática é vivenciada em outras regiões do planeta, como explícito na Declaração de Cárceres, publicada com aval de todas as entidades do montanhismo organizado da Espanha (FEDME, 1995). Em 2002, a FEDME, Federação Espanhola de Desportos de Montanha e Escalada, também emitiu uma carta à Comissão de Meio Ambiente do Senado. No texto, é colocado que a prática do montanhismo tem sido afetada por proibições de acesso a montanhas, sem que houvesse diálogo com os montanhistas, e críticas à falta de percepção de que os visitantes têm desejos, capacidades e necessidades diferentes. Nesse caso, a instituição defende que, ao invés de proibição, haja recomendações para as

²⁴ Preservacionismo e conservadorismo são correntes ideológicas, em que os preservacionistas defendem a proteção da natureza pela criação de áreas nas quais não seja permitido o uso humano além da simples visitação temporária, enquanto os conservacionistas têm como valores fundamentais o uso direto, mas racional, dentro dos princípios da democratização do acesso, da eficiência no uso dos recursos e da produção do máximo de bem-estar, aplicando conceitos de sustentabilidade ecológica (FRANCO *et. al.*, 2015).

atividades relacionadas aos esportes de montanha, conciliando o uso público com a proteção do meio ambiente. Para isso, é necessário que seja feita uma avaliação completa, a partir de estudos, reflexão conjunta e visão sistemática aplicada a cada espaço natural.

As áreas de escaladas costumam se tornar inacessíveis à visitação pela interpretação de que a melhor forma de proteger o meio ambiente é cessando o contato humano com a natureza, por priorizarem o turismo massivo ou por julgarem que determinados espaços são demasiadamente arriscados (RIBEIRO *et. al.*, 2004; ILHA, 2014; BRADFORD, 2019). Outras questões tratadas no documento publicado pela CBME, de princípios e valores do montanhismo, que podem restringir o acesso às montanhas são a obrigatoriedade de contratar guias e os valores cobrados para acessar as áreas naturais (CBME, 2012). Porém, limitar o acesso nem sempre é a decisão mais justa e eficaz.

No âmbito do “direito ao acesso”, a atuação da FEMERJ se dá principalmente de três formas: i. articulação junto a órgãos ambientais e participação em Conselhos Gestores de UCs, opinando sobre questões relacionadas ao acesso a áreas naturais; ii. negociação com proprietários privados, escutando seus pontos de vista, prestando esclarecimentos sobre a cultura de montanha e buscando soluções para manter o acesso às áreas naturais; iii. acompanhamento e proposição de legislações que afetam direta ou indiretamente os montanhistas no que se refere ao acesso a áreas naturais, com o intuito de defender seus anseios. As ações fazem parte do Programa Acesso às Montanhas criado pela FEMERJ, que atua com o objetivo de garantir o acesso e promover a conservação das áreas de montanhismo e escalada no estado, sempre buscando o diálogo e, dentro do possível, o consenso.

No Brasil, durante muito tempo, foi privilegiada a proibição de acesso às UCs em detrimento de um manejo eficaz da visitação (QUEIROZ; BRADFORD, 2013). Um exemplo que ainda é lembrado por montanhistas veteranos foi evidenciado no PARNASO, que por treze anos teve o acesso fechado a diversas montanhas, sem que houvesse sido dada uma justificativa para tal restrição. Ilha (2014) ressaltava a indignação dos montanhistas à época, que para acessar a parte alta do parque tinham que se render à clandestinidade, mesmo tendo sido atores que

defenderam veementemente a incorporação de novas áreas a essa UC, onde está situado o Dedo de Deus, uma das montanhas mais emblemáticas do país.

Ribeiro *et. al.* (2004) salientam que, no geral, até a década de 90 as escaladas realizadas em UCs não implicavam em grande preocupação aos gestores, porém, a popularização destas áreas e o incremento de ações comerciais têm resultado em novas determinações que causam preocupação aos montanhistas. Ilha (2014) corrobora esse entendimento, trazendo o conceito de “parques-fortaleza”, uma política que ignorava uma das principais funções dessa categoria de UC, que é a de possibilitar a recreação em contato com a natureza. Com isso, muitas vezes os parques eram geridos como se fossem reservas biológicas, categoria de UC mais restritiva dentre todas, limitando completamente ou demasiadamente o acesso a áreas naturais e causando ressentimentos em moradores e praticantes de montanhismo e escalada (ILHA, 2014).

Viveiros de Castro & Kinker (2012) levantam outro argumento que já foi utilizado para bloquear a visitação em UCs, que é a ausência de Plano de Manejo. Além de criticar essa atitude, o autor, que já foi gestor de duas das UCs mais visitadas do Brasil, também destaca que parece haver uma idiosincrasia brasileira em comparação com outros países, em que o uso público geralmente é integrado desde o início da vida de uma área protegida (VIVEIROS DE CASTRO, 2018). Bradford (2019) acrescenta que restrições de acesso são ainda mais significativas em áreas onde não há trilhas definidas ou outra estrutura de visitação, com alto grau de naturalidade, as chamadas áreas naturais primitivas, observando que pode haver um desconhecimento de que são locais de interesse para os montanhistas e reiterando que é possível conciliar a visitação com a conservação.

Aos poucos essas questões têm sido superadas e o papel das entidades representativas do montanhismo é fundamental para as mudanças de paradigmas com relação à gestão de UCs. Dentre as ações que contribuíram para o entendimento do direito ao acesso pelos órgãos públicos, pesquisadores e sociedade em geral foram os diálogos participativos promovidos nas três edições do “Encontro de Parques de Montanha”, eventos que reuniram diversos atores e foram organizados conjuntamente pela FEMERJ, CBME e ICMBio, além do INEA em uma das ocasiões (BRADFORD, 2019). Além disso, cada vez mais as entidades do

montanhismo organizado têm se dedicado a construir documentos técnicos sobre manejo das áreas, considerando o público montanhista (CBME, 2016).

Existem diversos outros casos de atuação da FEMERJ em defesa dos interesses dos montanhistas, sendo essencial o seu envolvimento nos Conselhos Gestores de UCs. A título de exemplo, em 2016 foi dado início ao processo de elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Dois Irmãos (PNMDI) e a FEMERJ, por meio da formação de um Grupo de Trabalho em Manejo de Áreas Naturais, elaborou um documento com a análise da sua minuta. Foram feitos questionamentos em relação às propostas de zoneamento e normas apresentadas, em especial devido às severas limitações à visitação, ao passo em que as atividades de recreação e lazer seriam proibidas em 85,63% da área dessa UC (FEMERJ, 2018).

Talvez isso tenha sido derivado de uma prática comum abordada por Zeller (2013), que aponta fragilidades em diversos Planos de Manejo, indicando como principal causa dos desvios nos processos de planejamento o fato de eles serem conduzidos por empresas de consultorias que possuem pouca familiaridade com as rotinas das UCs. No caso do PNMDI, a empresa contratada estava ignorando o uso da região pela comunidade e por montanhistas, que frequentam o local desde 1935, quando foi conquistada a primeira via de escalada daquelas montanhas. Fizeram uso do diagnóstico de ocorrência de espécies endêmicas e ameaçadas para bloquear a escalada no local sem que houvesse uma análise mais profunda, desconsiderando que é possível compatibilizar a prática do esporte com a conservação da biota e que não há indícios de impacto expressivo por esses atores que estão presentes na área da UC há mais de oito décadas (FEMERJ, 2018). Durante a elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual da Pedra Selada houve um processo semelhante, em que pretendiam destinar apenas 3% da área da UC para a visitação e, em ambos os casos, observou-se uma atuação exitosa da FEMERJ.

Segundo Ribeiro *et. al.* (2004), além de receios relacionados a possíveis impactos ambientais, risco de acidentes faz com que alguns gestores tornem obrigatória a contratação de guias, o que é repudiado por pessoas que têm o desejo de praticar atividades não comerciais e com base em sua capacidade, sem a interferência de terceiros. Nesse caso, é percebido o desconhecimento dos

princípios e valores do montanhismo, abstraindo diversos aspectos, inclusive a possibilidade de o montanhista que deseja acessar determinada área ser mais capacitado do que o próprio acompanhante contratado, que muito provavelmente não acrescentaria na segurança da atividade. Portanto, como também defendido por Burkowski & Varajão (2010), as entidades representativas do montanhismo salientam que todas as trilhas são passíveis de serem feitas de modo autoguiado, de forma que a contratação de um monitor ou guia deve ser opcional.

No Rio de Janeiro, a contratação de serviços de condução e guiada nos parques estaduais é facultada ao visitante, exceto quando se tratar da visita em áreas excepcionalmente frágeis ou vulneráveis apontadas no seu Plano de Manejo ou em norma editada pelo INEA, quando então será obrigatória (RIO DE JANEIRO, 2010). Atualmente destaca-se apenas um caso em que a contratação de guia é obrigatória no Rio de Janeiro, que ocorre na Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ). O acesso dos visitantes à trilha que leva à Cachoeira do Saco Bravo é condicionado à contratação de guia de turismo ou condutor de visitantes credenciado pelo INEA (INEA, 2019). No entanto, como motivação apresentada na resolução que trata dessa particularidade é indicada apenas a ocorrência de incidentes nesse atrativo, o que não se encaixa nos casos estipulados no decreto publicado especificamente para essa instituição. Ao menos trata-se de um caso pontual, mas os montanhistas devem permanecer vigilantes e pensar em articular acordos que os beneficiem, como a liberação de acesso para guias formados por entidades filiadas à FEMERJ.

Novamente, é preciso que a gestão das UCs reconheça que há diferentes perfis de pessoas quando o assunto é uso público. Adicionalmente, vale refletir se o ato de credenciar guias caberia ao órgão ambiental. Como expressado por Benke (2008), é compreensível que haja algumas restrições baseadas na proteção ambiental, idealmente de forma justificada, porém, cercear o direito de praticar o esporte em UCs com o argumento de preservar a segurança, é algo totalmente inaceitável do ponto de vista dos montanhistas. A segurança individual não deveria ser pautada para a determinação de acessos a áreas naturais, salvo casos relacionados a atividades realizadas comercialmente ou quando a atitude de alguém gerar risco de danos a interesses protegidos de outras pessoas.

Netto (2014) discorre sobre as limitações ao direito de se arriscar. Por um lado, o autor reconhece que desconhece leis que consideram ilegal a conduta de, voluntariamente, se colocar em situação de perigo pessoal durante a prática de atividades esportivas, de forma que arriscar-se não é crime, nem se acidentar. Porém, em oposição à ótica do montanhismo organizado, levanta três fatores que poderiam justificar a imposição de limitações à prática desse esporte, que resumidamente seriam: i. os riscos para os membros das equipes de busca e salvamento, que eventualmente sejam acionados para resgate em caso de acidente; ii. os custos para o Sistema Único de Saúde (SUS), para o atendimento daqueles que venham a se acidentar; e iii. custos para o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), para o pagamento de benefícios previdenciários para os que tiverem que ficar afastados do trabalho temporária ou definitivamente, em razão das sequelas deixadas por um acidente.

Todavia, cabe ressaltar que o montanhismo e a escalada não são as únicas atividades arriscadas e que podem, fortuitamente, demandar serviços públicos. Notadamente os casos de acidentes em montanhas são muito menores do que os que ocorrem em praias, por exemplo, local onde foram realizadas mais de dezesseis mil ações de resgate por bombeiros apenas no ano 2022 (GRAEL; ALVES, 2023). “Viver é muito perigoso”, conforme escreveu Rosa (2019) no livro “Grande sertão: veredas”, e os praticantes de esportes de aventura pagam impostos como qualquer outro cidadão. Então, por que este grupo de pessoas não poderia ter seu lazer garantido e usufruir dos serviços públicos em caso de necessidade? Netto (2014) ainda sugere a possibilidade de o Estado cobrar uma taxa semelhante ao seguro obrigatório chamado de “Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres” (DPVAT). Isso poderia desestimular a prática do esporte e seria uma ação autoritária e injusta, especialmente se aplicada sem o devido embasamento, evidenciando que é necessário mais diálogo sobre o assunto.

Não apenas o medo de serem responsabilizados em caso de acidentes, mas principalmente o mau comportamento de algumas pessoas, faz com que proprietários de áreas privadas cessem o acesso a espaços naturais. Entrar em terras particulares sem conversar com os proprietários, vandalizar cercas e portei- ras, deixar resíduos ou descumprir outros comportamentos básicos, mesmo que

isoladamente, pode influenciar o acesso de todos. Ou seja, manter condutas respeitadas e éticas é uma responsabilidade de todos, montanhistas ou não.

Além disso, a situação é agravada pela expansão imobiliária, que vem restringindo acesso a áreas onde a prática de montanhismo é propícia ou já está consolidada. Neste contexto, a atuação das entidades representativas do montanhismo se concentra em difundir seus princípios e valores, podendo a FEMERJ agir pontualmente para tentar reverter restrições, conversando e negociando com os proprietários, apesar de a solução do problema não ser garantida. O mesmo ocorre com relação a áreas militares, em que o diálogo costuma ser uma opção para liberação de acessos.

Paralelamente, são pensadas algumas alternativas legais que contribuam para o acesso às áreas naturais, sejam elas inseridas em UCs ou em propriedades privadas. Porém, cabe ressaltar que os desafios enfrentados pelos montanhistas são maiores do que os de praticantes de outros esportes, como o surf, também realizado em ambientes naturais. Por exemplo, existe uma diferença legal entre montanhas e praias, em que as montanhas têm donos, enquanto “as praias são encaradas como bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar”, conforme estabelecido pela Lei nº 7.661/1988 (BRASIL, 1988) (Figura 20). Em atenção a isso, o montanhismo organizado tem tentado trabalhar junto a legisladores a possibilidade de também haver servidão para acesso às montanhas, mas o tema é incipiente e complexo. Somado a entraves como algumas das próprias categorias de UCs, há questões constitucionais do direito da propriedade privada que limitam avanços na temática de democratização do acesso à terra.

Apesar de haver uma grande margem para melhorias, alguns progressos foram observados em quatro legislações. Há dois decretos municipais, do Rio de Janeiro e de Petrópolis, que dispõem sobre programas de incentivo ao montanhismo (RIO DE JANEIRO, 2010; PETRÓPOLIS, 2010). Seus artigos estabelecem claramente que é direito do cidadão e considerado livre o acesso às montanhas, paredes rochosas e demais ambientes naturais propícios para prática de atividades de montanhismo, incluindo a escalada em rocha. Anos depois foram publicadas duas leis, uma estadual e outra da prefeitura de Petrópolis, que dispõem sobre o

trânsito por propriedades privadas para o acesso a sítios naturais públicos (RIO DE JANEIRO, 2013; PETRÓPOLIS, 2016). Nesse caso, estabeleceu-se que o acesso às montanhas poderá ser negociado pelo órgão público competente, de forma participativa, envolvendo os proprietários privados e as instituições representativas dos praticantes da atividade.



Figura 20 - João Pedro Vergnano escalando em uma área que passa por propriedades particulares, em Mangaratiba / RJ, ao lado de uma praia, considerada como bem público de uso comum do povo.

Foto: Pedro Bugim.

Há pontos relevantes, como o reconhecimento do montanhismo como uma atividade de valor cultural, além de esportivo e de lazer, o que futuramente pode ser considerado para pleitear acessos. No entanto, ainda há desafios devido ao conflito com outros regramentos federais e, até o momento, não foram percebidas aplicações dessas disposições. Somado a isso, faltam recursos, tanto humanos quanto financeiros, para colocar em prática os programas de incentivo ao montanhismo, preconizados na legislação.

Em suma, montanhistas de todo o mundo sonham com legislações mais permissivas, como é observado, por exemplo, na Escócia. A legislação desse país sofreu uma transformação com a Lei de Reforma Agrária de 2003, estabelecendo uma estrutura estatutária de direitos de acesso público à maior parte da terra e águas interiores (MACKAY, 2007). O montanhismo é de fato considerado como uma atividade tradicional, que de modo geral pode ser praticada em todo o território

nacional, de dia e de noite. Evidentemente, os direitos legais são baseados no princípio do acesso responsável, orientado pelo Código de acesso ao ar livre escocês. De toda forma, nesse caso as restrições de acesso são justificadas e se configuram em exceções e não regra, resultando em benefícios significativos para o acesso público às áreas naturais com fins recreativos.

Enquanto isso, o governo brasileiro se dedica a implementar projetos de concessão de parques. Por um lado, esta é uma iniciativa que visa a melhoria das estruturas de atendimento ao público. Em contrapartida, o serviço é acompanhado de custos para os visitantes de UCs. Nesse sentido, vale refletir sobre os diferentes modelos de negócios possíveis, sendo importante que os montanhistas, assim como a sociedade em geral, assumam uma postura vigilante para que os custos não inviabilizem o acesso a áreas naturais, por exemplo, por pessoas que não teriam condições para pagar elevadas taxas de entrada em UCs. Sobre isso, a UIAA coloca que, observado o respeito pelo ambiente natural, o acesso gratuito às áreas selvagens para a prática do montanhismo é um direito fundamental (UIAA, 1998). Na mesma linha, as entidades do montanhismo organizado brasileiro defendem que o ingresso às áreas de recreação seja gratuito, acrescentando que trilhas e paredes rochosas não devem ser objetos de concessão, devendo essas serem restritas a serviços de apoio como restaurantes, pousadas e estacionamentos (CBME, 2012).

9.2

Recomendações relacionadas ao capítulo

Este capítulo abordou os desafios enfrentados pelos montanhistas para acessar áreas naturais, trazendo algumas das motivações para limitações impostas pelo poder público ou por proprietários privados e destacando as opiniões e ações promovidas pelas entidades do montanhismo organizado. Por ser um tema transversal, algumas recomendações tratadas nos capítulos anteriores atendem ao propósito da defesa do “direito ao acesso”, acrescentando-se as seguintes:

- Aos gestores de órgãos públicos: Gerenciar a visitação em UCs de categorias que se destinam ao uso público, ainda que elas não disponham de um Plano de Manejo, reconhecendo que há diversas necessidades e expectativas dentre

os diferentes usuários e evitando o estabelecimento de zonas intangíveis e a obrigatoriedade de contratação de guia sem justificativas técnicas específicas.

- À diretoria da FEMERJ: Informar-se sobre experiências de outros países que tratam dos desafios e soluções relacionados ao acesso a áreas naturais, tentar maneiras de colocar em prática Programas de Incentivo ao Montanhismo e se manter vigilante com o intuito de pleitear e negociar, sempre que possível, formas que garantam aos montanhistas a liberdade de exercerem suas atividades.
- A todos os montanhistas: Apoiar as entidades do montanhismo organizado, sendo mais do que beneficiários e, eventualmente, críticos de suas ações, colocando-se como atores ativos das mudanças desejadas.

Dentre os princípios e valores do montanhismo que se relacionam com este capítulo, destacam-se os seguintes:

O direito de acesso: O acesso às áreas de recreação em montanhas, de montanhismo e escalada, deve ser um direito de todos. A destinação de uma área para a proteção dos recursos ou para o desenvolvimento do turismo não deve restringir a liberdade e autonomia dos visitantes, privilegiando sempre a diversidade de experiências buscadas por cada um, respeitando as práticas de mínimo impacto (CBME, 2012).

Liberdade: A liberdade é um valor inerente ao montanhismo e ao espírito de montanha. É essencial que a liberdade de cada um termine onde começa a do próximo e que a mesma não exceda o respeito ao meio ambiente. Cada montanhista deve ter o direito de exercer essa liberdade, com responsabilidade, sem ser obrigado a contratar serviços (como, por exemplo, guias ou condutores obrigatórios e serviços terceirizados) (CBME, 2012).

Autonomia: A autonomia na escolha dos desafios e aventuras e a possibilidade de praticar a atividade sem a supervisão e o acompanhamento obrigatório de guias, monitores, condutores ou outros profissionais é parte inerente ao montanhismo e deve ser respeitada. Deve-se priorizar a intervenção mínima na experiência dos visitantes, levando em conta a diversidade de experiências buscadas e as necessidades de cada visitante (CBME, 2012).

10

Considerações finais

Em uma sociedade em que shoppings, resorts, salões de beleza e restaurantes com estrelas *Michelin* seduzem grande parte da população, o montanhismo parece ser um movimento contracultura, capitaneado por uma tribo incompreendida. A busca pelo conforto, praticidade e entretenimento em ambientes fechados definitivamente não é o que enche o coração dos montanhistas. Já o hábito de se embrenhar pelas florestas, subir montanhas geladas, escalar paredões rochosos ou se aventurar pelo desconhecido é algo estranho para muitas pessoas, por vezes considerado loucura ou insanidade.

Não obstante, um olhar atento sobre a trajetória do montanhismo aponta para uma ampliação do significado do que é ser montanhista, indo além da prática esportiva em si. O montanhismo é como uma filosofia que situa o ser humano na natureza (ROMERO, 2020) e se configura na cultura de uma comunidade que, apesar de viver pulverizada pelo mundo, apresenta características bem enraizadas. Porém, hoje o montanhismo passa por novas problemáticas, especialmente envolvendo o uso público em UCs, e a comunidade precisa pensar em como lidar com diferentes interesses e entendimentos.

Cabe salientar que todos nós enquanto cidadãos afetamos o meio ambiente, uns mais e outros menos. E, claro, somos por ele afetados. Ocorre que a cultura, o estilo de vida e as escolhas de cada indivíduo influenciam nas marcas que deixamos impressas no meio ambiente, ou seja, no quanto impactamos os recursos naturais do planeta. Nesse sentido, considerando o crescente entendimento da necessidade de perseguirmos a sustentabilidade em todos os âmbitos de nossas ações, cabe refletir sobre as relações estabelecidas entre diferentes grupos de pessoas e o meio ambiente, abordando os costumes, percepções e o elo afetivo que elas têm com os lugares e seus componentes, sejam eles vivos ou não, como formações rochosas e desafios naturais.

A este propósito, a história e o compartilhamento de memórias são essenciais para a autoafirmação de uma comunidade, para a perpetuação de boas práticas e, também, para a construção de políticas públicas respeitosas e inclusivas. Compreender como se dá a organização do montanhismo, em termos institucionais,

assim como valorizar o seu papel e reconhecer as conquistas concretas, pode servir de inspiração e motivar os montanhistas a seguirem conectados, fortalecendo o esporte, lutando por seus ideais e contribuindo para a conservação dos espaços naturais. Com base nisso, apesar de serem consideradas clichês, duas frases serviram de inspiração para a construção dos textos aqui apresentados, “conhecer para conservar” e “juntos somos mais fortes”.

Ressalta-se que o montanhismo é uma atividade esportiva tradicional, que promove o contato íntimo das pessoas com o meio ambiente. Além de valores como a cooperação e a solidariedade entre os praticantes, são perceptíveis o apreço e o interesse, tanto dos montanhistas em geral quanto das instituições do montanhismo organizado, pela conservação dos espaços naturais, com os quais procuram se relacionar de forma respeitosa. Nesse sentido, o montanhismo, além de uma prática esportiva, é um estilo de vida que favorece a sustentabilidade das áreas montanhosas.

Os valores, a ética e os feitos relacionados ao montanhismo já foram postos no papel por diferentes praticantes e especialistas, mas ainda há muito a ser relatado e analisado. Nesse contexto, este trabalho abordou aspectos históricos do montanhismo, dando ênfase à estrutura organizacional formada por suas entidades representativas e à conduta ativa desses atores em prol das questões ambientais, em especial com relação às ações e documentos capitaneados pela FEMERJ.

Ao longo do texto, foram destacados os doze princípios e valores fundamentais do montanhismo, os quais foram elencados pela CBME para orientar políticas públicas, eventuais propostas legislativas, o manejo de áreas naturais e o comportamento de montanhistas e escaladores. É essencial que os representantes da FEMERJ em Conselhos Gestores de UCs compreendam o que cada um deles quer dizer, para que de fato estejam alinhados com a instituição que os indicou e possam contribuir com a gestão das UCs. Como estes são pequenos trechos informativos, o presente documento trouxe um maior detalhamento sobre as principais questões, que são o Mínimo Impacto, a Auto-regulamentação, o Direito ao Risco e o Direito ao Acesso.

Muitos dos temas e propostas expostos neste trabalho podem ser estendidos a atividades para além do montanhismo. Outros esportes de aventura, como o surf

e o *basejump* passam por questões semelhantes. Dessa forma, um caminho para ações futuras que pode ser vantajoso para todos é a ampliação do diálogo, para que se estabeleça uma comunidade recreativa com costume de trocar experiências e compartilhar suas lutas.

Apoiados pela sua própria história, os montanhistas desejam colaborar com políticas públicas relacionadas à conservação e ao desenvolvimento das zonas de montanha, assim como participar de processos de elaboração de regulamentos específicos que possam impactar essa atividade desportiva e/ou os ambientes naturais onde ela é praticada. A participação da FEMERJ em diversos Conselhos Gestores de UCs é uma das provas disso. Nesse sentido, este trabalho também vale como reflexão e incentivo para que outros membros de Conselhos Gestores sigam o caminho de definir quais são as suas visões sobre assuntos recorrentes nesses fóruns de discussão e quais contribuições podem fornecer considerando a temática de UCs.

Por fim, mas não menos importante, destaca-se que tem sido observado um crescimento exponencial da prática de montanhismo e que a FEMERJ, assim como a confederação e as outras entidades desse arranjo organizacional, trabalha não apenas em prol dos seus filiados, mas de toda a classe. Apesar de enfrentar dificuldades inerentes de sua atuação, como, por exemplo, a condução das temáticas sendo feita exclusivamente por pessoas voluntárias que conciliam suas vidas pessoais e profissionais com a causa, verifica-se que existe um histórico de grandes feitos. Hoje esta é uma instituição reconhecida como uma parceira de longa data dos órgãos ambientais e que exerce o papel fundamental de manter o montanhismo organizado e perpetuar seus princípios e valores.

Por outro lado, muitos praticantes não sabem ou não percebem o exaustivo esforço que é feito para que o montanhismo seja encarado como uma atividade legítima e se perpetue no tempo enquanto uma cultura a ser respeitada. Atualmente o desenvolvimento do montanhismo depende de ações que vão além do diálogo com a sua própria base, sendo necessárias articulações com diversas esferas do poder público e da sociedade civil. Nesse sentido, esta dissertação foi feita com o propósito de trazer de forma sucinta e com alguns exemplos, a dimensão que o montanhismo organizado alcança e a importância de os praticantes se envolverem

nas discussões. Não obstante, incentiva-se que mais pessoas estudem as particularidades do montanhismo e se dediquem ao trabalho voluntário, de forma a promover o crescimento do esporte e de suas entidades representativas de forma sustentável, ampliando e potencializando o seu alcance.

Que os montanhistas consigam se manter unidos, independentemente de divergências pontuais, entendendo que este é o único caminho para ganhar força perante tantos assuntos que assombram as mais belas características desta cultura naturalmente em constante transformação. Que sigamos celebrando a montanha, a diversidade, a liberdade, o ativismo e o diálogo harmônico.

11

Referências bibliográficas

A TURISTIFICAÇÃO DO MONTANHISMO. [Locução de]: Raphael Raine. Local: Blog de Escalada, 03 de maio 2021. Podcast. Disponível em: <https://blogdescalada.com/a-turistificacao-do-montanhismo/>. Acesso em: 15 mai. 2022.

ABIRACHED, C. F. A.; MENDONÇA F. C.; LUZ L.; TALBOT V.; LASMAR V. Guia de conselhos gestores de unidades de conservação federais. Brasília: **ICMBio**, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/copy_of_guiaconselhos2014.pdf. Acesso em: 13 mai. 2022.

ALVES, P. B. P. F.; BOSCHILIA, B. Análise histórico-sociológica das transformações no montanhismo. **Análise**, v. 30, n. 31/10, 2008. Disponível em: <http://www.alesde.ufpr.br/encontro/trabalhos/15.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

ANDRADE, J. T. Gestão Participativa de Unidades de Conservação no Brasil - Interpretando a APA Petrópolis. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais) - **Instituto de Florestas**, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2007. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1256>. Acesso em: 23 jul. 2022.

ANDRADE, F. A. V.; LIMA, V. T. A. Gestão participativa em unidades de conservação: uma abordagem teórica sobre a atuação dos conselhos gestores e participação comunitária. **Revista Eletrônica Mutações**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 021–040, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/2797>. Acesso em: 06 ago. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15397**: Turismo de aventura — Condutores de montanhismo e de escalada — Competências de pessoal. Rio de Janeiro, 2006.

ATTARIAN, A. Rock climbers' self-perceptions of first aid, safety, and rescue skills. **Wilderness & environmental medicine**, v. 13, n. 4, p. 238-244, 2002. Disponível em: [https://www.wemjournal.org/article/S1080-6032\(02\)70649-2/fulltext](https://www.wemjournal.org/article/S1080-6032(02)70649-2/fulltext). Acesso em: 14 mai. 2022.

AXIMOFF, I. Diagnóstico da conservação de duas bromélias ameaçadas e endêmicas de inselbergs litorâneos na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**, 2014. Tese de Dissertação. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_0bea24c83a12c5d309843286fcb56f1a. Acesso em: 27 mai. 2023.

AXIMOFF, I. A.; FRAGA, C. N.; BOVINI, M. G. Vegetação em afloramentos rochosos litorâneos perturbados por incêndios na Região Metropolitana Fluminense, estado do Rio de Janeiro. **Biodiversidade Brasileira**, v. 6, n. 2, p. 149-172, 2016. Disponível em: <https://revistaeletronica.icmbio.gov.br/BioBR/article/view/536>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BANDEIRA, M. M. "No galejo da remada": estudo etnográfico sobre a noção de aventura em Brotas, SP. 2012 **Universidade Federal de São Carlos**. Dissertação de Mestrado. 199 f. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/215>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BANDEIRA, M. M. Esporte, lazer e morte: política, corpo e risco nas práticas de aventura. **UNICAMP**, São Paulo, 2014. Parte de pesquisa de Doutorado. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401834280_ARQUIVO_RBA2014final.pdf. Acesso em: 23 ago. 2022.

BANDEIRA, M. M.; SILVA, D. S.; AMARAL, S. C. F. Da negação do turismo à defesa do direito ao risco: os primeiros projetos de lei para práticas de aventura no Brasil e a reação de esportistas. **PODIUM Sport**, Leisure and Tourism Review. São Paulo: Uninove. Vol. 10, n. 2, (mai./ago. 2021), p. 160-190, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/229942>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BARROS, M. I. A. Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia. 2003. Tese de Doutorado. 135 f. **Universidade de São Paulo**. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/e0d7/8c0e8dbf257df104aaefc35c87ac48bd73f4.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2023.

BENKE, H. O Direito ao Risco e a Aventura – 2!!! **Alta Montanha**, 2008. Disponível em: <https://altamontanha.com/o-direito-ao-risco-e-a-aventura-2/>. Acesso em: 08 de jul. 2023.

BORBA, J.; LÜCHMANN, L. H. H. A representação política nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** [en linea]. 2010, 2(2), 229-246 ISSN: 2175-3369. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193115578007>. Acesso em: 23 jul. 2022.

BRADFORD, R. B. Sobre áreas naturais primitivas e seus Visitantes – Reflexões sobre o contexto brasileiro com estudo de caso no Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Dissertação. **Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2019. 213p. Disponível em: <http://www.unirio.br/ccbs/ecoturismo/produtos-dissertacoes-e-producao-tecnica/dissertacoes/2017/sobre-visitas-e-visitantes-de-areas-naturais-primitivas-uma-exploracao-no-parque-nacional-da-serra-dos-orgaos-teresopolis-rj-renata-burlamaqui-bradford-rio-de-janeiro-2019/view>. Acesso em: 07 dez. 2021.

BRASIL. Decreto Lei nº 3199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 abr. 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 mar.

1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm. Acesso em: 21 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 mai. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm. Acesso em: 27 mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 ago. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.844, de 18 de julho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jul. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Roteiro para criação de unidades de conservação municipais [recurso eletrônico] / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade, **Departamento de Áreas protegidas - Brasília**, DF: MMA, 2019. Disponível em: https://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Roteiro-para-cria%C3%A7%C3%A3o_MMA.pdf. Acesso em: 14 mai. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.119-de-13-de-janeiro-de-2021-298899394>. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Unidades de conservação federais atingem novo recorde de visitação em 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/unidades-de-conservacao-federais-atingem-novo-recorde-de-visitacao-em-2021>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Revista SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Áreas Protegidas. **Departamento de Áreas Protegidas** – Brasília. DF: MMA, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/revistasnuc_2022.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Com mais de 16,7 milhões de visitantes, Unidades de Conservação Federais batem novo recorde. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/com-mais-de-16-7-milhoes-de>

visitantes-unidades-de-conservacao-federais-batem-novo-recorde. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jun. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.600-de-19-de-junho-de-2023-490741816>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BURDA, I. Ensaios de extração de ancoragens fixas - Urca – RJ. Rio de Janeiro: **FEMERJ**, 2018. Disponível em: <https://feemerj.org/wp-content/uploads/FEMERJ-STM-2018-02.pdf>. Acesso em: 13 maio. 2023.

BURKOWSKI, R.; VARAJÃO, G. F. D. C. Sustentabilidade da visitação pública em Unidades de Conservação: um estudo de caso do plano de negócios do Parque Estadual do Itacolomi-MG. **Caderno de Geografia**, v. 20, n. 34, p. 22-43, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3332/333227270002.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.

CARAUTA, J. P. P.; OLIVEIRA, R. R. Fitogeografia das encostas do Pão de Açúcar. **In**: Equipe Técnica do CBRJ. (Org.). Cadernos Feema série Trabalhos Técnicos: Flora, Alguns Estudos II. Rio de Janeiro: Feema, 1982, v. p. 9-29.

CARAUTA, J. P. P.; OLIVEIRA, R. R. Plantas vasculares dos morros da Urca, Pão de Açúcar e Cara de Cão. **Rodriguésia**, v. 36, p. 13-24, 1984. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rod/a/rwyTRr5KfXR4p6DZ48Gt6SB/?lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2022.

CARVALHO, A. P. M.; DE PAOLI, I.; TARTARI, S. L. O. **Guia de escalada três picos**: Veira, Bonsucesso e Frades. Rio de Janeiro, 1998. 1ª Edição. 100 p.

CBME. Princípios e Valores do Montanhismo Brasileiro. Rio de Janeiro: **CBME**, 2012. Disponível em: <http://www.cbme.org.br/novo/wp-content/uploads/2018/07/principios-A5-2018-email.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2021.

CBME. Manejo de escalada: manual sobre questões atuais e a produção de um plano de manejo [livro eletrônico]. **CBME**, 2016. 72 p. Disponível em: <http://www.cbme.org.br/novo/wp-content/uploads/2017/05/manejoescala.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.

CENTRO EXCURSIONISTA BRASILEIRO: um século de conquistas. CEB - Rio de Janeiro: E-papers, 2019. 200 p. ISBN 978-85-7650-599-0.

CIMA. Retos del Montañismo en el siglo XXI. Zaragoza (Espanha): **CIMA**, 2015. Disponível: <https://www.fam.es/documentos/cima/589-retos-del-montanismo-en-el-siglo-xxi-1/file>. Acesso: 10 jun. 2023.

CORDEIRO, I.; KÖRÖSSY, N.; TÔRRES, E. Análise do Processo de Turistificação de Fernando de Noronha (PE) entre os Anos de 1960 e 2016. **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 164-181, 2019. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v29i1p164-181. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/131453>. Acesso em: 17 dez. 2022.

CORRÊA, R. Foram necessários 16 anos para conquistar o título de monumento natural para um dos principais cartões-postais do Rio de Janeiro. Pouca gente lutou

por isso. **Revista Eletrônica (O)ECO**, 2006. Disponível em: <https://oeco.org.br/colunas/748-oeco-17113/>. Acesso em: 14 mai. 2023.

COSTA, R. G. Gestão compartilhada: uma perspectiva para a efetiva implementação da reserva biológica marinha do Arvoredo - SC. Dissertação (mestrado) 113 f. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. **Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção**, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89345>. Acesso em: 30 jun. 2022.

DA SILVA, M. S. F.; DA ANUNCIAÇÃO, Vicentina Socorro; DE ARAÚJO, Hélio Mário. Desafios na gestão ambiental participativa em Unidades de Conservação, Brasil. **Revista Geografar**, v. 15, n. 1, p. 195-219, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/65066>. Acesso em: 06 ago. 2022.

DE MEDEIROS, J. B.; DE OLIVEIRA SOUSA, D. Q.; DOS SANTOS, A. P. Direito ao Risco nos Esportes de Aventura. **In: XX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e VII Congresso Internacional de Ciências do Esporte**. 2017. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2017/7conice/paper/viewFile/10071/5222>. Acesso em: 04 abr. 2022.

DE OLIVEIRA, C. L.; MAIA T. N.; JUNIOR E. D. A.; MOTA G. A. G. Montanhismo: Dos Significados, Conflitos e Tensões. LICERE - **Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 194–217, 2018. DOI: 10.35699/1981-3171.2018.1774. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1774>. Acesso em 08 jan. 2023.

DELAPIERRRE, B. Alpinismo. **UNESCO, Patrimônio Imaterial**, 2018. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/RL/alpinism-01471>. Acesso em: 09 jul. 2022.

DIAS, C. A. G.; JUNIOR, E. D. A. **Entre o mar e a montanha: esporte, aventura e natureza no Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 2007. 152 p.

DIAS, C. A. G. Esporte e ecologia: o montanhismo e a contemporaneidade. Recorde: **Revista de História do Esporte**, 2009, vol. 2, no 1. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/767/708>. Acesso em: 04 dez. 2021.

DIAS, C. A. G.; MAIA, T. N. Conhecendo o Rio de Janeiro a pé: excursionismo, pedestrianismo e montanhismo entre os séculos XIX e XX. **Revista do arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro**, v. 13, n.1, p. 523-534. 2017. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/conhecendo-o-rio-de-janeiro-a-pe-excursionismo-pedestrianismo-e-montanhismo-entre-os-seculos-xix-e-xx/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª edição ampliada – São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. Arcas à Deriva: unidades de conservação do Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Technical Books, 2013. 352p.

ENNES, M. Os fatores de risco real nas atividades de montanhismo. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, v. 8, n. 21, p. 37–52, 2013. DOI: 10.47385/cadunifoa.v8.n21.12. Disponível em: <https://unifoa.emnuvens.com.br/cadernos/article/view/12>. Acesso em: 04 abr. 2022.

ERCKHARDT, C. Alpinismo recebe reconhecimento da UNESCO como patrimônio cultural imaterial da humanidade. **Federação Internacional de Escalada e Montanhismo**. Theuiaa, 2019. Disponível em: <https://theuiaa.org/mountaineering/alpinism-gets-recognition-from-unesco-as-intangible-cultural-heritage-of-humanity/>. Acesso em: 09 jul. 2022.

FEDME. Comisión de Medio Ambiente del Senado. Barcelona (Espanha): **FEDME**, 2003. Disponível em: <http://35.192.147.107/wp-content/uploads/2018/06/Carta-de-Fedme-al-Senado.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2023.

FEDME. Declaración de Cáceres, Asamblea General de la FEDME. Cáceres (Espanha): **FEDME**, 1995. Disponível em: <http://35.192.147.107/wp-content/uploads/2018/06/Declaracion-de-Caceres-1995.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2023.

FEMERJ. Diretrizes de Mínimo Impacto para Urca. Rio de Janeiro: **FEMERJ**, 2002. Disponível em: <http://www.femerj.org/wp-content/uploads/FEMERJ-DMI-2002-01-r2.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

FEMERJ. Sistema brasileiro de graduação de escaladas: uma proposta de atualização. Rio de Janeiro: **FEMERJ**, 2003. Disponível em: https://feemerj.org/wp-content/uploads/sistema_brasileiro_graduacao_escaladas.pdf. Acesso em: 25 ago. 2022.

FEMERJ. Código de ética. Rio de Janeiro: **FEMERJ**, 2006. Disponível em: <https://feemerj.org/wp-content/uploads/Co%CC%81digo-de-E%CC%81tica-FEMERJ.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2021.

FEMERJ. Estatuto Social – Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **FEMERJ**, 2015. Disponível em: https://feemerj.org/wp-content/uploads/femerj_estatuto.pdf. Acesso em: 04 dez. 2021.

FEMERJ. Metodologia de Classificação de Trilhas. Documentação técnica. Rio de Janeiro: **FEMERJ**, 2015. Disponível em: <https://feemerj.org/wp-content/uploads/classifica%C3%A7%C3%A3o-trilhas-v6.1.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2023.

FEMERJ. Fundo de Incentivo ao Manejo de Trilhas e Vias de Escalada (FIM-TE). Rio de Janeiro: **FEMERJ**, 2016. Disponível em: <http://www.FEMERJ.org/wp-content/uploads/Fundo-de-incentivo-ao-manejo-de-trilhas-e-vias-de-escalada.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

FEMERJ. Análise da minuta do plano de manejo do parque natural municipal penhasco dois irmãos. Grupo de trabalho Manejo de Áreas Naturais. Rio de Janeiro: **FEMERJ**, 2018. Disponível em: <https://feemerj.org/wp-content/uploads/FEMERJ-MAN-2018-02-1.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2023.

FEMERJ. Ofício nº 01, de 05 de abril de 2021. Rio de Janeiro: **FEMERJ**, 2021. Disponível em: https://feemerj.org/wp-content/uploads/Oficio_01-2021-FEMERJ.pdf. Acesso em: 11 mar. 2023.

FEMERJ. Comunicado – acidente CEPI. Urca – Pão de Açúcar. Rio de Janeiro: **FEMERJ**, 2012. Disponível em: <https://feemerj.org/wp-content/uploads/FEMERJ-COM-2012-03-Acidente-CEPI.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2023.

FEMERJ. Comunicado sobre livros de cume. Rio de Janeiro: **FEMERJ**, 2022. Disponível em: <https://feemerj.org/wp-content/uploads/FEMERJ-MAN-2022-03-Comunicado-sobre-livros-de-cume-v0.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2023.

FEMERJ. Diretrizes para relacionamento da FEMERJ com projetos de trilhas de longo curso. Rio de Janeiro: **FEMERJ**, 2022. Disponível em: <https://feemerj.org/wp-content/uploads/FEMERJ-MAN-2022-01-Diretrizes-para-relacionamento-com-Projetos-de-TLC.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2023.

FIGUEIREDO, A. Projeto de Lei nº 7288/2010. Ementa: Dispõe sobre a prática de esportes radicais ou de aventura no País e dá outras providências. Parecer do Relator, Deputado André Figueiredo. **Câmara dos Deputados**, 2013. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=768689&filename=Avulso%20PL%207288/2010. Acesso em: 23 ago. 2022.

FRANCO, J. L. A.; SCHITTINI, G. M.; BRAZ, V. S. História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. **Historiae**, Rio Grande, v. 6, n. 2, p. 233-270, 2015. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/7122>. Acesso em: 16 ago. 2023.

GOMES, L. M.; REIS, R. B.; CRUZ, C. B. M. Análise da cobertura florestal da Mata Atlântica por município no Estado do Rio de Janeiro. **Simpósio brasileiro de sensoriamento remoto**, v. 14, p. 3849-3857, 2009. Disponível em: <http://marte.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2008/11.18.00.28/doc/3849-3857.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2022.

GRAEL, F.; ALVES, J. Imagens mostram o trabalho do grupamento aéreo dos bombeiros do RJ. **G1**, Rio de Janeiro, 08 de julho 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/07/08/imagens-mostram-o-trabalho-do-grupamento-aereo-dos-bombeiros-do-rj.ghtml>. Acesso em: 31 jul. 2023.

ICMBIO (Orgs.). Plano de Manejo do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras-Mona/ICMBio [livro eletrônico]. **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade** – ICMBIO. – 1. Ed. – Brasília: ICMBio, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/mona-do-arquipelago-das-ilhas-cagarras/arquivos/plano_de_manejo_mona_cagarras_v2_compressed.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

ICMBIO. Instrução Normativa ICMBIO nº 09, de 05 de dezembro de 2014. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação

Federais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 dez. 2014. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2014/in_icmbio_09_2014_diretrizes_modifica%C3%A7%C3%A3o_conselhos_gestores_und_conserva%C3%A7%C3%A3o_federais.pdf. Acesso em: 06 ago. 2022.

ICMBio. Plano de uso público do monumento natural do arquipélago das Ilhas Cagarras. [livro eletrônico]. **ICMBio**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/planos/copy5_of_plano_de_uso_publico_mona_cagarras.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

ICMBIO. Instrução Normativa ICMBIO nº 2 - GABIN/ICMBIO, de 26 de maio de 2021. Dispõe sobre procedimentos para planejamento e gestão da atividade de escalada em rocha nas unidades de conservação federais, conforme processo SEI 02070.005245/2020-87. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 mai. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/in_2_gabin_dou.pdf. Acesso em: 25 ago. 2022.

ILHA, A. O direito ao risco. **FEMERJ**, [s. d.]. Disponível em: https://feemerj.org/wp-content/uploads/O_Direito_ao_Risco_Versao_Integral.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

ILHA, A. Leis de mais aventura de menos. **Webventure**, 2007. Disponível em: <https://www.webventure.com.br/andre-ilha-leis-de-mais-aventura-de-menos/>. Acesso em: 08 abr. 2022.

ILHA, A. O direito ao risco. **OGlobo**, 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/o-direito-ao-risco-11146466>. Acesso em: 09 abr. 2022.

ILHA, A. Visitação é essencial nos parques estaduais do Rio de Janeiro. **O Eco**, Rio de Janeiro, 2 jun. 2014. Disponível em: <https://oeco.org.br/analises/28375-visitacao-e-essencial-nos-parques-estaduais-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 07 jul. 2023.

ILHA, A. Caminhos da escalada brasileira. [revista eletrônica]. **Issuu**, 2022. Disponível em: https://issuu.com/andresilha/docs/caminhos_da_escalada_brasileira. Acesso em: 08 out. 2022.

INEA. Resolução INEA nº 192 de 18 de dezembro de 2019. Dispõe sobre normas e procedimentos para o ordenamento da visitação na cachoeira do saco bravo, localizada na reserva ecológica estadual da Juatinga (REEJ). **Diário Oficial do Estado**, 23 dez. 2019. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-INEA-n%C2%BA-192-e-anexos-sei.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

ISSA, Y. S. M. M.; DENCKER, A. F. M. Processos de turistificação: dinâmicas de inclusão e exclusão de comunidades locais. **Revista Hospitalidade**, Universidade Anhembi Morumbi-ano III, v. 1, 2006. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT14-12.pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.

JÚNIOR, E. A. B. Direito Desportivo: o desporto no ordenamento jurídico brasileiro. **Publica Direito**, Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3014.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

KROEFF, L. L. Contribuição metodológica ao planejamento de trilhas ecoturísticas no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), Rio de Janeiro, 2010. Dissertação de Mestrado, 217 p., **Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/772159.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2022.

LE BRETON, D. **Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de viver**. Autores Associados, 2022.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 237–253, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2008000200003>. Acesso em: 06 ago. 2022.

LUCENA, W. M. **História do montanhismo no Rio de Janeiro: dos primórdios aos anos 1940**. 2. ed. Rio de Janeiro: Publit, 2006, 264 p.

MACKAY, J. New legislation for outdoor access: a review of part 1 of the Land Reform (Scotland) Act 2003. **Scottish Affairs**, v. 59, n. 1, p. 1-29, 2007. Disponível em: <https://www.euppublishing.com/doi/epdf/10.3366/scot.2007.0018>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MAIA, T. N. O montanhismo no Rio de Janeiro: eugenia, higienismo e a febre esportiva, c.1900-1920. Tese (doutorado) 182 f. – **Universidade Federal de Minas Gerais**, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Minas Gerais, 2019. 182 p. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/EEFF-BEJH9L/1/tese_tauan_ufmg.pdf. Acesso em: 04 dez. 2021.

MARINHO, A. Lazer, aventura e risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. **Movimento**, v. 14, n. 2, p. 181-206, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/5756/3364>. Acesso em: 08 abr. 2022.

MASSALLI, F. Número de visitantes em unidades de conservação federais aumentou 20%. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-06/numero-de-visitantes-em-unidades-de-conservacao-federais-aumentou-18>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MELTZER, J. H.; FORRESTER, J. D. Human-factor risk mitigation in outdoor climbing areas: survey of existing policies in regulated climbing areas. **Wilderness & Environmental Medicine**, v. 32, n. 4, p. 457-462, 2021. Disponível em: [https://www.wemjournal.org/article/S1080-6032\(21\)00155-1/fulltext](https://www.wemjournal.org/article/S1080-6032(21)00155-1/fulltext). Acesso em: 04 abr. 2022.

MINC C. Projeto de Lei nº 1.199/2019. Ementa: Considera como patrimônio cultural imaterial do estado do rio de janeiro a prática do montanhismo. **Assembleia**

Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMTA2MWY3NTlkOTdhNmIyNDgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzIvYWVINTI1ZTJiNzg0MmNmNTgzMjU4NDZiMDA2MmZjOTU/T3BlbkRvY3VtZW50. Acesso em: 19 jul. 2023.

MINISTÉRIO DE ESTADO DO ESPORTE. Resolução nº 18 de 11 de outubro de 2007. Recomenda a adoção dos conceitos de esporte de aventura e esporte radical. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 out. 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/cne/arquivos/atas-reunioes/resolucao18.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2022.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Diretrizes para a visitação em unidades de conservação. [livro eletrônico]. **Ministério do Meio Ambiente**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. 61 p. Disponível em: <https://www.institutobrasilrural.org.br/download/20200417203825.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2022.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Portaria Conjunta nº 500, de 15 de setembro de 2020. Define os critérios previstos no art. 3º da Portaria Conjunta nº 407, de 19 de outubro de 2018, que instituiu a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade RedeTrilhas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 set. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/atos-normativos-2/2018/portaria-conjunta-no-407-de-19-de-outubro-de-2018>. Acesso em: 13 mai. 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Portaria Conjunta nº 407, de 19 de outubro de 2018. Institui a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade - RedeTrilhas dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 out. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/atos-normativos-2/2020/portaria-conjunta-no-500-de-15-de-setembro-de-2020>. Acesso em: 13 mai. 2023.

MORAIS, E. Projeto de Lei nº 403/2005. Política Social - Desporto e Lazer. Brasília. Ementa: Estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no País. **Senado**, 2005. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/76080>. Acesso em: 23 ago. 2022.

NETO, W. **Pé na trilha de bem com a vida**. Rio de Janeiro – Brasil, 2016. 106 p.

NETTO, S. O. Esportes de aventura – limitações ao direito de se arriscar. **Site JUS**, 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/26382/esportes-de-aventura-limitacoes-ao-direito-de-se-arriscar>. Acesso em: 08 jul. 2023.

OLIVEIRA, R. R.; MIRANDA, F. E. L. Orquídeas rupícolas do Pão de Açúcar. **Atas Sociedade Botânica Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 1, n.18, p. 99-105, 1983.

OLIVEIRA, J. C. C.; BARBOSA, J. H. C. Roteiro para criação de unidades de conservação municipais. [livro eletrônico]. Brasília, DF: **Ministério do Meio Ambiente**, 2010. 68 p. Disponível em: https://www.meioambiente.go.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/

2015-11/roteiro_para_criao_de_unidades_de_conservao_municipais.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolución 53/24 - Año Internacional de las Montañas, 2002. **Assembleia Geral (AG) da ONU**. Index: A/RES/53/24, 19 de novembro de 1998. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/RES/53/24>. Acesso em: 13 mai. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolución 57/245 - Año Internacional de las Montañas, 2002. **Assembleia Geral (AG) da ONU**. Index: A/RES/57/245, 30 de janeiro de 2003. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/555/61/PDF/N0255561.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolution 76/129 - International Year of Sustainable Mountain Development, 2022. **Assembleia Geral (AG) da ONU**. Index: A/RES/76/129, de 28 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N21/399/09/pdf/N2139909.pdf?OpenElement>. Acesso em: 13 mai. 2022.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. Lei nº 17.052 de 23 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a prática do turismo de aventura no Estado do Paraná. **Diário Oficial do Estado**, 23 jan. 2012. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=145057>. Acesso em: 25 ago. 2022

PARANÁ. Assembleia Legislativa. Lei nº 17.902 de 27 de dezembro de 2013. Altera a Lei nº 17.052, de 23 de janeiro de 2012. **Diário Oficial do Estado**, 31 dez. 2013. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=264596>. Acesso em: 25 ago. 2022.

PAWLUCKI, A. Natural law and acts of extreme climbers—agonists of the mountain stadium. **Baltic Journal of Health and Physical Activity**, v. 8, n. 1, p. 8, 2016. Disponível em: <https://www.balticsportscience.com/journal/vol8/iss1/8/>. Acesso em: 08 abr. 2022.

PEREIRA, A. B. Mata Atlântica: uma abordagem geográfica. **Nucleus**, v. 6, n. 1, p. 1-27, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4033686>. Acesso em: 17 dez. 2022.

PETRÓPOLIS. Decreto nº 283 de 07 de agosto de 2010. Dispõe sobre o Programa Municipal de Incentivo ao Montanhismo, do acesso às áreas de montanhas e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, 10 ago. 2010. Disponível em: <https://feemerj.org/wp-content/uploads/decreto-PIM-Petropolis.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2023.

PETRÓPOLIS. Lei Municipal nº 7.478, 27 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o programa Municipal de incentivo ao montanhismo, sobre o acesso a sítios naturais públicos e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Petrópolis**, 28 dez. 2016. Disponível em: <https://petropolis.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=6830&cdDiploma=20167478&NroLei=7.478&Word=0&Word2=>. Acesso em: 29 mai. 2023.

PETRÓPOLIS. Decreto nº 130 de 03 de junho de 2022. Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Petrópolis a Prática do Montanhismo. **Diário Oficial do Município de Petrópolis**, 03 jun. 2022. Disponível em: <https://www.petropolis.rj.leg.br/leis/diario-oficial-da-camara/2022/junho/do-03-06-2022.pdf/view>. Acesso em: 29 mai. 2023.

QUEIROZ, D.; BRADFORD, K. Manejo da visitação em áreas naturais - Conceitos para planejamento. Rio de Janeiro: **FEMERJ**, 2012. Disponível em: <https://feemerj.org/wp-content/uploads/FEMERJ-MAN-2012-01-r0.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2022.

QUEIROZ, D.; BRADFORD, K. Manejo da visitação em áreas naturais. Rio de Janeiro: **FEMERJ**, 2013. Disponível em: <https://feemerj.org/wp-content/uploads/FEMERJ-MAN-2013-01.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.

QUEIROZ, D. Boas práticas de manejo. Trilhas técnicas e vias normais. Rio de Janeiro: **FEMERJ**, 2019.

RIBEIRO, K. T.; MEDINA, B. O. Estrutura, Dinâmica e Biogeografia das Ilhas de Vegetação sobre Rocha do Planalto do Itatiaia, RJ. **Boletim do Parque Nacional do Itatiaia**, Itatiaia, RJ, v. 10, p. 1-84, 2002. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/images/Boletins_de_Pesquisa/bpni_v10.pdf. Acesso em: 23 dez. 2022.

RIBEIRO, K. T.; LORENZETTO, A.; RODRIGUES, C. G. O. Bases para o manejo de escaladas em unidades de conservação. *In*: Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Trabalhos técnicos. Fundação O Boticário para a Proteção à Natureza, Curitiba. 2004. p. 335-345. Disponível em: <https://silo.tips/download/bases-para-manejo-de-escaladas-em-unidades-de-conservacao-basis-for-climbing-mana>. Acesso em: 21 set. 2022.

RIBEIRO, K. T. Algumas características das plantas sobre as rochas. **FEMEMG**, 2009. Disponível em: <https://fememg.org.br/wp-content/uploads/2021/06/caracteristicas-plantas-sobre-rochas.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 31.906 de 12 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Municipal de Incentivo ao Montanhismo e dá outras providências. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, 18 fev. 2010. Disponível em: https://feemerj.org/wp-content/uploads/Decreto-_31906_acesso_as_montanhas.pdf. Acesso em: 24 set. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 42.483, de 27 de maio de 2010. Estabelece diretrizes para o uso público nos parques estaduais administrados pelo Instituto Estadual do Ambiente - INEA e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, 28 mai. 2010. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-42483-2010-rj_158425.html. Acesso em: 24 jun. 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 6.589 de 18 de novembro de 2013. Dispõe sobre o trânsito por propriedades privadas para o acesso a sítios naturais públicos localizados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. **Diário Oficial do Estado**, 19 nov. 2013. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=261872>. Acesso em: 15 abr. 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 8.677 de 23 de dezembro de 2019. Inclui, no anexo da consolidação de datas comemorativas do estado do rio de janeiro, o terceiro domingo de agosto como o dia estadual do montanhismo. **Diário Oficial do Estado**, 24 dez. 2019. Disponível em: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?k=82B7F6E8-289F1-4F62-8E95-8558A9D859691. Acesso em: 19 ago. 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 9.205 de 11 de março de 2021. Considera como patrimônio cultural e imaterial do estado do Rio de Janeiro a prática do montanhismo. **Diário Oficial do Estado**, 12 mar. 2021. Disponível em: http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=53&url=L2NvbnRsZWkubnNmL2M4YWEwOTAwMDI1ZmVIZjYwMzI1NjRIYzAwNjBkZmZmLzJlZDlhMmE4ZjQ3ODdjZTIwMzI1ODY5ZDAwNmJlYjI1P09wZW5Eb2N1bWVudA=. Acesso em: 23 nov. 2021.

ROMERO, J. Diez años de la Declaración de Ética en la Montaña (2009-2019): balance, desafíos y futuro. FairPlay, **Revista de Filosofía, Ética y Derecho del Deporte**, n. 16, 2020. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/FairPlay/article/view/375500>. Acesso em: 15 abr. 2023.

ROSA, J. G. Grande sertão: veredas. 22ª Edição. Editora: Companhia das Letras, 2019. 560 p.

SARMIENTO, J. M. N. Los retos del montañismo en el siglo XXI. Respuestas normativas. **Apunts. Educación física y deportes**, v. 2, n. 124, p. 100-107, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/45665667.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2022.

SCARANO, F. R.; PADGURSCHI M. C. G.; FREIRE L. M.; FORNERO AGUIAR A. C.; CARNEIRO B. L. R.; PIRES A. P. F. Para além dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: desafios para o Brasil. **Revista Bio Diverso**, v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/biodiverso/article/view/120366/65547>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SILVÉRIO, M. Instalação de caixa de cume no Mirante do Inferno gera polêmica e é removida. **Revista Eletrônica ALTAMONTANHA**, 2022. Disponível em: <https://altamontanha.com/instalacao-de-caixa-de-cume-no-mirante-do-inferno-gera-polemica-e-e-removida/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SONAGLIO, K. E. A transdisciplinaridade no processo de planejamento e gestão do ecoturismo em Unidades de Conservação. Tese (Doutorado), 227 f. Florianópolis, 2006. UFSC, Centro Tecnológico. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89484/233696.pdf?sequence>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SOUZA, L. Corrimão de aço e telas de proteção são usados para conter impacto na vegetação em Itacoatiara. **O Globo**, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/corrimao-de-aco-telas-de-protecao-sao-usados-para-conter-impacto-na-vegetacao-em-itacoatiara-22360756>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SPANNER, J. S. M.; SPANNER, I. R. **Guia da Região de Itatiaia – Escaladas e Montanhismo**. 1ª Edição. Rio de Janeiro – Brasil, 2012. 318 p.

STRUMINSKI, E. A ética no montanhismo. Editora UFPR. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 7, p. 121-130, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/3048/2439>. Acesso em: 13 nov. 2021.

SWARBROOKE, J.; BEARD C.; LECKIE S.; POMFRET G. **Turismo de aventura: conceitos e estudos de casos**. Tradução Marise Philbois Toledo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

TAVARES, O.; BATISTA, R. Lei define regras para esportes de aventura. Copyright © 2022, **Gazeta do Povo**. Todos os direitos reservados. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/lei-define-regras-para-esportes-de-aventura-7cqpehoi2ujwka4zkwkgyqyqi/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

TORRES, M.; AXIMOFF, I.; FREITAS, L. Características florais e interações com polinizadores em vegetações de altitude do sudeste do Brasil. **OECOLOGIA AUSTRALIS**, v. 20, p. 7-23, 2016.

UIAA (1982). The Kathmandu Declaration of Mountain Activities. Disponível em: <https://theuiaa.org/declarations/kathmandu-declaration/>. Acesso em: 21 set. 2022.

UIAA (1997). UIAA Environmental Objectives and Guidelines. Disponível em: <https://theuiaa.org/declarations/uiaa-environmental-objectives-and-guidelines/>. Acesso em: 21 set. 2022.

UIAA (1998). "To Bolt Or Not To Be". **Comissão de montanhismo do UIAA**, 1998. Tradução de FEEMERJ. Disponível em: https://feemerj.org/wp-content/uploads/femerj_to_bolt_or_not_to_be.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

UIAA (2002). Tyrol Declaration. Disponível em: <https://www.theuiaa.org/declarations/tyrol-declaration/>. Acesso em: 21 set. 2022.

UIAA (2009). Mountain Ethic Declaration. Disponível em: <https://theuiaa.org/declarations/mountainethic-declaration/>. Acesso em: 21 set. 2022.

UIAA (2021). 2021 - 2020 Carbon footprint calculation. **UIAA**, 2021. Disponível em: https://theuiaa.org/documents/sustainability/2020_Carbon_Footprint_Report_Final.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

UNESCO. Carta internacional da educação física e do esporte, publicada pela UNESCO em 1978. **UNESDOC**, 2012. 7 p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216489_spa. Acesso em: 08 abr. 2022.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. **Anais do Uso Público em Unidades de Conservação**, v. 1, n. 1, p. 13-26, 2013. Disponível em: https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28674. Acesso em: 22 dez. 2022.

VEITH, C.; SHAW, J. **Why invest in sustainable mountain development?** ROME, 2011. ISBN 978-92-5-107012-3. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i2370e/i2370e.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

VERONESE, A. M.; OLIVEIRA, D. L. C. Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de viver. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 31, n. 3, p. 591–592, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/LZkYggDGh5mSwGkXgw5gvTP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 abr. 2022.

VIANA, D. P. C.; UMBELINO, L. F. O conselho gestor como ferramenta para a gestão participativa de unidades de conservação. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 7, n. 3, p. 40-58, 2016. Disponível em: <https://www.sustenere.co/index.php/rica/article/view/SPC2179-6858.2016.003.0004/768>. Acesso em: 15 abr. 2023.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B.; KINKER, S. M. S. Ordenamento da visitação como estratégia de proteção de unidades de conservação: os casos dos Parques Nacionais de Anavilhanas e São Joaquim. **In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO** Anais. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323643255_Ordenamento_da_Visitacao_como_Estrategia_de_Protecao_de_Unidades_de_Conservacao_os_casos_dos_Parques_Nacionais_de_Anavilhanas_e_Sao_Joaquim. Acesso em: 08 jul. 2023.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. Changing a Brazilian protected areas paradigm: why public use is not just optional. **Journal of Park and Recreation Administration**, v. 36, p. 129–141, 2018. Disponível em: <https://js.sagamorepub.com/index.php/jpra/article/view/8409>. Acesso em: 08 jul. 2023.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B.; LANNA A. M.; LOBO A. C.; FELICIANI F.; BRADFORD R. B.; NASCIMENTO J. L.; GRELLE C. E. V. **The Atlantic Forest Trail: Reconnecting people, biodiversity, and protected areas.** The Atlantic Forest: History, Biodiversity, Threats and Opportunities of the Mega-diverse Forest, p. 403-419, 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. A path to nature conservation: the role of mega trails in connecting hikers, communities, and landscapes. 2023. Tese (doutorado). **University of Florida**. 232 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/372807627_A_Path_to_Nature_Conservation_The_Role_Of_Mega_Trails_in_Connecting_Hikers_Communities_and_Landscapes. Acesso em: 13 ago. 2023.

WAYNE, C. (2005). Projeto de Lei n.º 5609/2005. Dispõe sobre a regulamentação para prática de esportes de aventura ou radicais e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, 2005. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=nodeOdy78bkdlm4gq5vd6jv7c3ymo6103428.node0?codteor=324567&filename=Avulsao+-PL+5609/2005. Acesso em: 24 ago. 2022.

WEID, J. P. **Horizontes Verticais**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: JP Weid, 2006. 168 p.

YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R. (Orgs.). **Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras**. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, v. 180, 2018.

ZELLER, R. H. Aplicabilidade dos planos de manejo de oito Parques Nacionais do Sul e Sudeste do Brasil. **Universidade Federal do Paraná**. Dissertação Mestrado, 165 p. Paraná, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1884/18896>. Acesso em: 07 jul. 2023.